



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

**Uma Aldeia Perdida na Serra:
Preservação da Qualidade Urbanística, Arquitetónica e
Paisagística da Aldeia de Cortes do Meio**

Filomena Alexandra Correia Branco Silva

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(Ciclo de estudos integrado)

Orientador: Professora Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato

Covilhã, abril de 2018

À minha FILHA,

Agradecimentos

Existem pessoas que ao longo da nossa vida nos vão ajudando na construção dos nossos sonhos e outras que nos desafiam a construí-los! No culminar deste sonho não podia, por isso deixar de expressar aqui o meu sincero agradecimento:

Aos professores por ministrarem e contribuírem para a minha formação académica e profissional.

Aos meus colegas de curso, por toda a motivação, paciência, apoio e amizade que tiveram para comigo.

Á Junta de Freguesia e habitantes da aldeia de Cortes do Meio, pela ajuda prestada e simpatia com que me receberam.

Á Professora Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato, pela infinita paciência, pela disponibilidade e pela partilha de conhecimento...suas palavras que tanto me ajudaram.

À minha família, pelo apoio incondicional, encorajamento e por acreditarem em mim.

Ao meu marido e filha, por tudo... sem eles nada seria possível, porque fazem parte de mim.

Obrigada.

Filomena

Resumo

As aldeias “perdidas” no território da Serra da Estrela distinguem-se pelo potencial a nível dos seus recursos endógenos, pela qualidade das paisagens, pelo carácter das suas populações e pela especificidade do seu perfil territorial, o que lhes confere uma grande singularidade no contexto nacional e regional e que é testemunho da forma como o Homem ao longo dos tempos interagiu com a envolvente, adequando-a às necessidades do dia-a-dia.

Pela sua morfologia e interiorização no país, as aldeias “serranas” viveram profundas alterações nas últimas décadas, tendo-se assistido a uma descaracterização, esquecimento, abandono das suas atividades tradicionais e á destruição do seu património rural, por vezes com resultados trágicos e irreparáveis.

A criação da Rede das Aldeias de Montanha, vem propor que se olhe para estas aldeias, como unidades paisagísticas e arquitetónicas e não apenas como aglomerados “urbanos”. Surge aqui a oportunidade para se promover dinâmicas locais que possam de alguma forma tentar recuperar o que é nosso, o que é “tradicionalmente português”. Intervir nestes espaços é assumido como urgente e como uma operação de dinamização destes territórios.

Cada Aldeia de Montanha é caracterizada por uma particular traça urbanística, arquitetónica e paisagística, que importa salvaguardar e valorizar, pois testemunha uma herança que pode ser potenciada turisticamente. Neste contexto está incluída a Aldeia de Cortes do Meio no Concelho da Covilhã, com uma localização privilegiada e com grande potencial de desenvolvimento turístico, onde, face ao seu estado atual, deve ser prioridade definir regras para proteger, preservar, recuperar e promover os valores identitários deste património nas suas múltiplas vertentes.

A intenção desta dissertação passa por desenvolver um Guia de Boas Práticas de Revitalização da Aldeia de Cortes do Meio, com o intuito de superar os efeitos negativos de degradação e desertificação, contribuindo para a reafirmação deste território, para o reforço da autoestima e fixação da população, preservando e valorizando a sua autenticidade e promovendo a aldeia como lugar de visita.

Palavras-chave

Arquitetura Vernacular, Património, Serra da Estrela, Cortes do Meio, Turismo.

Abstract

The "lost" villages in Serra da Estrela territory are distinguished by the potential of their endogenous resources, the quality of the landscapes, the character of their populations and the specificity of their territorial profile, which gives them a great singularity in the national and regional context and which is a testimony to the way in which Man has interacted with the surrounding environment, adapting to it the needs of the day-to-day life.

Due to their morphology and their position in the interior of the country, the "serras" villages have undergone profound changes in the last decades, having seen a decharacterization, forgetfulness, abandonment of their traditional activities and the destruction of their rural heritage, sometimes with tragic and irreparable results.

The creation of the Mountain Villages Network, proposes to look at these villages as landscape and architectural units, and not just as "urban" spaces. This is an opportunity to promote local dynamics that can somehow try to recover what is ours, which is "traditionally portuguese". Intervening in these spaces is assumed as an urgent and as an operation to energize these territories.

Each Mountain Village is characterized by a particular urban, architectural and landscape design, which it is important to safeguard and value, as it bears witness to an inheritance that can be boosted by tourists. In this context the Aldeia de Cortes do Meio in the municipality of Covilhã is included, with a privileged location and with great tourism development potential, where, given its current state, it should be a priority to define rules to protect, preserve, recover and promote values identities of this heritage in its multiple aspects.

The intention of this dissertation is to develop a Guide to Good Practices of Revitalization of the Village of Cortes do Meio, with the aim of overcoming the negative effects of degradation and desertification, contributing to the reaffirmation of this territory, for the reinforcement of self-esteem and population fixation, preserving and valuing its authenticity and promoting the village as a place of visit.

Keywords

Vernacular Architecture, Heritage, Serra da Estrela, Cortes do Meio, Tourism.

Índice

Introdução	1
Contextualização	1
Objetivo	1
Justificação e Motivação na Escolha do Tema	2
Metodologia	2
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
Capítulo 1 A Região	7
1.1. A Serra da Estrela	9
1.2. O Parque Natural da Serra da Estrela	11
1.3. Caracterização do PNSE	13
1.3.1. Características Morfológicas, Clima e Geologia	13
1.3.2. Flora e Fauna	14
1.3.3. Paisagem	16
1.3.4. Populações e os Modos de Vida	17
1.3.5. Património Cultural e Património Construído	18
1.4. Plano de Ordenamento do Parque da Serra da Estrela	20
1.5. Potencialidades e Recursos Turísticos	21
Capítulo 2 Arquitetura Vernacular	23
2.1. O Conceito	25
2.2. Evolução da Arquitetura Vernacular	27
2.3. A Casa	29
Capítulo 3 Património Rural	31
3.1. O Conceito de Património	33
3.2. Património Rural	34
3.3. Identificação do Património Rural	36
3.3.1. A Paisagem	36
3.3.2. O Património Edificado	37
3.3.3. As Práticas Tradicionais	38
3.3.4. Produtos e Hábitos Alimentares Tradicionais	38
3.3.5. Artesanato e Pequenas Indústrias Locais	38
3.3.6. A Vida Privada e Coletiva	38

Capítulo 4 Turismo e Desenvolvimento dos Espaços Rurais	41
4.1. Espaços Rurais	43
4.2. Turismo no Desenvolvimento dos Espaços Rurais.....	45
4.3.1. Aldeias Históricas de Portugal	50
4.3.2. As Aldeias do Xisto.....	51
4.3.3. As Aldeias de Montanha.....	52
CASO DE ESTUDO	55
Capítulo 5 Aldeia de Cortes do Meio	57
5.2.1. Localização Geográfica	59
5.2.2. Enquadramento Histórico e Cultural	61
5.2.3. Orografia e Hidrografia	64
5.3. O Património	66
5.4. Análise Morfológica da Aldeia	71
5.4.1. Espaço Não Edificado	73
5.4.2. Síntese do estado atual do Espaço Não Edificado.....	77
6.4.3. O Espaço Edificado	78
5.4.4. Síntese do Estado Atual do Edificado	87
Capítulo 6 Guia de Boas Práticas de Revitalização da Aldeia	91
6.1. Intervir em Zonas Rurais	93
6.1.1. Enquadramento Legal	93
6.1.2. Como Preservar a Arquitetura Tradicional	97
6.2. Guia de Boas Práticas de Revitalização da Aldeia.....	104
Capítulo 7 Conclusão	121
Referência Bibliográfica	125
Páginas WEB	129
ANEXOS	131
Anexo 1- Exemplo de uma Ficha de Levantamento da Estrutura Edificada	133
Anexo 2 - Exemplo de uma Ficha de Levantamento da Estrutura Não Edificada ..	135

Lista de Figuras

Figura 1 - Vista da aérea da Torre, Serra da Estrela (Fonte: Snow Forecast; Autor: Hélder Afonso, 2013).	7
Figura 2 - Paisagens da Serra da Estrela (Fonte: Serra da Estrela Selvagem; Autor: Tânia Araújo,2017).	10
Figura 3 - Mapa dos limites do PNSE (Fonte: ICNF; Autor: Desconhecido, 2007).	11
Figura 4 - Carvalho-negral, Urze, Zimbro e Cervunal (Fonte: ICNF, Autor: Cristina Vieira, 2005).	15
Figura 5 - Lagartixa-da- Montanha e Pisco-de-peito-ruivo; (Fonte: ICNF, Autor: Cristina Vieira, 2005).	15
Figura 6 - Ovelha Bordaleira e Cão da Serra (Fonte: Museu Virtual da Manteigas; Autor: Nataniel Rosa, 2016).	15
Figura 7 - Vale Glaciar do Zêzere (Fonte: TRY Portugal; Autor: Jorge SCP,2017)	16
Figura 8 - A vida dura dos pastores (Fonte: CISE; Autor: Desconhecido, s.d.)	17
Figura 9 - Refúgio na Nave de Sto. António (Fonte: Serra da Estrela Selvagem Blog; Autor: Tânia Araújo,2017)	19
Figura 10 - Vista da Vila de Loriga e Casas Típicas da Serra (Fonte: Aldeias de Montanha; Autor: Desconhecido, 2016).....	19
Figura 11 - Habitação na Serra da Estrela (Fonte: Museu Virtual de Manteigas; Autor: Desconhecido, s.d.)	23
Figura 12 - Tenda nómada do deserto Sara, Mali; Cabana Chibotte, Alto-Loire, França; Casas Malaías, Malásia e Singapura (Fonte: Paul Olivier, 2006).....	26
Figura 13 - O forno comunitário, Ribeira de Sobral de São Miguel (Fonte: Autora,2016); Habitação tradicional e Rebanho na Serra; (Fonte: OAPIX; Autor: Desconhecido, s.d.); Gaiteiros (Turismo Portugal: Autor: Desconhecido, s.d.).....	35
Figura 14 - Vila de Belmonte (Fonte: Autoria Própria, 2015)	41
Figura 15 - Triangulo “virtuoso” (Fonte: Autoria Própria segundo COVAS (2008).	45
Figura 16 - Vista da Aldeia de Cortes do Meio (Fonte: CMC, Autor: Desconhecido, s.d.)	57
Figura 17 - Mapa de localização Concelho da Covilhã (Fonte: Câmara Municipal Covilhã, 2017)	60

Figura 18 - Localização Freguesia de Cortes do Meio (Fonte: JFCM, adaptado pela autora, 2018)	60
Figura 19 - Relação das atividades dos habitantes na década de 50 (Fonte: CMC, s.d.).....	62
Figura 20 - evolução do número de habitantes de Cortes do Meio (Fonte: INE).....	62
Figura 21 - Planta Altimétrica da Aldeia de Cortes do Meio (Fonte: CMC, adaptada pela Autora, 2018).....	65
Figura 22 - Igreja Matriz e a Capela de N ^a Sra. do Carmo (Fonte: Autoria Própria, 2018).....	67
Figura 23 - Ruínas do lagar de Azeite e Ruínas da Fábrica (Fonte: Autoria Própria e JFCM, 2018).	68
Figura 24 - Ponte Antiga e Fonte das Três Bicas (Fonte: Autoria Própria, 2018).....	68
Figura 25 - Castro e Casa da Fraga nas Penhas da Saúde (Fonte: Instituição Baldios da Freguesia de Cortes do Meio, s.d.).	68
Figura 26 - Vista sobre a Serra, Poço da Azenhas (Fonte: Junta de Freguesia de Cortes do Meio, s.d.); Ribeira e Curral (Corte) dos animais (Fonte: Autoria Própria, 2018).....	69
Figura 27 - Penhas da Saúde e Varanda dos Pastores (Fonte: Geocaching; Autor: Desconhecido, s.d.).	70
Figura 28 - Vista da Ribeira para a Aldeia de Cortes do Meio (Fonte: Autoria Própria, 2018). ..	71
Figura 29 - Planta com edifícios e locais públicos a visitar (Fonte: Autoria Própria, 2018). ...	72
Figura 30 - Ruas, quelha e canada da aldeia (Fonte: Autoria Própria, 2018)	73
Figura 31 - Planta com o tipo de materiais nas ruas da aldeia (Fonte: Autoria Própria, 2018).	74
Figura 32 - Largo da Igreja e o Largo da Capela (Fonte: Autoria Própria, 2018).	76
Figura 33 - Zona estar junto á Fonte das Três Bicas; (Fonte: Autoria Própria, 2018).	76
Figura 34- Praça da República e o Largo do Terreiro (Fonte: Autoria Própria, 2018).	76
Figura 35 - Parque Infantil e a Zona da praia fluvial do Poço da Monteiro (Fonte: Autoria Própria,2018)	76
Figura 36 - Edifícios de caracter tradicional na aldeia (Fonte: Autoria Própria, 2018).	79
Figura 37 - Edifícios dissonantes na aldeia (Fonte: Autoria Própria, 2018).	80

Figura 38 - Gráfico e planta da relação uso/funções dos edifícios (Fonte: Autoria Própria, 2018).	81
Figura 39 - Gráfico e planta da relação do número de pisos dos edifícios (Fonte: Autoria Própria, 2018).	82
Figura 40 - Gráfico e planta síntese do estado de consevação do edificado (Fonte: Autoria Própria, 2018).	84
Figura 41 - Gráfico e planta síntese do valor arquitetónico do edificado (Fonte: Autoria Própria, 2018).	86
Figura 42 - Vista aérea de Cortes do Meio (Fonte: WEB 5, Autor Desconhecido, s.d; Adaptado pela autora, 2018)	91
Figura 43 - Planta com a área de intervenção proposta (Fonte: Autoria Própria 2018).....	105
Figura 44 - Extrato da Planta de Síntese de Ordenamento. (Fonte:CMC,2018).....	106
Figura 45 - Legenda do Extrato da Planta de Síntese de Ordenamento. (Fonte:CMC,2018)...	107
Figura 46 - Extrato da Planta de Implantação do POPNSE, Rede Natura 2000. (Fonte:CMC,2018).....	108
Figura 47 - Legenda do Extrato da Planta de Implantação do POPNSE, Rede Natura 2000. (Fonte:CMC,2018).....	109
Figura 48 - Planta da delimitação da área de intervenção da ARU. (Fonte:CMC,2018)	109

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Tipos de património rural (Fonte: Autoria própria com base na DGADR).	34
Tabela 2 - Identificação do património rural (Fonte: Autoria própria com base na DGADR). ...	36
Tabela 3 - Tipos de paisagem (Fonte: Autoria própria com base na DGADR).	37
Tabela 4 - Tipos de património Edificado (Fonte: Autoria própria com base na DGADR).	38
Tabela 5 - Intervenção no património rural (Fonte: Autoria própria com base na DGADR). ...	39
Tabela 6 - Valores do território das Aldeias de Montanha (Fonte: Autoria Própria, 2018.)	54
Tabela 7 - Análise dos diferentes componentes de uma edificação de modo a classificar o seu estado de conservação (Fonte: Autoria Própria, 2018).	83
Tabela 8 - Análise dos diferentes componentes de uma edificação de modo a classificar o seu valor arquitetónico(Fonte: Autoria Própria, 2018).	85
Tabela 9 - Análise SWOT da aldeia de Cortes do Meio (Fonte: Autoria Própria, 2018).	88
Tabela 10 - Principais entraves à reabilitação em zonas rurais (Fonte: Autoria Própria, 2018).	94
Tabela 11 - Exemplos de intervenções incorretas na aldeia (Fonte: Autoria Própria, 2018)...	98
Tabela 12 - Conceitos fundamentais para os técnicos envolvidos na intervenção do património (Fonte: Autoria Própria, 2018).	103
Tabela 13 - Filosofia do Guia de Boas Práticas de Revitalização da Aldeia (Fonte: Autoria Própria, 2018).	104
Tabela 14 - Conjunto de normas quanto á intervenção no perímetro definido - núcleo antigo da aldeia. (Fonte: Autoria Própria, 2018).	110
Tabela 15 - Recomendações a seguir antes de intervir no núcleo antigo da aldeia. (Fonte: Autoria Própria, 2018).	119

Lista de Acrónimos

AIBT-PT	Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior;
ADERES	Associação de Desenvolvimento Rural Estrela - Sul;
ADIRAM	Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha;
ADXTUR	Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto;
ARU	Área de Reabilitação Urbana;
BTT	Bicicleta Todo-o-Terreno;
CISE	Centro de Interpretação da Serra da Estrela;
CMC	Camara Municipal da Covilhã;
DGADR	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural;
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas;
INE	Instituto Nacional de Estatística;
INTERREG	Iniciativa Comunitária do Fundo Europeu de Desenvolvimento e Cooperação Regional para as Regiões da União Europeia (2000-2006);
JFCM	Junta de Freguesia de Cortes do Meio;
LEADER+	Ligação entre Ações de Desenvolvimento e Economia Rural;
PAH	Programa das Aldeias Históricas;
PAX	Programa das Aldeias de Xisto;
PDM	Plano Diretor Municipal;
PNSE	Parque Nacional da Serra da Estrela;
POPSE	Plano de Ordenamento do Território do Parque da Serra da Estrela;
PROVERE	Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos;
TER	Turismo em Espaço Rural;
TR	Turismo de Portugal;
S.d.	Sem data.

Introdução

Esta Tese é apresentada à Universidade da Beira Interior como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura.

Contextualização

A Serra da Estrela é um lugar de grande beleza e significado, repleta de histórias e memórias, procurada como destino turístico, pelo seu património natural, material e imaterial. As suas aldeias encontram-se por vezes esquecidas e perdidas na serra, constituindo uma referência histórica e algo misteriosa para o olhar daquele que vem de fora e as visita. As paisagens, a arquitetura vernacular, a história, os produtos e os saberes locais, entre tantos outros, são fatores que moldaram as identidades de pessoas e de lugares.

Inserida em plena região do Parque Nacional da Serra da Estrela a Aldeia de Cortes do Meio é o objeto de estudo deste trabalho, procurando-se dar importância, não só ao aglomerado e suas construções, como também ao território envolvente, que a caracteriza e do qual depende e está relacionada. O seu estudo, de forma a entender melhor o local, iniciou-se com a análise global do território onde se localiza a aldeia, passando depois para um estudo mais pormenorizado, com o levantamento da sua estrutura edificada e não edificada, que ajudaram a compreender e perceber estes termos urbanos.

O resultado da análise da aldeia, reflete a importância de entender como transmitir o valioso património que a constitui, não querendo esta dissertação ser um manual ou plano de como poderá intervir - se neste património rural, mas um guia que poderá ser o ponto de partida para quem queira investigar mais, promover ou para intervir diretamente na aldeia.

“Um sítio vale pelo que é, e pelo que pode ou deseja ser - coisas talvez opostas, mas nunca sem relação” (Álvaro Siza Vieira, 2001)

Objetivo

O objetivo principal desta dissertação é dar a conhecer, preservar e promover o vasto património rural da aldeia, relacioná-lo com a envolvente, refletindo, estudando e caracterizando o local, de forma que se consiga transmitir e manter o importante legado que os nossos antepassados nos deixaram, como mostra da sua forma de viver e construir.

Com a conjugação dos fundamentos de pesquisa teórica e trabalho de campo, foram ainda definidos dois objetivos específicos: o primeiro relacionado com a caracterização da Aldeia de

Montanha de Cortes do meio, onde se identificou e analisou as características espaciais e construtivas do aglomerado da aldeia, assim como a sua envolvente mais próxima, identificando quais as suas lacunas assim como as suas mais-valias. O segundo, por força do primeiro, vem tentar estabelecer regras e estratégias para orientar, disciplinar e intervir de uma forma adequada e pouco descaracterizadora no património rural da aldeia.

Justificação e Motivação na Escolha do Tema

Com os conhecimentos adquiridos ao longo do meu percurso académico no curso de Arquitetura e a experiência profissional na área de projeto e construção civil, é inevitável não ficar sensibilizada para os problemas do espaço rural, nomeadamente nos concelhos do Interior. Tenho procurado ajudar na prática e na busca de propostas/soluções que proporcionam melhores condições de vida às populações, sem descuidar a autenticidade e as mais-valias patrimoniais e humanas destas áreas do país.

Assim, com as áreas de conhecimento abordadas durante o Curso de Arquitetura e os meus conhecimentos na área da engenharia, fizeram-me escolher e trabalhar em algo que pudesse, que contribuir para potenciar e preservar o património rural e que fosse acima de tudo uma reflexão/ajuda para todos os atores presentes nas intervenções das nossas aldeias.

Metodologia

A metodologia que serviu de alicerce a este trabalho, depois de uma pesquisa documental em fontes secundárias que enquadraram a temática, avançou-se para o caso de Estudo. Aqui a pesquisa foi baseada sobretudo a partir da análise dos dados recolhidos após observação aturada e *in situ* da aldeia, sistematizada através das fichas que se estão em anexo, visto que neste caso, ser rara a bibliografia existente sobre a aldeia: observação, a fotografia, as notas de campo e algumas entrevistas indiretas executadas durante as visitas ao local, foram a chave do trabalho.

Como resposta aos objetivos, o desenvolvimento da presente dissertação compreendeu a sua divisão em quatro etapas estrategicamente organizadas de modo a tornar o trabalho válido e coerente.

a. A primeira etapa | Introdução

Neste primeiro capítulo apresenta-se o trabalho e a metodologia presente aquando da sua elaboração.

b. A segunda etapa | Fundamentação Teórica

Dá-se a conhecer no capítulo 1 o contexto envolvente á aldeia, com a caracterização da região da Serra da Estrela e nos capítulos 2, 3 e 4 abordam-se os conceitos, de arquitetura vernacular, de património rural e do turismo como desenvolvimento dos espaços rurais, que servem de divisa e se tendem importantes para a dissertação.

c. A terceira etapa | Caso de Estudo

Esta etapa encontra-se dividida nos capítulos 5 e 6 que se referem especificamente ao caso de estudo - a Aldeia de Cortes do Meio. O capítulo 5 consistiu num trabalho investigação e de campo em torno do processo de análise urbanística, arquitetónica e paisagística da aldeia. Tendo-se observado o tradicional e original de cada construção da aldeia, assim como exemplos das más intervenções. O capítulo 6 para finalizar será o compilar de todo estudo e análise da aldeia através de um Guia de Boas Práticas, onde se elaboram algumas regras, recomendações e reflexões que se acham importantes serem levadas em consideração na reabilitação ou reconstrução do património, na tentativa de preservar o que o passado deixou e de manter a originalidade da aldeia.

d. A quarta etapa | Conclusão

Último capítulo, relativo á conclusão, onde se pretende ser uma síntese objetivo do tema desenvolvido, capaz de resumir no seu conteúdo a essência da mensagem do trabalho.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1 | A Região

“A Estrela, essa, guarda secretamente os ímpetos, refletindo-se ensimesmada e discreta no espelho das suas lagoas. Somente a quem a passeia, a quem a namora duma paixão presente e esforçada, abre o coração e os tesouros. Então, numa generosidade milionária, mostra tudo. Revela, sobretudo, recantos quase secretos de mulher.”

Miguel Torga (excerto do livro Portugal, pág.72,1967)



Figura 1 - Vista da aérea da Torre, Serra da Estrela (Fonte: Snow Forecast; Autor: Hélder Afonso, 2013).

1.1. A Serra da Estrela

“O monte era áspero e inculto, por isso «hermínio» de nome, ou ermo, mas os seus residentes quiseram chamar-lhe Estrela porque ali havia um rochedo em forma de estrela, mais ainda porque a aspereza do inverno se tornava em paraíso no verão.”¹

Localizada no Centro - Este de Portugal Continental, com orientação NE/SO, a Serra da Estrela faz parte da Cordilheira Central da Península Ibérica: estabelece fronteira física e cultural entre o Norte Atlântico e o Sul Mediterrânico.

A sua:

“ Notável situação geográfica (...) proporcionou, desde os tempos pré-históricos, o traçado de rotas naturais para as comunidades primitivas de recolectores e pastores, forneceu aos primeiros agricultores e pastores os recursos para edificar as suas antas e dólmenes memoriais, e traçou as estradas romanas, os caminhos medievais e da transumância, sobrepostos no tempo histórico - cultural, ainda hoje percurso obrigatório das modernas autoestradas e itinerários principais.”²

Sítio do frio e de neve, atrativo para turistas no inverno e pastores no verão, mãe de três importantes rios nacionais, de onde brotam o Mondego, o Zêzere e o Alva, é por entre vales glaciares e altos montanhosos, por fios de água e nascentes, que maravilhas naturais acontecem, únicas e indelévelis.

A nobreza das paisagens de montanha (figura 2), a tranquilidade das lagoas, a pureza do ar, a aliciante prática dos desportos de neve, a degustação da gastronomia serrana e o artesanato fazem desta região um ponto de interesse cada vez mais procurado e um destino turístico de excelência. A região é múltipla e vasta, aqui se tocam a dureza granítica e o equilíbrio do xisto, das suas paisagens aldeias e cidades. É toda ela um património natural e cultural a descobrir, em qualquer altura do ano e para todas as idades.

Um espaço com características muito próprias e zona de paisagem integrada no Parque Natural da Serra da Estrela, maior área protegida em solo nacional, e uma influência que vai para lá das suas margens e que abarca grande parte dos distritos da Guarda, Castelo Branco, Viseu e Coimbra. “É assim a Estrela, uma montanha repleta de história que importa conhecer.”³

¹ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Desdobrável.

² Roteiro Serra da Estrela, s.d:12,14.

³ À Descoberta da Estrela - Grandes Rotas Pedestres, 2ª Edição, 1998.

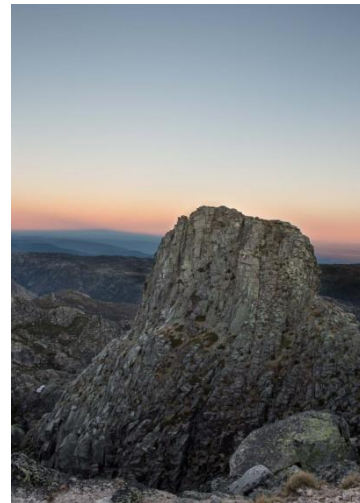


Figura 2 - Paisagens da Serra da Estrela (Fonte: Serra da Estrela Selvagem; Autor: Tânia Araújo,2017).

1.2. O Parque Natural da Serra da Estrela

O Parque Natural da Serra da Estrela (figura 3) abrange uma área montanhosa, localizada no centro-este do território português, repartida pelos concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia, constituindo uma das mais extensas áreas protegidas nacionais.

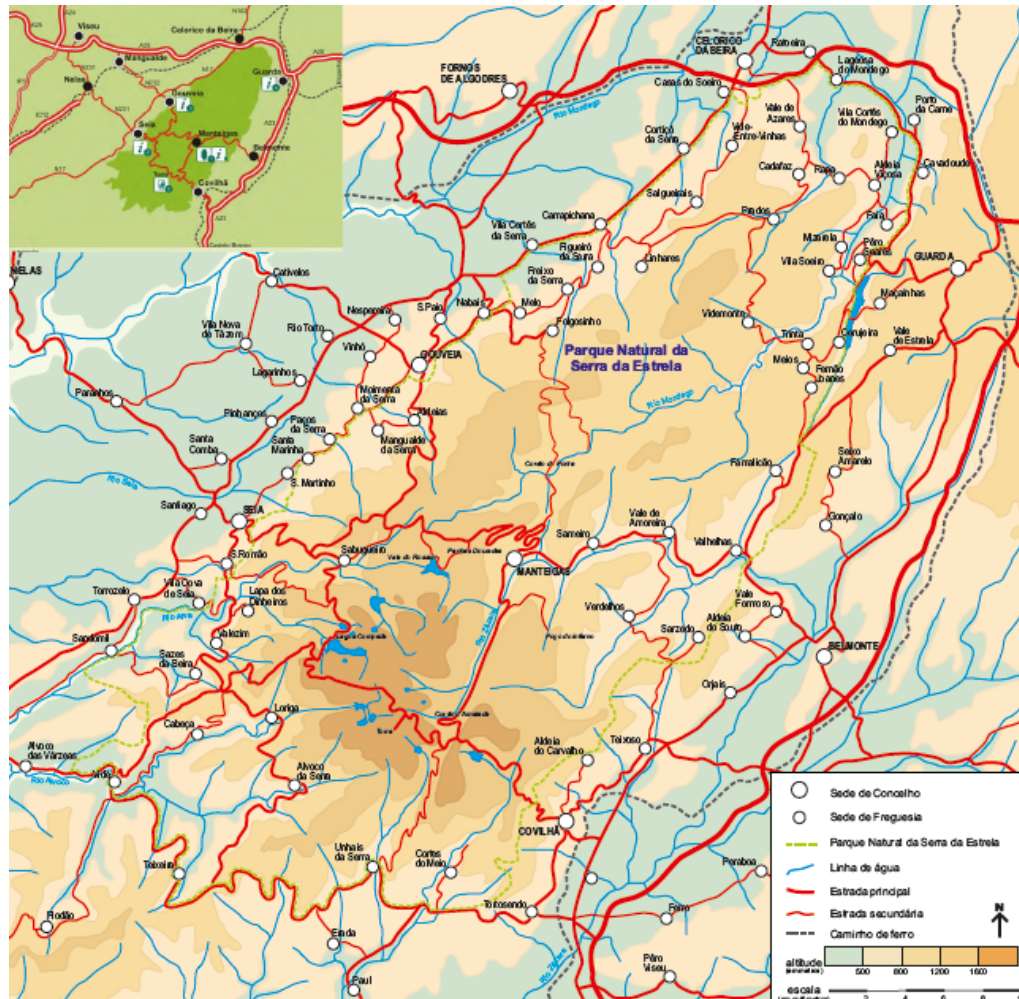


Figura 3 - Mapa dos limites do PNSE (Fonte: ICNF; Autor: Desconhecido, 2007).

O maciço da Estrela foi classificado como Parque Natural através do Decreto-Lei nº557/76 de 16 de julho, visto tratar-se de "uma região de característica economia de montanha, onde vive uma população rural que conserva hábitos e formas de cultura local que interessa acautelar e promover", onde subsistem "refúgios de vida selvagem e formações vegetais endêmicas de importância nacional" representando "um extraordinário componente natural de grande valor paisagístico" (Decreto-Lei nº557/76 de 16/07, pág.1562). A elevada sensibilidade da área, a grande procura que as populações no gozo dos seus tempos livres, contribuíram também para a sua classificação e mostraram a necessidade de um ordenamento destinado a promover uma utilização mais racional e integrada.

Com uma área inicial de 52 000 hectares, os seus limites foram sendo redefinidos em revisões posteriores. Em 1979, a sua área foi ampliada para 101 060 hectares pelo Decreto-Lei n.º 167/79, mais recentemente, em 2007 com o Decreto-Lei n.º 83/2007 de 10 de outubro sofreu uma redução para 88 850 hectares.

Assim, atualmente compreende uma sucessão de planaltos que se estende desde a Guarda, a nordeste, até aos contrafortes da serra do Açor, a sudoeste, no concelho de Seia. Ocupa uma área de média e alta montanha, que inclui o ponto mais elevado do território continental, a 1993 metros de altitude, e onde se observam os melhores testemunhos de uma paisagem glacial a nível nacional.

O Parque Nacional da Serra da Estrela tem como objetivos específicos os seguintes:

- Promover a conservação dos valores naturais, desenvolvendo ações tendentes à salvaguarda dos aspetos geológicos e das espécies da flora e fauna com interesse científico ou paisagístico;
- Promover o desenvolvimento rural, levando a efeito ações de estímulo e valorização das atividades económicas tradicionais que garantam a evolução equilibrada das paisagens e da vida das comunidades;
- Salvar o património edificado, levando a efeito ações de reabilitação, bem como promovendo uma construção integrada na paisagem;
- Apoiar a animação sociocultural, através da promoção da cultura, hábitos e tradições populares;
- Promover o repouso e o recreio ao ar livre, de forma que a Serra da Estrela seja visitada e apreciada sem que daí advenham riscos de degradação física e biológica para a paisagem e para o ambiente.

Principalmente devido à sua singularidade a nível nacional, este território encontra-se ao abrigo de quatro estatutos de proteção, um “título” português outorgado como Parque Natural, dois de diretrizes europeias - Rede Natura 2000⁴, e Reserva Biogenética e um concedido a nível Internacional com a Convenção de RAMSAR⁵ para as Zonas Húmidas.

⁴ A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves) - revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro - e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.

⁵ A Convenção sobre Zonas Húmidas constitui um Tratado intergovernamental adotado em 2 de fevereiro de 1971 na Cidade Iraniana de Ramsar. Por esse motivo, esta Convenção é geralmente conhecida como “Convenção de Ramsar” e representa o primeiro dos Tratados globais sobre conservação. O Estado Português assinou a Convenção sobre Zonas Húmidas em 1980.

1.3. Caracterização do PNSE

1.3.1. Características Morfológicas, Clima e Geologia

Esta região trata-se de um acidente orográfico, onde sobressaem planaltos, picos de montanhas e vales onde correm os rios. Constituída por uma enorme biodiversidade, quer ao nível animal como de plantas e vegetais, foi devido a esta diversidade que foi estabelecido o Parque Natural, preservando-o de desgaste por parte da ação humana.

Constituída por extensos afloramentos graníticos, com idade entre 340 a 280 milhões de anos, intercalados com rochas metamórficas, como os xistos e as grauaques, de idade entre 650 a 500 milhões de anos. Estas formações geológicas, dominantes, são atravessadas por numerosos filões de quartzo, de pegmatitos de graníticos e de doleritos. (WEB19).

“O PNSE é um autêntico compêndio de geologia em que cada vale, desfiladeiro ou rochedo revela uma explicação científica. (...) Há 20.000 anos camadas espessas de gelo cobriam as zonas mais altas, de onde deslizaram lentamente, arrastando blocos gigantes de granito e escavando vales. Em alguns sítios ficaram depressões que quando mal drenadas originaram lagoas naturais. As diferentes formações rochosas e as suas falhas ou fraturas são causa de inúmeras cascatas e fontes de água fresca. A água, retida sob a forma de neve e nas lagoas, é um importante recurso geológico, que faz da Estrela um dos territórios nacionais com maior capacidade energética.”⁶

Do ponto de vista climático nesta região pode-se encontrar dois tipos de clima: o mediterrâneo e o temperado. O clima temperado predomina nas encostas ocidentais e nas áreas de maior altitude, caracterizando-se por precipitações elevadas e distribuição das temperaturas regulares ao longo do ano. As restantes áreas são afetadas pelo clima mediterrânico, com verões quentes e secos e invernos frios e húmidos. As temperaturas variam de acordo com os diferentes estágios bioclimáticos existentes na Serra da Estrela, sendo que na Torre, as condições são extremas. (WEB19).

⁶Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, PNSE (<http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnse/class-carac>).

1.3.2. Flora e Fauna

A variação altitudinal da Serra da Estrela tem como consequência uma delimitação bem marcada da vegetação. É possível definir três grandes andares de vegetação visíveis na figura seguinte: andar basal entre 800-900 metros, andar intermédio entre 800-1600 metros e andar superior maior que 1600 metros, sendo que cada um destes se encontra associado a diferentes estágios de vegetação. O andar basal é caracterizado pelo cultivo por parte da população, pelo que a vegetação natural é praticamente inexistente. No andar intermédio a vegetação espontânea potencial seria formada por bosques de carvalho-negral e azinheira, contudo, destas formações subsistiram manchas residuais, devido aos incêndios às práticas agrícolas e silvo pastoris, de carvalhais, castinçais e matos de vários tipos. Por fim, o andar superior é o menos desenvolvido, não só devido à altitude, como também à sua pequena extensão territorial, sendo também aquele em que a ação do homem menos se fez sentir. A vegetação predominante é constituída por um “mosaico” de formações arbustivas, com piornais, caldoneiras, urzais e giestais, marcado pelo domínio do zimbro (figura 4), que se desenvolve entre prados de montanha, comunidades rupícolas (que vivem nos rochedos) e lacustres (que vive nas margens ou sobre as águas de um lago). (WEB19).

Também na fauna a serra apresenta uma enorme variedade, resultante em grande parte da inacessibilidade, dureza climática, isolamento secular desta região e os diversos habitats que a mesma contém: o meio rural, meio florestal, meio arbustivo, meio subalpino e os cursos de água. O número de espécies de fauna vai diminuindo à medida que se sobe a montanha, no meio subalpino os solos são praticamente inexistentes, contendo algumas aves e também a lagartixa-da-montanha (*Lacerta monticola*, figura 5). Esta espécie, endémica da Península Ibérica, que se encontra só na região do Planalto Central da Serra da Estrela.

Na serra é possível encontrar uma grande variedade de mamíferos como o javali, lontra, gineta, raposa, fuinha, texugo e gato - bravo, destacando-se entre os pequenos mamíferos a toupeira-de-Água. De referir, ainda que devido às tradições de pastorícia existentes na Serra da Estrela, e exploradas há várias centenas de anos, surgiram duas raças autóctones de ovelhas e uma de cães de trabalho, respetivamente a Mondegueira e a Bordaleira, e o cão da Serra da Estrela (figura 6).



Figura 4 - Carvalho-negral, Urze, Zimbro e Cervunal (Fonte: ICNF, Autor: Cristina Vieira, 2005).



Figura 5 - Lagartixa-da- Montanha e Pisco-de-peito-ruivo; (Fonte: ICNF, Autor: Cristina Vieira, 2005).



Figura 6 - Ovelha Bordaleira e Cão da Serra (Fonte: Museu Virtual da Manteigas; Autor: Nataniel Rosa, 2016).

1.3.3. Paisagem

As paisagens do PNSE são bastante diversificadas, podendo-se observar diversos elementos dependendo do local da montanha em que se encontra, como podemos observar na figura 2. Assim, no extremo norte e no maciço superior e zonas envolventes a paisagem é denominada por áreas de granito e delimitados por vertentes abruptas. No andar intermédio e superior da montanha é possível observar uma paisagem caracterizada por formas erosivas, como circos, vales glaciários e rochas aborregadas, bem como formas de acumulação. Os locais mais impressionantes desta paisagem são o vale superior do Zêzere, a Garganta de Loriga, a Nave de Santo António, a moreia lateral do Covão do Urso, os blocos erráticos na margem norte da Lagoa Comprida e o Poio do Judeu. Nas áreas não cobertas pelas massas de gelo são evidentes os aspetos característicos das paisagens graníticas, como as áreas do Cabeço de Santo Estêvão, das Penhas Douradas e das Penhas da Saúde. Por fim, nas áreas a sul e a sudoeste da serra, domina a existência de xisto e grauvaque.



Figura 7 - Vale Glaciar do Zêzere (Fonte: TRY Portugal; Autor: Jorge SCP,2017)

1.3.4. Populações e os Modos de Vida



Figura 8 - A vida dura dos pastores (Fonte: CISE; Autor: Desconhecido, s.d.)

Os povos desta região são considerados um povo destemido e com uma forte componente entreadajuda. Gente humilde que vivia essencialmente do sustento da terra, o homem serrano, aproveitando os benefícios de um clima suave, construiu inúmeros terraços, vencendo desníveis e tornando possível a agricultura. O sector primário sempre foi aquele que mais predominou, sobretudo em torno da pastorícia, criação de gado, fabrico e venda de queijo, produção de tecidos de lã e curtume de peles. (WEB 22).

Diferentes fatores, entre os quais a quebra do rendimento agrícola, o encerramento de grande número de fábricas têxteis, a emigração, o sistemático abandono dos jovens que não encontram aqui oportunidades de emprego, vieram alterar o quadro de equilíbrio instalado durante séculos onde as atividades do sector primário são cada vez menos visíveis. Atualmente, o turismo assume-se como âncora à subsistência de grande parte da região, onde parte do tecido económico vive do sector. (WEB 22).

1.3.5. Património Cultural e Património Construído

O Parque Natural da Serra da Estrela preserva sinais de povos que habitaram a área, sobretudo: vestígios da romanização, expressa na engenharia das pontes, vias de comunicação e alguns edifícios; influência dos árabes nos sistemas de rega e nas técnicas de tecelagem; e a influência das comunidades judaicas no desenvolvimento dos mercados e feiras regionais.

“O PNSE é também um repositório de tradição e cultura, consolidadas ao longo de séculos. Apresenta-se na genuinidade dos produtos locais, na construção solarenga, nas pontes de granito, nos pelourinhos e castelos de vilas e aldeias. A persistência do homem em vencer a dureza da serra está patente nas paisagens de socalcos, onde se retêm solos e se guia a água que rega os prados de lima. A cultura pastoril foi a que mais marcas deixou, sendo o queijo o produto que melhor a representa.”⁷

Analisando de uma forma geral, o modo de fixação e desenvolvimento dos núcleos populacionais neste território verifica-se, que a habitação se distribui na sua quase totalidade, abaixo dos 900 m de altitude. Também se verifica que o modo de ocupação do território e a própria estrutura das povoações são distintos relativamente às zonas do granito e do xisto da serra (figuras 9 e 10). Arquitetonicamente, as habitações típicas da Estrela são construídas principalmente em granito embora em algumas povoações se utilize o xisto, segundo a região geológica, tendo, no entanto, as casas das regiões xistosas pedras de granito ou simples pranchões de madeira a guarnecer janelas e portas, as soleiras, torças e ombreiras. (WEB 19).

As cidades e as aldeias foram crescendo, e à medida que a população se movimentou dentro deste território, novas casas foram construídas por vezes, sem relação territorial. No entanto da Serra sobressai uma arquitetura popular passível de ser preservada, recuperada e valorizada. É aqui que o arquiteto poderá desempenhar um importante papel na preservação este espólio, já que é importante não esquecer que esta arquitetura popular tem um significado histórico e que faz parte da cultura local.

“Embora a Serra da Estrela seja predominantemente um parque natural, a presença humana na paisagem é uma constante, seja pelas estradas a romper a Serra, pelas aldeias de montanha, pelas construções humana que se vão encontrando ao longo da serra e pelas zonas de cultivo ou zonas de pastoreio.”⁸

⁷Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; PNSE; <http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnse/hist-cult>.

⁸Serra da Estrela Selvagem; <http://www.serradaestrelaselvagem.org/>; Autor: Tânia Araújo, 2017.



Figura 9 - Refúgio na Nave de Sto. António (Fonte: Serra da Estrela Selvagem Blog; Autor: Tânia Araújo, 2017)



Figura 10 - Vista da Vila de Loriga e Casas Típicas da Serra (Fonte: Aldeias de Montanha; Autor: Desconhecido, 2016)

1.4. Plano de Ordenamento do Parque da Serra da Estrela

De acordo com a legislação em vigor, o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela constitui um Plano Especial de Ordenamento do Território de âmbito nacional e da iniciativa do Governo, tendo em vista a prossecução de objetivos de interesse nacional com repercussão espacial, designadamente a aplicação dos princípios e política nacional de Conservação da Natureza. (POPSE, Decreto-Lei 310/2003, de 10 de Dezembro).

Este instrumento de planeamento rege-se pelo disposto no Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 310/2003, de 10 de Dezembro. E nele é definida a política de salvaguarda e conservação que se pretende instituir dispondo, designadamente, sobre os usos do solo e condições de alteração dos mesmos. Estes usos são hierarquizados de acordo com os valores do património natural em causa. (Idem).

Assim, o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela visa regulamentar administrativamente o território do Parque sobretudo as iniciativas que visam intervir no território, iniciativas essas que são públicas e privadas, sempre em sintonia com os municípios. Pretende estabelecer os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixar os usos e o regime de gestão, com vista a garantir a manutenção e a valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade biológica da respetiva área de intervenção. (Idem).

Neste sentido, o POPNSE tem como objetivos gerais, entre outros:

- a) Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;
- b) Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável;
- c) Assegurar a participação ativa de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes;
- d) Definir modelos e regras de ocupação do território, por forma a garantir a salvaguarda, a defesa e a qualidade dos recursos naturais. (Idem).

O POPNSE tem ainda como objetivos específicos:

- a) Promover a conservação dos valores naturais, desenvolvendo ações tendentes à salvaguarda dos aspetos geológicos e das espécies da flora e fauna com interesse científico ou paisagístico;
- b) Promover o desenvolvimento rural, levando a efeito ações de estímulo e valorização das atividades económicas tradicionais que garantam a evolução equilibrada das paisagens e da vida da comunidade;

- c) Salvar o património edificado, levando a efeito ações de reabilitação, bem como promovendo uma construção integrada na paisagem;
- d) Apoiar a animação sociocultural, através da promoção da cultura, hábitos e tradições populares;
- e) Promover o recreio, de forma que a Serra da Estrela seja visitada e apreciada sem que daí advenham riscos de degradação física e biológica para a paisagem e para o ambiente. (Ibidem).

O Plano de Ordenamento do PNSE organiza espacialmente e regulamenta os usos do solo criando as condições para minimizar os problemas/ameaças, relativamente aos habitats, floresta, paisagem, e maximizar as potencialidades/oportunidades relativamente à biodiversidade, valor paisagístico e aproveitamento turístico sustentado.

1.5. Potencialidades e Recursos Turísticos

A história da Serra da Estrela e a sua ocupação humana gira em torno da longa tradição silvo-pastoril da região pois, muito embora a criação de gado ovino e caprino já não tenha a importância de outrora, as tradições e as práticas ainda lhe são profundamente associadas. Desde as indústrias de lanifícios, ao queijo da serra, passando pelos cães e pelo artesanato, tudo tem ligação a esta prática ancestral da qual ainda é possível encontrar vestígios. A lã das ovelhas deu origem a uma indústria centenária e que chega aos nossos dias nas memórias conservadas do Museu dos Lanifícios, na Covilhã. (LAC,2008).

Após o declínio dos têxteis, a região da Serra da Estrela começou a apostar nos serviços e no turismo apresentando grande expansão na atividade comercial e hoteleira em quase todos os concelhos e tendo como uma das suas maiores potencialidades o facto de se tratar da mais importante serra portuguesa.

Está-se assim, perante um espaço natural e humanizado com características ótimas para a prática de atividades na natureza, nomeadamente de montanha, com a possibilidade de serem complementadas com a componente cultural. De referir que, distribuído de forma diferente pelos vários concelhos existe um conjunto alargado de património natural, ambiental e paisagístico, construído e monumental, etnográfico e cultural, que distingue este território.

Relativamente ao património cultural há que destacar ainda o património histórico-cultural onde se encontram sítios que são documentos vivos da longa história da presença do Homem na Serra. De salientar também as feiras, festas, romarias e artesanato variado muitas vezes ligado à ancestral atividade de pastorícia. A gastronomia e os produtos alimentares são

também potenciadores das visitas à Serra, quer pelo seu carácter genuíno, quer pela diversidade, nomeadamente os pratos de caça, de borrego, o queijo da serra e o requeijão, o pão de centeio, o mel, as aguardentes e os enchidos. (WEB 22).

A classificação da região de montanha como Parque Natural e a do Planalto Central da Serra como Reserva Biogenética pelo Concelho da Europa, vieram trazer mais-valias também ao território pois foram uma forma de reconhecer publicamente o valor e a diversidade de património natural e cultural existente. (WEB 19).

Capítulo 2 | Arquitetura Vernacular



Figura 11 - Habitação na Serra da Estrela (Fonte: Museu Virtual de Manteigas; Autor: Desconhecido, s.d.)

“A arquitetura do povo e erigida pelo povo, não para o povo”.⁹

⁹ “The architecture of the people and by the people, but not for the people”, Paul Oliver, *Dwellings*, 2003, p.14.

2.1. O Conceito

A arquitetura vernacular sempre esteve presente, como o testemunho da cultura dos homens, desde o seu primeiro habitat. Na definição do dicionário¹⁰ o termo "vernacular" provém do latim *vernaculus*, que significa "indígena, doméstico"; próprio do país a que pertence, ou seja, nacional; em termos de linguagem, genuíno, puro, com pureza no falar, no escrever, ou língua própria de um país. Assim, cada lugar do mundo possui características únicas que o distinguem de outros, algumas das quais ligadas a questões geográficas e de cultura. Daqui, surge a definição de arquitetura vernacular, também conhecida como rural ou popular.

Os primeiros registos da sua utilização encontram-se no início de século XVII, servindo apenas para descrever uma linguagem específica de uma região ou país, no entanto só nos finais do século XIX surge a utilização do termo como referência a um tipo de construção, associada ao estudo da arquitetura.

Na sua visão, Olivier¹¹ define a arquitetura vernacular como sendo um dialeto regional ou local, uma linguagem comum na forma de construir; é assim, distinta de caso para caso, com características gerais muito próprias: um tipo de construção local em que a adaptação ao lugar é a mais profunda, de forma a garantir que os seus habitantes se encontram protegidos e confortáveis; varia consoante os princípios económicos, sociais e culturais de cada comunidade e utilizando sempre materiais locais e técnicas ancestrais, já herdadas do passado. Para este autor, a arquitetura vernacular não é apenas o facto de se habitar determinado espaço, mas também a ato de o construir.

Podem-se encontrar as mais variadas formas de construção vernacular, onde a diferenciação geográfica, a presença ou ausência de determinados materiais construtivos e o tipo de necessidades económicas, são claramente fatores decisivos para a comunidade e acabam por condicionar a própria forma arquitetónica. Contudo as vivências, os rituais, os hábitos, a tradição herdada dos antepassados vão influenciar determinadamente a forma do edifício, mais que quaisquer outros fatores.

É uma arquitetura em que se utiliza materiais e recursos do próprio ambiente e região em que a edificação é construída, simbolizando um tipo de arquitetura com carácter local. No método de ordenação do território do crescimento urbano, os edifícios históricos vernaculares são afirmações de identidades locais. Neste género de arquitetura, compreendida como arquitetura comum, não se diferencia por estilos, mas sim pela sua essência tipológica e morfológica, e assim se diferenciam através das expressões e linguagens culturais, distinguindo uma região de outra, ver figuras seguintes.

¹⁰ www.infopedia.pt

¹¹ Paul Oliver, "Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World", vol.3, 1997.



Figura 12 - Tenda nómada do deserto Sara, Mali; Cabana Chibotte, Alto-Loire, França; Casas Malaias, Malásia e Singapura (Fonte: Paul Olivier, 2006)

2.2.Evolução da Arquitetura Vernacular

“A manifestação da arquitetura vernacular na prática arquitetônica ao longo dos séculos é muita e diversificada. No entanto, os tipos de arquitetura de derivados de fontes vernaculares podem ser amplamente caracterizados da seguinte forma: a arquitetura como uma evocação pitoresca icônica da identidade simbólica; arquitetura determinada pelo material, clima, ou função; e arquitetura como a personificação das qualidades sensoriais experimental, emocional, espiritual.”¹²

O vernacular acompanha a evolução do próprio Homem e tal como existe um número interminável de referências culturais e povos, existem também múltiplas formas de construir.

Este tema já tem sido explorado em distintas áreas de investigação que se relacionam ao estudo do homem. Para muitos autores a arquitetura vernácula advém de um sistema cultural e social complexo, que, nascendo da relação do homem com a sua envolvente, se reflete diretamente nas formas de habitar. Caracteriza-se por ser um produto imediato da relação do homem com o meio natural envolvente, na necessidade básica de um abrigo para o homem e na procura de harmonia com o meio.

Esta forma de arquitetura evoluiu durante milhares de anos, tendo momentos de ascensão, como por exemplo no século XVIII, como reação ao barroco, acompanhado pelo interesse da razão e da natureza que se vivia então e momentos conturbados relativos á Revolução Industrial, que veio implementar grandes alterações nas sociedades, em grande parte devido à evolução tecnológica que deu início à rutura das tradições e conseqüentemente quebrou a evolução deste movimento. Também contribuiu o movimento de êxodo rural vivido na época, os meios rurais ficaram abalados com falta de mão-de-obra para a produção agrícola, e com ela, partiram também os conhecimentos e experiências, acumulados ao longo dos tempos. (Oliveira, 2003).

A Revolução Industrial trouxe consigo novas matérias e novas técnicas ao nível da construção, sendo que este período foi conhecido por uma grande evolução do vidro, ferro, cimento e aço. Estes novos processos construtivos vieram homogeneizar as formas de construção que anteriormente, variavam conforme os diferentes lugares e culturas.

Já no século XX dá-se o corte com as raízes do passado, o Movimento Moderno, a transparência, luz, sol e ar, ganham um peso tal que em pouco tempo estes elementos tornaram-se base para o trabalho dos artistas e arquitetos, que se tentavam desprender das “cidades sujas” da revolução industrial com os seus novos modelos simplistas. Estas novas imagens da arquitetura expressavam-se em qualquer local, chegando também ao meio rural

¹² Paul Oliver, “Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World” vol.3, 1997, p.12.

que via no Modernismo o reflexo de uma vida melhor, o que levou á descaraterização e ao abandono das técnicas e construções vernaculares. (Cerqueira, 2005).

Este novo pensamento trouxe consequências para o ambiente, já que, a Arquitetura Moderna recorria essencialmente a materiais industriais de fraca resistência térmica, donde que as novas estruturas só poderiam garantir o adequado conforto interior com o auxílio de sistemas mecânicos de climatização: a arquitetura do século XX foi percorrendo este caminho sem considerar as suas consequências ambientais. (Fernandes e Mateus, 2011).

Só no século XXI começou a preocupação em mudar os hábitos pouco sustentáveis das populações, que até aqui se via a crescer. Era necessário repensar a construção e voltar às formas de construção tradicionais, ao uso de materiais naturais e ao recurso a energias renováveis. (Idem).

Assim, se ao se retomar o estudo pela arquitetura vernácula, verifica-se que os edifícios eram construídos com técnicas rudimentares, simples e passivas, que, mesmo assim, visavam a maximização das condições de conforto, valendo-se apenas dos recursos naturais disponíveis, sendo para isso imprescindível a preocupação por determinadas questões, como por exemplo as características geográficas, a melhor forma de isolamento, a orientação do edifício, e geometria a par dos materiais.

Um edifício vernacular pode não estar de acordo com os padrões atuais de conforto, mas com os novos recursos tecnológicos, poderá encontrar-se formas para atingir os padrões de conforto desejados. Aprendendo com o passado, o futuro potencial tecnológico poderá servir para melhorar e mudar a forma do paradigma em questão.

Na atualidade, está nas mãos do arquiteto compreender e considerar o potencial da região, e perceber os valores nela existentes, sejam eles, simbólicos, humanos, arquitetónicos, urbanos e principalmente históricos, estruturando assim uma linguagem do local. De encontro com este pensamento, as observações particulares sobre o local/região, onde as dimensões de um passado não são esquecidas, são essenciais, de modo a compreender os patrimónios construídos de importante significado, tanto a nível meramente arquitetónico como simbólico e cultural, de forma a tirar o máximo partido destas construções, estudando-as, valorizando-as e assimilando-as.

Isto é, recorrendo aos princípios característicos da arquitetura vernacular, como as suas formas, técnicas e materiais, o arquiteto pode reconstituir a arquitetura a partir do momento em que esta foi abandonada, mas valendo-se também de formas, técnicas e materiais rentáveis da arquitetura moderna, adaptando novos materiais aos materiais tradicionais, sem que se perca a identidade do local. (Fathy, 2009).

2.3. A Casa



Figura 29 - Casa de Cortes do Meio (Fonte: Autoria Própria, 2018)

“A casa é um reflexo do viver e da maneira de ser dos Homens. Mas a vida nas abas da Serra era tão rude que o homem quase só a utilizava para se defender do frio”.

Viriato Simões (Monografia: A Serra da Estrela e as suas beiras, 1979)

De todo o ambiente construído, a casa consegue sintetizar com mais clareza e evidência o que é próprio do lugar, pois há uma correspondência imediata dos temas de vida do homem e o seu espaço de habitar.

A casa popular rural é um elemento significativo e importante da paisagem trabalhada pelo homem, podendo mesmo afirmar-se que é o produto das relações do Homem com a Natureza, quer pela grande diversidade de tipologias, quer pela maneira como se conseguiu adaptar e responder a condicionalismos de vária ordem, sobretudo geográficos, económicos e históricos. A casa rural serve não só para a habitação, mas também como instrumento de trabalho agrícola adaptado ao tipo de exploração da terra.

O território português é rico em manifestações de arquitetura vernacular, sendo esta multiplicidade reflexo de um território característico pelos seus contrastes, como a sua topologia, geologia, clima, cultura, modos de vida, materiais, tradição, entre outros. A casa difere assim de região para região, na forma e nos pormenores decorativos. Esta diversidade deve-se à ação de múltiplos fatores que se combinam e interagem das mais diversas formas: pelos diferentes materiais disponíveis localmente, pelas particularidades geológicas e climatéricas, pelas diferenças culturais e sociais. (Oliveira, 2003)

De uma forma muito generalista, a casa do norte do país é caracterizada: pela utilização dos materiais mais abundantes na área, sendo geralmente de pedra de granito e/ou xisto á vista; e pela sua construção plana de planta retangular, vulgarmente de dois pisos independentes com funções distintas, sendo o térreo destinado á guarda de animais e o piso superior á habitação, a varanda e a escada exterior são também elementos típicos deste tipo de construção. A dureza da vida nestas terras, vida pobre em terras muito frias de Inverno e quentes de verão, conduziu á «casa onde caibas e terras que não saibas» (ditado português). A casa é um reflexo do viver e da maneira de ser dos homens, mas a vida nas abas da serra era tão rude que o homem quase só a utilizava para se defender do frio.

A casa típica do sul reflete o contraste com a do norte, tanto ao nível formal como funcional; os materiais mais abundantes neste tipo de construção são os arenitos, o tijolo e as taipas; são rebocadas e caiadas de branco, tanto no interior como exterior e os vãos são poucos e reduzidos, sendo este um mecanismo de defesa contra a luz e as altas temperaturas características na zona; embora de planta retangular, apenas possui um piso para a habitação. (Oliveira, 2003)

Deste modo, devido á importância histórica e pelo dever de preservar esta herança cultural e paisagística, a reabilitação da casa popular é fundamental sendo também um contributo para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais. (Idem).

Assim, aquando da intervenção nos espaços rurais há vários fatores a ter em atenção: as formas e dimensões dos espaços devem respeitar a tradição; manter os materiais tradicionais usados; os novos equipamentos devem estar inseridos na malha existente; procurar não permitir que se construam ruas indiferenciadas, mas antes pequenos espaços com qualidade; nas novas construções, mesmo que afastadas do núcleo, deve ser criado algum tipo de relação com o pré-existente. A existência de certas particularidades reforça a ideia de que cada uma delas possui algo único que deve funcionar como uma mais-valia na sua requalificação.

Capítulo 3 | Património Rural



Figura 30 - Ruina de Cortes do Meio (Fonte: CMC; Autor: Desconhecido, s.d.)

“... Não vendam, disse-lhes, a herança que os nossos pais nos deixaram.
Nela está escondido um tesouro.
Não sei onde, mas com um pouco de trabalho descobri-lo-ão...”.

Jean de La Fontaine, (Fábulas; Fonte:DGADR,2009)

3.1. O Conceito de Património

São várias as definições disponíveis para a definição de património. Pode ser:

“ (...) definido como a conjugação das “criações e dos produtos da natureza e do homem que, na sua integridade, constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos. O património é uma realidade, um bem da comunidade e uma valiosa herança que pode ser legada e que convida ao nosso reconhecimento e à nossa participação.” (...) “O património não se limita a um tempo, nem passado nem futuro. Usamos o património de ontem para construirmos o património de amanhã, porque a cultura é, por natureza, dinâmica e está em constante renovação e enriquecimento.”¹³

“Património é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização do património é, assim, um processo relacionado com a seleção de valores.”¹⁴

“O património, sob todas as suas formas, deverá ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras enquanto testemunho da experiência e das aspirações humanas, de forma a fomentar a criatividade em toda a sua diversidade e a inspirar um diálogo genuíno entre as culturas.”¹⁵

Na definição de Património, está a noção de que este é um legado de gerações, uma herança individual ou coletiva, que tanto pode ser entendida como um conjunto de bens que foi entregue à geração atual pelos seus antepassados, como o que será entregue às gerações vindouras. Este sentido de transmissão e ligação entre gerações é o denominador comum para a responsabilidade de todos nós na salvaguarda e proteção do património. Falar de Património é também falar de reconhecimento público do que faz parte de uma identidade coletiva e que por assim ser deve ser valorizado e defendido, e merecedor do reconhecimento da comunidade e das instituições.

Assim, cabe à atual geração, proteger, conservar e divulgar o património que não só lhe pertence e que é testemunho das gerações e culturas anteriores, como é sobre ele que se apoia para encontrar as suas origens e criar a sua identidade. Pode-se ainda concluir que os elementos que hoje se classifica como património são provas físicas da presença do Homem ao longo do tempo. (DGADR,2009).

¹³ ICOMOS Canada French-Speaking Committee (1982) Charter for the Preservation of Quebec’s Heritage.

¹⁴ Conferência Internacional sobre Conservação (2000) Carta de Cracóvia - Princípios para a conservação e o restauro do património construído.

¹⁵ UNESCO (2001) Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, Artigo 7.º.

3.2. Património Rural

Entende-se que o Património Rural é:

*“Constituído ao mesmo tempo por elementos materiais e imateriais, o mundo rural possui um património cultural, edificado, natural e paisagístico de infinita riqueza. Este património, que urge preservar, funciona igualmente como motor de desenvolvimento do território em que se situa. Reconhecer o valor do passado, proteger e valorizar o património rural, torná-lo conhecido, acessível e interactivo com as populações rurais é uma tarefa indispensável à manutenção dos equilíbrios ecológicos, à preservação da auto-estima e do desenvolvimento económico, social e cultural.”*¹⁶

Até há poucos anos, era dada uma definição algo restritiva de património rural, considerado como integrando os edifícios associados à exploração agrícola. Actualmente tem-se um conceito mais abrangente que compreende simultaneamente os elementos materiais e os imateriais, que testemunham as relações que uma comunidade estabeleceu no decurso da história com o território em que está inserida, sendo o resultado de séculos de vida de populações. (DGADR,2009).

Além de ser imperativo o seu conhecimento e preservação, este património constitui um valor incontornável de qualificação dos territórios e de afirmação de identidades, possuindo um apreciável potencial diferenciador e aumentando a atractividade e competitividade regional. É pois cada vez mais um desafio a sua integração adequada nos instrumentos de planeamento local e regional e nas consequentes políticas de desenvolvimento. (Idem).

Constituído por um importante repositório da cultura material e imaterial do interior do país e de grande parte das zonas menos desenvolvidas das atuais áreas urbanas, pode-se encontrar de variadas formas, de acordo com as tabelas e figuras seguintes.

Tabela 1 - Tipos de patrimonio rural (Fonte: Autoria própria com base na DGADR).

PATRIMÓNIO MATERIAL	PATRIMÓNIO IMATERIAL
As paisagens	As técnicas e os “saberes-fazer”
Bens imóveis e móveis	Os dialectos locais, as músicas, a literatura local, toponímia, ect.
Os produtos de origem vegetal ou animal	Os meios de sociabilização, hábitos ecostumes, festas e romarias, etc.

¹⁶ DGADR; Património Rural, 2009.

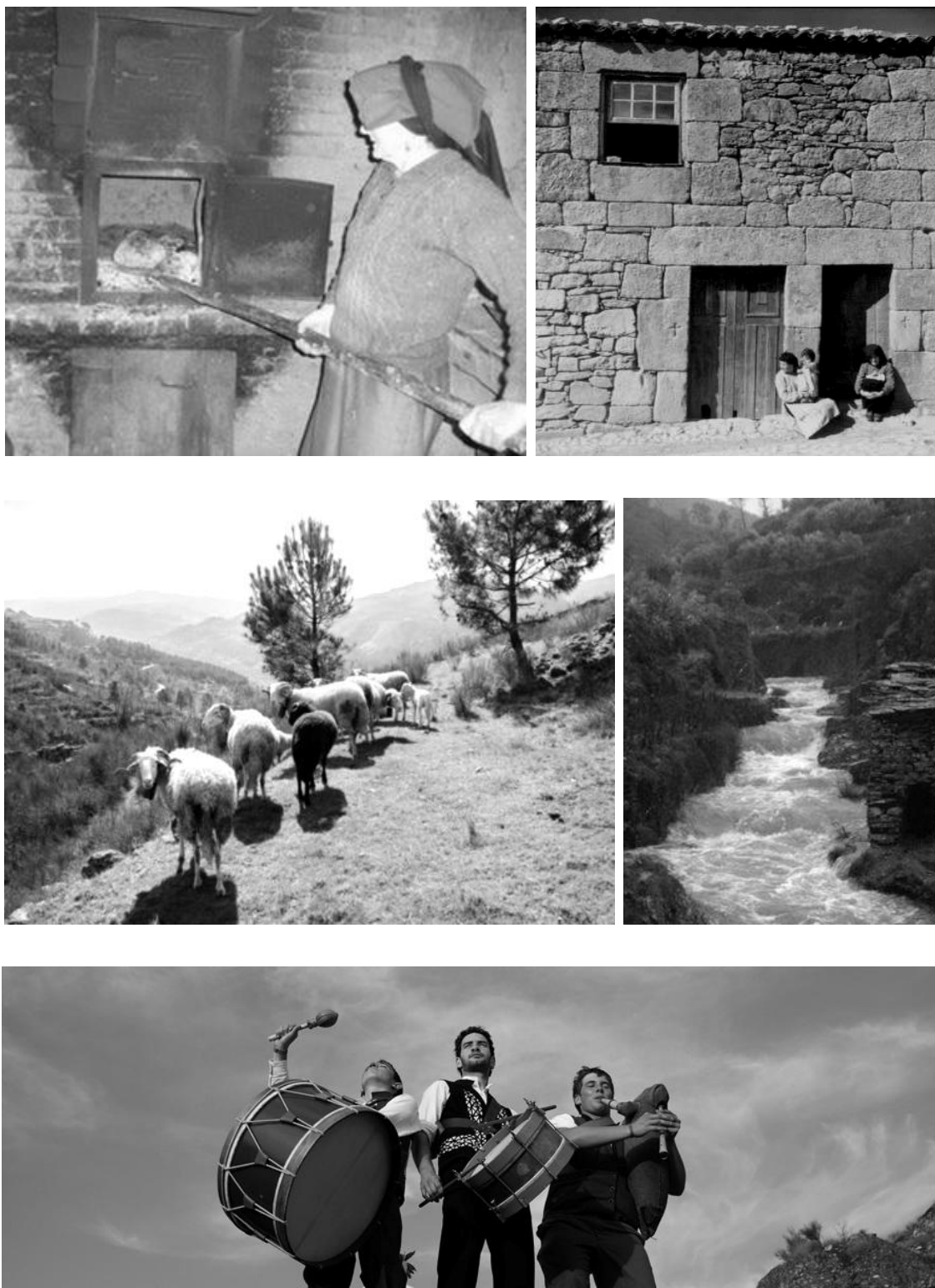


Figura 13 - O forno comunitário, Ribeira de Sobral de São Miguel (Fonte: Autora,2016); Habitação tradicional e Rebanho na Serra; (Fonte: OAPIX; Autor: Desconhecido, s.d.); Gaiteiros (Turismo Portugal: Autor: Desconhecido, s.d.)

3.3. Identificação do Património Rural

De acordo com a publicação do Guia de Observação do Património da DGADR (Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural) os nossos territórios rurais são abrangidos por diferentes tipos de património rural, como se pode ver na tabela 2.

Tabela 2 - Identificação do património rural (Fonte: Autoria própria com base na DGADR).

PATRIMÓNIO RURAL
Paisagem
Património Edificado
Práticas tradicionais
Produtos e hábitos alimentar estradicionais
Artesanato e pequenas indústrias locais
Vida Privada
Vida Coletiva

3.3.1. A Paisagem

Pode-se considerar que a paisagem:

“ A paisagem é tudo. É um diagnóstico de uma organização humana do território. É construída com elementos naturais. É do Homem, como uma casa. O Homem faz a paisagem com materiais vivos e com solo duro. É uma construção artificial, baseada nas leis da natureza. Os seus elementos estão sujeitos á Lei da Vida. Portanto, há uma dinâmica e lógica da paisagem, da parte essencial da paisagem. Não podemos separar a paisagem e trata-la como uma “coisa” para o turismo ou como um valor apenas de cenário.”¹⁷

A paisagem contribui para a formação de culturas locais, representa uma componente fundamental do património cultural e natural e assume-se, no todo ou em parte, como elemento importante na qualidade de vida das populações.

¹⁷ Gonçalo Ribeiro de Telles, arquiteto paisagístico. Entrevista ao Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+, janeiro 2004.

As paisagens rurais são estruturadas, em termos de organização do seu espaço, e podem também ser definidas em função dos aspetos ligados á orografia do território, á estrutura agrária e às atividades aí desenvolvidas. Ainda devem ser consideradas as vias de comunicação e os marcos ou pontos de referência constituídos pelas diversas estruturas, edifícios ou outros elementos que sobressaem no território pela sua singularidade, tabela 3. (Idem).

Tabela 3 - Tipos de paisagem (Fonte: Autoria própria com base na DGADR).

A PAISAGEM	
Organização do espaço	Espaço cultivado: socalcos, sebes, muros, caminhos disposição as parcelas, terra arável, etc.
	Prados e Pastagens: áreas utilizadas e sua delimitação, abrigos para o gado, etc.
	Floresta: espécies florestais dominantes, formas de condução e exploração, tipos de proprietários, existência de parques naturais, etc.
	Espaço aquático: rios, ribeiras, riachos, albufeiras, salina, etc.
	Tipos de povoamento: concentrado ou disperso.
Orografia do território	Serras, planaltos, planícies, vales, lezírias, etc. e as estruturas agrária e atividades que aí se desenvolvem.
“Marcos” no território	Torres de vigia, cruzeiros, marcos geodésicos, etc.; Vias de comunicação: vias terrestres, fluviais e férreas; Aquedutos, pontes, fontanários, Árvores seculares, espigueiros, etc.

A evolução das técnicas de produção agrícola, florestal, industrial e mineira e das técnicas nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo, dos transportes, das infraestruturas, do turismo e lazer e, de um modo mais geral, as alterações na economia mundial, estão, em muitos casos, a acelerar a transformação das paisagens. Importa reter que identificar o património rural de um território começa pela interpretação da paisagem, dando particular atenção à observação dos seus aspetos dominantes.

3.3.2. O Património Edificado

O património edificado é constituído pelas construções cuja forma e aspeto dependem, entre outros fatores, da sua finalidade, do tipo de construção, da época, do local, dos materiais da região, das tradições, dos estilos arquitetónicos e das características locais das habitações, tabela 4.

Tabela 4 - Tipos de património Edificado (Fonte: Autoria própria com base na DGADR).

O PATRIMÓNIO EDIFICADO	
Património histórico	Castelos, mosteiros, sítios arqueológicos, ruínas, muralhas, torres de vigia, etc.
Casa de habitação	Casa de aldeia ou da exploração agrícola.
Construções da exploração agrícola	Celeiros, palheiros, construções para o gado, espigueiros, construções temporárias, etc.
Construções destinadas às atividades artesanais e industriais	Fábricas, instalações mineiras, oficinas, adegas, moinhos, etc.
Construções de utilização coletiva	Igrejas e lugares de culto, edifícios municipais, escolas, mercados, fontes, lavadouros, infraestruturas desportivas, clubes e sociedades recreativas, etc.
Outro tipo de património	Abrigos de montanha, casas de pastores, pombais tradicionais, etc.

3.3.3. As Práticas Tradicionais

Em matéria de património rural, as atividades ligadas à agricultura, pecuária, floresta e pesca são atividades essenciais em torno das quais muitas outras se estruturaram.

3.3.4. Produtos e Hábitos Alimentares Tradicionais

A grande variedade de produtos existentes num determinado território, conduziu, inevitavelmente, à criação de hábitos na dieta alimentar que se revestem, muitas vezes, de tipicidade a nível local, dando igualmente lugar a uma gama alargada de receitas culinárias e a processos de confeção tradicionais. Todos estes “saberes-fazer” constituem um património local e regional de incontestável valor, desde os produtos com identidade local aos hábitos alimentares e receitas tradicionais.

3.3.5. Artesanato e Pequenas Indústrias Locais

Os ofícios tradicionais sejam eles de carácter artesanal ou relacionados com as pequenas indústrias locais, estão intimamente ligados com o agricultor e com a vida rural. Trata-se de avaliar a natureza dos ofícios e “saberes-fazer” tradicionais, estudar a sua origem/evolução e importância no território.

3.3.6. A Vida Privada e Coletiva

A vida privada abrange a organização e sociabilidade da família, ou seja, as relações entre familiares e/ou do indivíduo com a vizinhança. Desde a memória familiar do espaço privado e de objetos que testemunham a história da família até às reuniões e espírito de entreatada.

Consideram-se elementos importantes da vida coletiva rural, todos aqueles que permitem às populações compartilharem uma vivência em ambiente comunitário (as festas, romarias, procissões, as feiras, os mercados, os dialetos, a música, a literatura oral, os desportos populares, os jogos tradicionais, as danças, etc.).

3.4. Património Rural um Vetor de Desenvolvimento

Qualquer elemento do património rural não deve ser interpretado de forma isolada, mas sim num conjunto mais abrangente, que integre, entre outros, os usos e as práticas sociais e agrícolas do território. O património rural, em vez de ser considerado como uma procura nostálgica, deverá ser assumido como fator de desenvolvimento e mobilização dos agentes económicos de uma dada área geográfica. Para isso, deve-se agir no sentido de suscitar a troca de experiências entre os habitantes locais sobre as questões mais relevantes a nível local, tais como o ordenamento do território, a multifuncionalidade da agricultura, o desenvolvimento sustentável, entre outros. (Idem).

Intervir no património rural passa obrigatoriamente por identificar a sua importância social, cultural e económica. Para tal, é necessário conhecê-lo e fazer com que seja reconhecido o seu valor, assegurando a sua preservação e, eventualmente, encontrando-lhe um novo sentido de valorização. É, enfim, assegurar a sua transmissão às gerações futuras. Implica um processo que se inicia no conhecer e valorizar o existente e que se prolonga até à sua restituição à comunidade, como se pode ver na tabela 5.

Tabela 5 - Intervenção no património rural (Fonte: Autoria própria com base na DGADR).



O património, sendo uma riqueza potencial, pode transformar-se em recurso, dado que se transforma em produto, fator e/ou fonte de desenvolvimento. A experiência mostra que os modos de produção artesanais ou "saberes-fazer" tradicionais, inicialmente vistos como retrógrados, podem representar soluções alternativas à produção em série, já que são adaptáveis e geram qualidade. A valorização do património pode concretizar-se através de produtos turísticos, de produtos com identidade local, de produtos artesanais, ou de produtos culturais. É conveniente analisar o conjunto das potencialidades, procurando os valores que o património rural permite redescobrir, por exemplo, o valor estético da natureza, do património cultural e da paisagem, a autenticidade e a qualidade frequentemente associadas à confeção dos produtos, as relações sociais. (Idem).

A reabilitação do património rural surge então como uma estratégia fundamental que visa melhorar as condições de vida das populações, proporcionar uma maior dinamização social, defender e salvaguardar o património paisagístico, edificado, histórico e cultural, potenciar o turismo e proporcionar o desenvolvimento económico sustentado das áreas rurais.

Existem autores que sustentam que nos próximos anos, as zonas rurais enfrentarão desafios especiais em matéria de crescimento, emprego e desenvolvimento sustentável como, também, irão oferecer novas oportunidades relacionadas com o potencial de crescimento em novos sectores, o fornecimento de estruturas de acolhimento e de turismo, o seu atrativo como local para viver e trabalhar podendo ainda usufruir dos seus recursos naturais e das suas belas paisagens. No quadro desta lógica de atratividade, o património é um fator dinamizador da relação da população com o território, mas num processo de desenvolvimento é essencial que a população não se sinta esquecida. (Idem).

Capítulo 4 | Turismo e Desenvolvimento dos Espaços Rurais



Figura 14 - Vila de Belmonte (Fonte: Autoria Própria, 2015)

“Há lugares que só Portugal pode oferecer ao mundo. Destinos onde tudo é autêntico e levou séculos a construir. Ambientes cheios de magia, misticismo e onde se travam batalhas. Documentos vivos e genuínos de uma história secular. Paisagens que permitem ver hoje exatamente o que outras pessoas viram em outros séculos. O tempo passou, a história avançou e o mundo mudou. Mas nas aldeias de Portugal os cenários permanecem iguais (...) As aldeias são o palco perfeitos para viajar no tempo e viver emoções genuínas.”

Turismo de Portugal (Aldeias de Portugal, s.d.)

4.1. Espaços Rurais

Nos últimos 30 a 40 anos, Portugal sofreu alterações profundas, que marcaram uma nova geografia regional e local: de um país profundamente rural espalhado por centenas de aldeias e vilas, passou-se a um país tendencialmente urbano de pequenas e médias cidades onde os mais novos querem permanecer.

As aldeias e pequenas vilas, principalmente do interior, foram perdendo capacidade de fixar a população não conseguindo competir com as cidades em oportunidades. A desertificação humana no mundo rural do interior tem-se vindo a acentuar a par do progressivo envelhecimento dos seus habitantes, levando mesmo ao desaparecimento de pequenas aldeias em especial nas áreas do interior do nosso país. (Martins, 2010).

O desenvolvimento local pode ser entendido como um processo contínuo de melhoramento das condições do território e das suas populações, nesta situação, o desenvolvimento local de áreas rurais, passa por um investimento na manutenção e divulgação dos recursos e dos produtos endógenos das regiões, nos quais os lazeres turísticos podem ser uma forte “alavanca” quando bem pensados, estruturados e geridos. (Idem).

O desenvolvimento do território rural terá de ter sempre em vista um produto de diferenciação, que as paisagens construídas e as paisagens naturais lhe conferem em conjunto com as fabricos locais, com os produtos endógenos e de qualidade e com os produtos imateriais, que são igualmente de vital importância e que fazem parte das raízes dos lugares, com sejam os saberes, as memórias, a cultura e as identidades locais. (Idem)

Para uma intervenção ajustada às necessidades e às especificidades que cada território apresenta, é essencial, em primeiro lugar, conhecer os problemas e fraquezas bem como as forças e as oportunidades de cada área específica, sendo por isso, importante estabelecer uma estreita articulação entre geografia, evolução histórica e trajetória económica.

No que respeita às oportunidades e forças dos espaços rurais, é também possível destacar um vasto número de oportunidades que estas detêm com uma forte exclusividade. Tanto é que se pode mesmo afirmar que mais do que espaços de problemas, o “mundo rural” deve ser visto como um espaço de oportunidades que resultam dos recursos do território (património natural, paisagem, património cultural, entre outros) e dos recursos humanos. (Calheiros, 2006).

Assim, de entre as várias oportunidades, dos espaços rurais, podem se colocadas em evidência as seguintes:

- Património natural (clima, paisagem, fauna e flora) extremamente rico e diversificado, património histórico e arquitetónico (paisagens humanizadas);
- Diversas manifestações culturais (festividades, gastronomia, entre outras);
- Artesanato e produtos locais de qualidade (frutas, vinhos, azeite, queijo, entre outros);
- Tradições seculares e manifestações ancestrais;
- Oferecem um conjunto de bens cada vez mais procurados e valorizados como a liberdade, a tranquilidade, um ambiente saudável, a proximidade com a natureza;
- Oferece boas condições para a implementação de atividades e negócios relacionados com os diferentes tipos de turismo, ligados à natureza e às tradições.

De referir ainda que, o desenvolvimento sustentável destes territórios poderá passar por uma valorização do seu potencial endógeno, uma promoção das suas potencialidades turísticas, afirmando-os e promovendo a sua competitividade e coesão, económica e social.

Na região em estudo, a singularidade dos espaços de montanha é, de facto, única, mais não seja por uma análise quase poética, ao afirmar-se que, as áreas de montanha são como:

“ (...) entidade geográfica é indissociável de simbologias e qualificativos: espaço barreira, espaço sagrado, espaço sublime, espaço grandioso, belo e apaixonante, mas também como espaço vazio, temido, e por vezes, maldito e odiado; como território de recursos naturais e como santuário ecológico, paisagístico e ambiental; finalmente, ainda, como espaço natural tradicional, de estabilidade e de permanência de valores que já não podem ser encontrados na sociedade urbano-industrial atual, o que confere forte valorização enquanto espaço turístico e de lazer (turismo ativo e desportivo, mas também turismo rural e ambiental).”¹⁸

Nas últimas décadas o desenvolvimento rural ganhou uma ampla visibilidade, temos vindo a assistir à crescente revalorização da importância do mundo rural, onde se redescobrem novas centralidades com base na qualidade e dos valores da ruralidade e, no caso dos espaços de montanha, é também muito importante não esquecer que o seu trajeto de desenvolvimento nem sempre foi assim, com perspectivas tão animadoras como as de hoje para estes espaços.

Segundo Carvalho (idem), uma grande parte dos territórios de montanha de Portugal atravessaram três fases de ocupação e organização do território. Na primeira etapa, correspondente ao ciclo mais longo, a ocupação e organização espacial estavam assentes no policultivo de subsistência, na pastorícia e na exploração florestal. A segunda etapa corresponde à crise das atividades tradicionais e ao intenso êxodo rural. Por fim, a terceira etapa, que surgiu a partir dos anos 80 do século XX, corresponde à abertura da montanha em relação aos novos usos e funções e à afirmação de novos valores relacionados com a paisagem natural e cultural.

¹⁸ Paulo Carvalho (2009:189) Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O Exemplo da Serra da Lousã. Edição da Câmara Municipal da Lousã. Lousã.

Importa ainda referir que, para um desenvolvimento integrado e sustentável dos espaços rurais, é fundamental a elaboração de planos e de estratégias que visem esses mesmos princípios, de forma a conseguir resultados que resolvam ou atenuem o mais possível, as fragilidades e os problemas que estas áreas enfrentam, com o intuito de promover o desenvolvimento local, que será também um fator de desenvolvimento regional e nacional, com o qual todos podem ganhar.

4.2. Turismo no Desenvolvimento dos Espaços Rurais

Nas últimas décadas, foram atribuídas ao espaço rural novas funções regeneradoras para o seu desenvolvimento sustentável, promoveu-se a diversificação das atividades aí realizadas, em especial o turismo e o artesanato, com os objetivos de assegurar a manutenção das comunidades rurais e preservar os ecossistemas e as paisagens construídas pela agricultura. Procura-se a multifuncionalidade do espaço rural, que seria geradora de novos recurso e de melhoramento das condições de vida das populações. (Covas, 2008)

O turismo, o ambiente e a agricultura integraram as atividades que melhor podem contribuir para um desenvolvimento rural sustentável dos espaços rurais mais desfavorecidos.

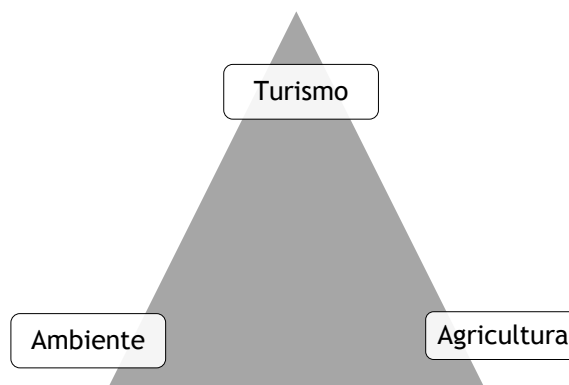


Figura 15 - Triângulo “virtuoso” (Fonte: Autoria Própria segundo COVAS (2008)).

No meio rural português é possível encontrar uma nova utilização dos espaços, que abandonaram as atividades ligadas à terra e aos animais e que oferecem aos seus visitantes uma função associada ao lazer e recreio, potenciando os recursos existentes para atrair população que se pretende libertar do quotidiano urbano ou mesmo usufruir a da natureza e retornar ao passado pelas memórias destes lugares. Desta forma o tempo livre, o lazer e o turismo têm vindo a merecer um olhar mais atento por parte dos agentes sociais, económicos e mesmo políticos. (Idem).

Os espaços rurais ganharam e continuam a ganhar com a integração do turismo no seu quotidiano, sobretudo nas áreas de montanha que alcançam visibilidade assumindo-se como novas escolhas geográficas e uma perfeita alternativa ao turismo padronizado, nomeadamente ao sol e praia/mar. (Carvalho, 2009)

“O atual interesse geográfico pelas áreas de montanha está relacionado com a fragilidade destas áreas e com os seus recursos naturais e culturais, bem como a reconversão e a reorientação funcionais que procuram ultrapassar a crise social, económica e territorial que atinge, no geral, as montanhas”.¹⁹

De forma a combater a desertificação e abandono nas áreas de montanha, a sua integração como espaços de potencial turístico pode reduzir e acabar com essas e outras problemáticas, podendo mesmo revitalizar áreas já abandonadas.

Acha-se que, a possibilidade de o turismo poder chegar às áreas de montanha poderá dar a possibilidade de prover estas com equipamentos coletivos, serviços básicos e infraestruturas, podendo ainda criar condições favoráveis à criação de novos empregos, de alguma riqueza económica e autonomia dos espaços e sobretudo poder atrair atividades económicas capazes de fixar população nestas áreas perdidas nas serras.

O turismo é, na verdade, encarado como um setor de elevado potencial para estimular o desenvolvimento das áreas rurais, cujas características específicas paisagísticas, ambientais e socioculturais, são cada vez mais valorizadas, tendo sido o eixo de intervenção mais privilegiado pelas políticas e estratégias de desenvolvimento rural. A atividade turística foi a que mais beneficiou, nos últimos anos, dos apoios financeiros de programas comunitários, sobretudo em territórios onde é mais difícil atrair investimentos. (Luís, 2002).

Em Portugal o turismo no espaço rural foi legislado pela primeira vez em 1984, pelo Decreto-lei nº251/84 de 25 de junho, tendo sido posteriormente alterado e atualmente é regido pelo Decreto-lei nº 15/2014 de 23 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

De acordo com a legislação em vigor, os grupos de empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados em quatro grupos e compreende os serviços de hospedagem prestados nas modalidades:

¹⁹ Paulo Carvalho (2009:193) Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O Exemplo da Serra da Lousã. Edição da Câmara Municipal da Lousã. Lousã.

- **Casas de campo:** imóveis situados em aldeias e espaços rurais que prestem serviços de alojamento a turistas e se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitetura típica local;
- **Agroturismo:** os imóveis situados em explorações agrícolas que prestem serviços de alojamento a turistas e permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável;
- **Hotéis rurais:** os hotéis situados em espaços rurais que, pela sua traça arquitetónica e materiais de construção, respeitem as características dominantes da região onde estão implantados, podendo instalar-se em edifícios novos que ocupem a totalidade de um edifício ou integrem uma entidade arquitetónica única e respeitem as mesmas características;
- **Turismo de aldeia:** Quando cinco ou mais casas de campo situadas na mesma aldeia ou freguesia, ou em aldeias ou freguesias contíguas, sejam exploradas de uma forma integrada por uma única entidade, podem usar a designação de turismo de aldeia, sem prejuízo de a propriedade das mesmas pertencer a mais de uma pessoa.

Estes empreendimentos de turismo no espaço rural devem preservar, recuperar e valorizar o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente. Mesmo com um percurso por vezes algo “sinuoso”, o TER tem vindo a assumir uma expressão cada vez mais importante no país.

Os territórios rurais, no geral e de montanha, em particular:

“Oferecem uma base de recursos diversificada de extrema importância para o desenvolvimento de atividades turísticas, que lhes conferem um lugar de destaque no panorama dos destinos turísticos mais populares do mercado turístico atual. As características únicas das montanhas - cenários de extrema beleza cénica, traços biofísicos excecionais, diversidade, isolamento e autenticidade natural e cultural - proporcionam as condições ideais para a prática de uma panóplia de atividades que enformam alguns dos mais interessantes produtos turísticos alternativos da atualidade, a maioria dos quais se inserem numa lógica de desenvolvimento sustentável, que os próprios territórios de montanha demandam”²⁰

Nesta perspetiva são caso de atividades associadas ao turismo ativo, de natureza, de aventura ou radical, ecoturismo ou outras tantas modalidades interligadas com a montanha como alpinismo, escalada, caminhada, BTT, entre outras.

²⁰ Paulo Carvalho e Luísa Adelino (2012:14). Turismo e Perspetivas de Desenvolvimento em Espaços de Montanha. Estudos de Caso no Centro de Portugal. Edição EUMED.

O turismo em espaço rural é um setor económico e social em pleno crescimento, fator esse que motiva um número cada vez maior de operadores, promotores, investidores, neste domínio. De certa forma, será também correto afirmar que esta atividade, bem estruturada, poderá dar um grande contributo para um desenvolvimento rural equilibrado. Mas, embora o turismo rural possa revitalizar e capitalizar recursos locais, fixar (temporariamente) população, quebrar o isolamento social, encorajar relações e identidades socioculturais e promover consumo de produtos de qualidade, não é a solução ideal e global para resolver o subdesenvolvimento em que muitas das zonas rurais ainda se encontram, mesmo integradas em planos estratégicos. (Paulo Carvalho, 2012).

4.3. Programas de Desenvolvimento para o Espaço Rural

Os modos de vida tradicionais alteraram-se, sendo resultado disso o declínio de muitas atividades económicas, nomeadamente o abandono dos campos, da floresta e muitas vezes da casa onde se nasceu. O desemprego entre a população é o grande impulsionador da emigração, poucos são os empregos fora da agricultura e os jovens vêem esta atividade como algo a evitar. O nível de vida não é o melhor e carece de certos serviços e infraestruturas: os deficientes acessos, a falta de equipamentos e de serviços, a falta de informação e a própria estrutura económica. Os aspetos que tradicionalmente caracterizavam o meio rural alteraram-se, e hoje em dia a sua função não é necessariamente a produção de alimentos e a sua atividade predominante não é a agrícola. (CCR ALG, 2001)

Com a intensificação da desertificação e degradação dos espaços rurais, houve necessidade de delinear novas estratégias de valorização, desenvolvimento e promoção das áreas rurais, o que permitiu um reconhecimento destes territórios e até uma preocupação maior por parte dos meios institucionais. (Idem).

Assim em 1988, a Comissão das Comunidades Europeias reconhece que os meios rurais não são apenas lugares onde as pessoas vivem e trabalham, mas desempenham ao mesmo tempo funções vitais para a sociedade como um todo, suscitando assim uma maior atenção pela preservação e valorização destes lugares. Estabeleceu prioridades para as áreas rurais, e conseqüentemente foi criado um conjunto de políticas e planos europeus de desenvolvimento destas áreas, tais como: FEADER, LEADER+, INTERREG, PROVERE, entre outros. Com estas políticas e planos pretendeu-se estimular iniciativas de revitalização, preservação, requalificação e valorização do património cultural.

Salientam-se neste quadro de planos os programas que visavam a recuperação de diversas aldeias esquecidas no interior do país como o PAH - Aldeias Históricas de Portugal, o PAX-Aldeias de Xisto e recentemente a Rede de Aldeias de Montanha, que tem como objetivo

atenuar a degradação do contexto rural. Estes programas têm em comum como principal objetivo funcionar como uma alavanca e uma forma de ação em contextos socioeconómicos deprimidos com comunidades rurais fragilizadas e com dificuldades de afirmação.

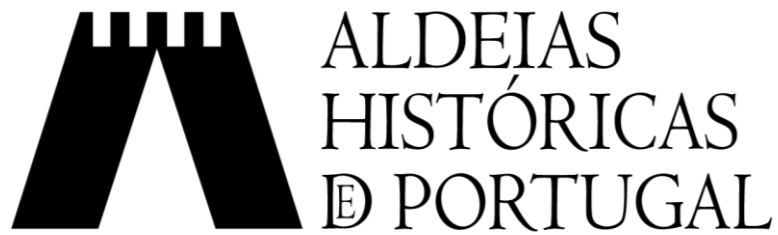
Neste sentido, procurou-se valorizar os lugares e a sua memória, bem como o imenso património construído, potenciar os seus recursos naturais e culturais, reanimar as suas atividades e tradições e divulgar os espaços esquecidos, cuja marca ainda perdura no território, com o envolvimento das suas gentes numa perspetiva de dinâmica local de promoção e desenvolvimento destas áreas do mundo rural. Porém algumas aldeias apesar destas iniciativas ainda carecem de soluções que promovam o território rural como uma área que, para além da atividade agrícola, demonstra um potencial de funções complementares ligadas ao meio ambiente, ao turismo e à função residencial. (Tomás,2005)

Aos olhos de hoje, a principal função do espaço rural deixou de ser a atividade agrícola, mas passou a ter uma nova função construída sociavelmente a partir da ideia de património, centrado na conservação e proteção da natureza, na procura de autenticidade, que leva a encarar a conservação e proteção dos patrimónios históricos e culturais como uma ação fundamental. Estes lugares representam valiosas imagens daquela que se pode considerar a cultura portuguesa, composta pelos elementos naturais e humanos que nela coexistem.

Muitas aldeias de Portugal encontram-se hoje recuperadas e equipadas com infraestruturas adaptadas aos novos tempos, com o seu edificado e os seus monumentos renovados e dispendo de serviços de acolhimento para quem as visita. É assim notório que as áreas rurais portuguesas se alteraram como consequência do aumento de procura e consumo destas, por parte da sociedade contemporânea.

Assim, várias participaram em programas de reabilitação, cabendo fazer referência aos programas que, de forma sumária se apresentam de seguida.

4.3.1. Aldeias Históricas de Portugal



O programa de recuperação das Aldeias Históricas de Portugal:

" (...) é uma das intervenções mais emblemáticas no património rural do interior do país. Partindo da identificação de um conjunto dos melhores exemplos simbólicos daquilo que são as nossas mais profundas e remotas raízes aldeãs, enquanto património construído, enquanto ambientes de vida, enquanto capital de culturas partilhável pelas memórias individuais e coletivas de todos nós, este programa veio mostrar que há lugar no nosso país para uma política ativa de qualificação do "urbanismo rural", recuperando as aldeias enquanto conjuntos simbólicos e materiais, através da valorização dos seus edifícios, dos seus monumentos, das suas praças e largos".²¹

A escolha destas doze aldeias foi feita através de um leque de critérios que abrangiam:

- A existência de um património arquitetónico, arqueológico ou ambiental classificado;
- Uma unidade formal do tecido urbano e construído;
- Um interesse histórico-cultural;
- Uma integração em percursos turísticos ou culturais temáticos;
- Um elevado índice de desertificação e carência de infraestruturas turísticas.

²¹ CCRC - Comissão de Coordenação da Região Centro. Programa das Aldeias Históricas de Portugal, Beira Interior. 2ª Edição, Setembro de 1999.

4.3.2. As Aldeias do Xisto



Após a experiência conseguida com o PAH surgiu, em 2001, o lançamento de um novo programa específico para as aldeias de xisto, que resultou a constituição da “Rede de Aldeias do Xisto” denominado de PAX - Programa das Aldeias de Xisto, inserida na AIBT-PI - Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior.

“A Rede das Aldeias do Xisto é constituída por 27 aldeias distribuídas pelo interior da Região Centro de Portugal. Estes pequenos núcleos agregam o potencial turístico regional refletido na arquitetura, nas amenidades ambientais, na gastronomia e nas tradições, entre outros elementos culturais distintivos apresentados em produtos e serviços de excelência. A Rede das Aldeias do Xisto é um projeto de desenvolvimento sustentável, de âmbito regional, liderado pela ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, em parceria com 21 Municípios da Região Centro e com mais de 100 operadores privados que atuam no território.”²²

A origem das Aldeias do Xisto provém de uma característica geológica comum entre elas, o xisto, que como rocha metamórfica era o elemento identificador de todo o território, e as aldeias eram os elementos representativos da organização socioeconómica desse território. Os objetivos da rede são a preservação e a promoção da paisagem cultural do território, a valorização do património arquitetónico construído, a dinamização do tecido socioeconómico e a renovação das artes e ofícios.

²² Rede de Aldeias do xisto. <https://aldeiasdoxisto.pt/content/rede>.

4.3.3. As Aldeias de Montanha



“Bem-vindo às aldeias rodeadas de vales, onde viviam homens e mulheres da montanha habituados a transpor obstáculos para sobreviver, que aproveitavam a terra e se agasalhavam com casacos de lã retirada do gado que ali apascentavam, se alimentavam de enchidos e do famoso queijo da Serra, que tantos visitantes ainda atrai ao lugar.”²³

A montanha é definida no dicionário de Língua Portuguesa como “elevação natural e considerável do solo”. Em Portugal, 18% do território nacional, é ocupado por regiões de montanha e a região da Serra da Estrela sobressai entre as regiões de montanha de Portugal Continental, dadas as altitudes das principais localidades.

A caracterização das regiões de montanha tem sido feita sob diversas perspetivas, atendendo aos fatores geográficos e geológicos mas também tendo em conta os aspetos sociais, demográficos e económicos destas regiões de características próprias, desde logo, em virtude da altitude e das condições do relevo. Vistas, atualmente, como fontes de recursos e, ironicamente, como áreas despovoadas e deprimidas a nível social e económico, as regiões de montanha portuguesas voltam-se para o turismo procurando uma forma de manutenção das populações, conservação do património e das atividades tradicionais.

Esta estratégia de desenvolvimento integrado para o território das Aldeias de Montanha nasceu no seio do Município de Seia e foi, entretanto, assumida em 2013 pela ADIRAM - Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha, estando já a ser trabalhada no contexto do alargamento supramunicipal, integrando agora todos os concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela (Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia) e territórios adjacentes (Fundão, Oliveira do Hospital, Fornos de Algodres).

²³ Turismo do Centro. Artigo: Aldeias de Montanha.

A ADIRAM tem como área de atuação o território da Serra da Estrela e Beira Interior, podendo desenvolver ações em todo o território nacional e no estrangeiro e tem como objetivos (WEB3):

- Promover o desenvolvimento Turístico e Integrado da Rede de Aldeias de Montanha, como marca agregadora do potencial turístico da Região da Serra da Estrela e Beira Interior;
- Promoção e criação de estratégias de marketing territorial da Serra da Estrela e das suas Aldeias;
- Valorização da riqueza endógena e salvaguarda do património ambiental e patrimonial.
- Promover o desenvolvimento regional dos territórios de montanha, numa forma sustentável, integrada, inovadora e criativa;
- Geração e criação de emprego;
- Valorização dos nossos recursos e a afirmação dos territórios de montanha enquanto locais atrativos e com enormes potencialidades.

Esta operação surge como a oportunidade de afirmar turisticamente este território e de colocar essa atividade turística como um fator de desenvolvimento económico e social das aldeias. A preservação e valorização dos recursos naturais, históricos, patrimoniais e culturais locais são objetivos assumidos quando se considerou o desenvolvimento desta operação. É nas especificidades que as Aldeias de Montanha possuem, que reside a sua capacidade de diferenciação e promoção junto dos seus potenciais mercados. (WEB 3).

Como se pode verificar no quadro á frente, os valores do território das áreas de montanha, constituem, por si só, atrações turísticas. Os modos de vida, o passado histórico, os monumentos edificados e as razões que levaram à sua edificação, constituem, em todos os locais, atrações culturais - nas regiões de montanha o mesmo acontece, a montanha pode, assim, criar várias motivações turísticas além da neve.

É neste contexto que surge o “Programa da Rede de Aldeias de Montanha”, que pretende, antes de mais operacionalizar uma política ativa de qualificação do urbanismo rural e de dinamização económica, social e cultural, é um projeto de afirmação de um território montanhoso com uma personalidade única, como se pode ver na tabela seguinte:

Tabela 6 - Valores do território das Aldeias de Montanha (Fonte: Autoria Própria, 2018.)

VALORES DO TERRITÓRIO	
Serra da Estrela	Aldeias de Montanha
Neve/Frio	Recursos naturais - fauna, flora, praias fluviais
Património natural - fauna e flora	Natureza /Paisagem
Paisagem - lagoas, serra, biodiversidade	Floresta
Ar puro e água	Tradições e valores tradicionais
Montanha	Gastronomia
Floresta	Cultura /Museus
Gastronomia	Pessoas/Hospitalidade
A Torre	Ruralidade
Tranquilidade	Património
	Autenticidade
	Isolamento
	Qualidade de Vida
	Tranquilidade/Paz

CASO DE ESTUDO

Capítulo 5 | Aldeia de Cortes do Meio



Figura 16 - Vista da Aldeia de Cortes do Meio (Fonte: CMC, Autor: Desconhecido, s.d.)

“As casas, os muros, toda a obra construída parece integrar-se naquela ambiência, fundindo-se como as vozes de um coral em que o desenho fosse melodia, as cores o timbre, e onde a luz da paisagem soa numa imensa harmonia que se desprende daquele quadro, enchendo-nos a alma. A própria vegetação acompanha a obra do Homem.”

Lino Raul (“Arquitetura, Paisagem e a Vida”, in Boletim da Sociedade Portuguesa de Geografia, 1957)

5.1. A escolha da Aldeia

Da Rede das Aldeias de Montanha são muitas as que poderiam servir de palco para este trabalho, por serem representativas dos cenários atuais de abandono, desvalorização e consequentemente alvo de iniciativas turísticas menos controladas e que necessitam de estratégias de recuperação, reabilitação e preservação do tecido construído e não construído, inserido numa lógica de preservação da imagem urbana, muito associada ao turismo, privilegiando a arquitetura e a envolvente paisagística.

A escolha da aldeia de Cortes do Meio, inserida em pleno Parque Natural da Serra da Estrela, foi baseada em critérios estabelecidos sendo alguns deles a escolha de uma aldeia do Concelho da Covilhã, que fosse uma intervenção relacionada com a sua população e a sua realidade atual, mas também pelas suas potencialidades, sobretudo a nível da localização, da paisagem e das suas características rurais. Conhecendo a realidade da aldeia, torna-se um desafio contribuir para a preservação e manutenção da sua autenticidade.

5.2. Caracterização

5.2.1. Localização Geográfica

O concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco, localiza-se na Região Centro, na Cova da Beira e faz parte integrante da extensa área que é a Serra da Estrela. A cidade está localizada a cerca de 20 km do ponto mais alto de Portugal Continental, a Torre e o seu núcleo urbano estende-se entre os 450 e os 800 metros de altitude. É uma cidade de características próprias desde há séculos, foi terra da indústria da lã, de cariz operário, berço de descobridores de quinhentos, mas é hoje uma cidade de estudantes. (WEB 7).

Atualmente o concelho é constituído por 21 freguesias, Aldeia de São Francisco de Assis, Boidobra, Cortes do Meio, Dominguiso, Erada, Ferro, Orjais, Paul, Peraboa, São Jorge da Beira, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Unhais da Serra, Verdelhos, Barco e Coutada, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso, Peso e Vales do Rio, Teixoso e Sarzedo, Vale Formoso e Aldeia do Souto, como se pode observar na figura seguinte.

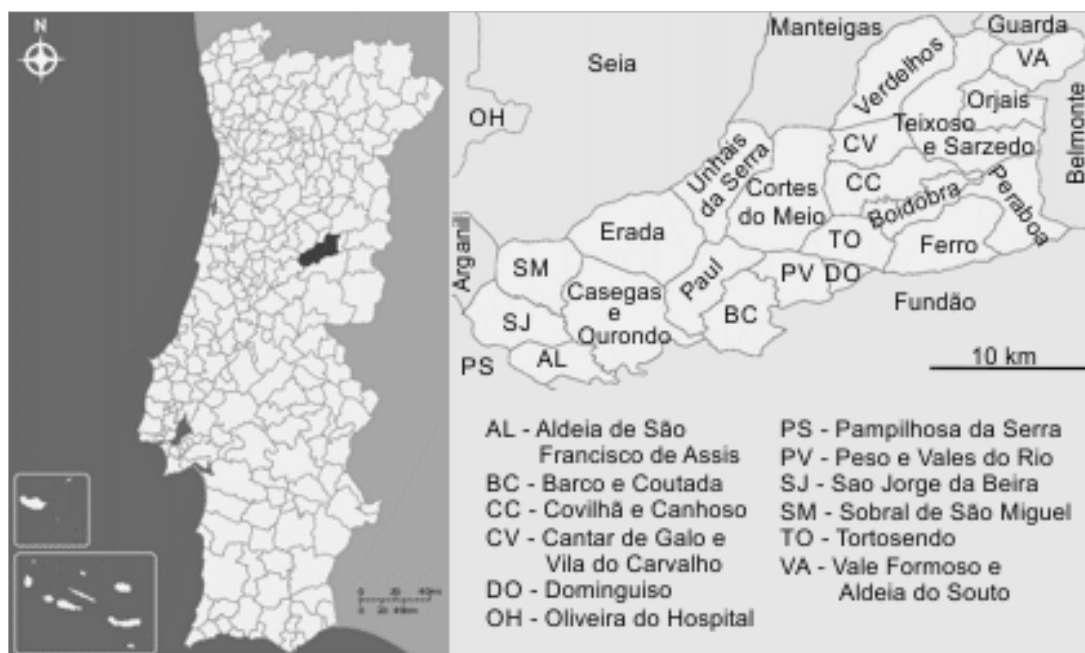


Figura 17 - Mapa de localização Concelho da Covilhã (Fonte: Câmara Municipal Covilhã, 2017)

A 15 km da sede de concelho, na vertente sul da Serra da Estrela, a freguesia de Cortes do Meio estende-se desde o planalto das Penhas da Saúde até à planície do Ourondinho, com uma superfície de 48,19 Km e cerca de 884 habitantes (censos de 2011). Aqui nasce uma ribeira que a atravessa, passando pelo Paul e que vai desaguar no rio Zêzere. Situada entre as freguesias de Unhais da Serra, Paul, Peso e Vales do Rio, Tortosendo e Cantar Galo e Vila do Carvalho, a freguesia de Cortes do Meio é também confinante com o concelho de Manteigas e com a freguesia urbana da Covilhã e Canhoso.²⁴ A freguesia integra hoje, quatro aldeias, para além da que lhe dá o nome, estes lugares são Penhas da Saúde, Bouça, Cortes de Baixo e Ourondinho (figura seguinte).

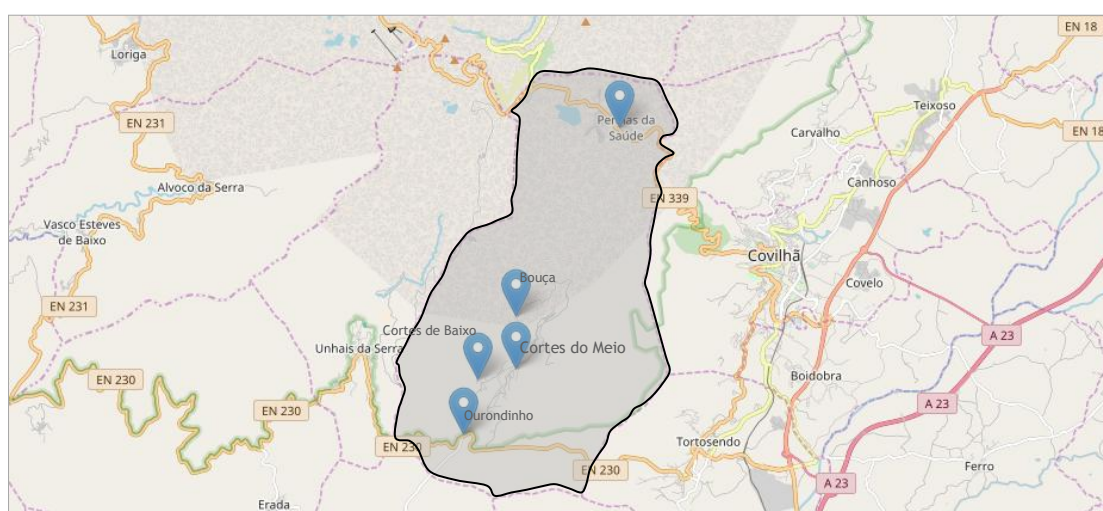


Figura 18 - Localização Freguesia de Cortes do Meio (Fonte: JFCM, adaptado pela autora, 2018)

²⁴ ARU - Centro Urbano de Cortes do Meio, Camara Municipal da Covilhã, Outubro 2014

Ao acesso à Freguesia de Cortes do Meio pode ser feito através de duas zonas, a principal na vertente Sul através da Estrada Nacional nº230 (Covilhã - Unhais da Serra) e a secundária na vertente Este através da Estrada Nacional 339 (Covilhã - Torre da Serra da Estrela), este segundo acesso, um percurso de 10 km com vistas deslumbrantes liga Cortes do Meio a Penhas da Saúde, sendo no entanto condicionada devido ao seu piso e às condições atmosféricas, principalmente quando neva.

5.2.2. Enquadramento Histórico e Cultural

Até fins de 1837 a freguesia das Cortes foi tutelada pela freguesia paroquial do Tortosendo, passando depois para o domínio de Unhais da Serra. Efetivamente, após esta data e à revelia da população em geral, Cortes passou a considerar-se uma anexa de Unhais. O Administrador do Concelho, em 25 de Outubro de 1845, pugna pelo retorno à situação tutelar anterior, por ver na mudança operada razões de “interesses pessoais não identificados”, sobrepostos ao interesse geral da povoação. Nos fins de Novembro de 1845 o assunto ficou para resolução do Concelho de Distrito, tendo este em 4 de Dezembro de aprovado o regresso das Cortes ao Tortosendo. (WEB 21).

Em fins de 1859, contra o parecer da Câmara, o Concelho do Distrito, autorizou a freguesia, culminaram dez anos de luta dos moradores da nova freguesia paroquial em que as suas povoações anexas (Cortes do Meio e Bouça) tiveram um papel de relevo. Desta forma, são 159 anos em que Cortes do Meio passou a ser uma Freguesia.²⁵

Cortes teve ensino primário oficial masculino aprovado pela Câmara Municipal da Covilhã desde 15 de fevereiro de 1882. Quando a freguesia contava com 248 fogos e 1116 habitantes. No que se refere ao ensino primário oficial feminino, também por decisão da Câmara, foi criado mais tarde, em seis de maio de 1891.²⁶

A origem do seu nome “ Cortes” advém-lhe, obviamente, do facto de ali existirem muitas cortes (currais para abrigo) para gado caprino e ovino. A pastorícia sempre foi uma das principais atividades da população, efetuada sobretudo nos baldios que a freguesia possui na encosta da Serra da Estrela. A par da pastorícia, a agricultura, sobretudo do centeio e milho, é um complemento da atividade pastoril, que viu o seu declínio durante os anos 60, devido à política florestal do Estado Novo e à onda migratória que arrasou o País. A par destas atividades a população também teve uma ocupação significativa na Indústria dos Lanifícios da Covilhã. Ainda na sua área encontramos três minas de volfrâmio, o Alto dos Caminhos Livres, Caramulo e Peixeiro que na época da II Guerra Mundial foram exploradas com grande intensidade, mas atualmente restam as ruínas e as memórias.

²⁵ Junta de Freguesia de Cortes do Meio - história.

²⁶ ARU - Centro Urbano de Cortes do Meio, Camara Municipal da Covilhã, Outubro 2014

Da etnografia local fica o abastecimento de leite, cabritos, carvão e carqueja à cidade da Covilhã. Os pobres vendedores ambulantes subiam descalços a íngreme encosta da Estrela de modo a conseguir o sustento para as suas famílias. Eram tempos difíceis, em que a riqueza era um bem que poucos usufruíam. O quadro que a seguir apresenta as relações existentes entre as diversas atividades dos habitantes desta freguesia na década de 50.

OCUPAÇÕES	Homens	Mulheres	Crianças	% em relação ao nº de empregados.	% em relação ao total
Indústria de lanifí.	58	68		17,4	11,9
Outras ind.	12	16		3,9	2,6
Comércio	8	9		2,3	1,6
Agricultura	284	224		70,1	48,1
Pastorícia	37	3		5,5	3,8
Artesanato	6	--		0,8	0,6
Com ocupação	405	320		100,0	68,6
Sem ocupação	119	212	658	45,6	31,3
TOTAIS	524	532	658	-	-

Figura 19 - Relação das atividades dos habitantes na década de 50 (Fonte: CMC, s.d.).

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) desde os finais do século XIX até à década do 60 do século XX que a freguesia registou um crescimento contínuo da população. A partir desta data a tendência inverte-se registando-se perdas significativas do efetivo populacional. Assiste-se a uma diminuição do número de habitantes em prol da migração e emigração da população na procura de melhores condições de vida. De acordo com os dados a população residente em 2011 seria de 884 habitantes, tendo-se a noção que com crise que o país atravessou e atravessa esse número terá diminuído.

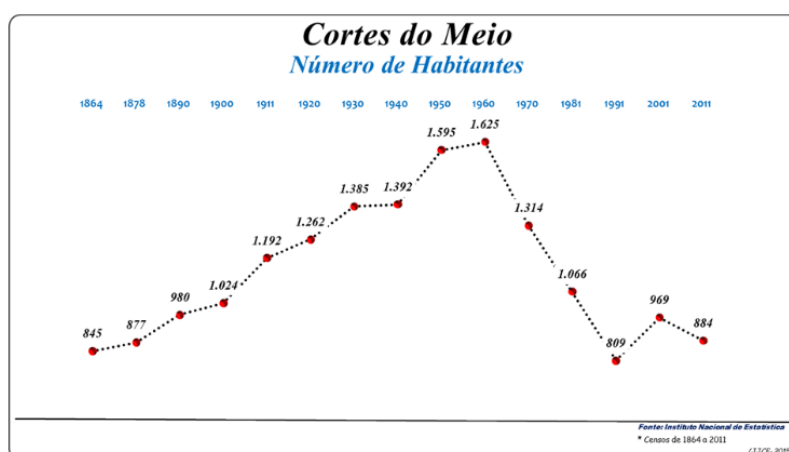


Figura 20 - evolução do número de habitantes de Cortes do Meio (Fonte: INE)

É perceptível que a população que ficou, sempre vivera do que a terra lhes ofereceu. Existe um sentimento de pertença à terra, uma ligação muito forte entre o povo e o meio que os

rodeia, e tal facto reflete-se no modo de vida e no modo de habitar. As expectativas de quem ficou são simples, tal como os seus hábitos sempre o foram. Os mais velhos continuam a apanhar os raios de sol das tardes solarengas de Inverno nos seus alpendres e joga-se às cartas no largo principal, vê-se passar os vizinhos... Os mais jovens sonham em partir para a cidade ou para o estrangeiro, ganhar um pouco mais, voltar e aumentar a casa, ou de preferência, construir uma nova na periferia da aldeia, desligando se ao máximo dos velhos costumes e recordações.

A morfologia do terreno e o clima agreste, associados aos fatores de escassez de recursos, levou a povoação a se estruturarem física e socialmente de modo particular, para melhor superarem estas condicionantes. Formou-se deste modo um forte espírito de entreaajuda, de comunidade, que ainda hoje é possível de se observar através da existência do forno comunitários, lavadouros públicos, na guarda conjunta de rebanhos, entre outros. (Figueiredo, 2003).

Apesar de ainda se viver da pastorícia e da agricultura, são muitos os habitantes que complementam estas atividades com empregos que garantam a manutenção das suas vidas. Atualmente as principais atividades económicas na aldeia, para além da agricultura e da pastorícia, são a construção civil, a florestação, os pequenos comércio, serviços de empresas familiares e as associações da aldeia, nomeadamente a Instituição dos Baldios da Freguesia, a ADERES e o Centro de Apoio a Crianças e Lar Idosos de Cortes do Meio, vão dinamizando a economia local, assim como o artesanato de trabalhos em madeira e os bordados vão sobrevivendo no tempo.

A manter a etnografia e a da cultura cortense, existem atualmente a funcionar nesta freguesia diversas coletividades de carácter cultural, recreativo e desportivo. Uma prova do dinamismo da povoação, e que terá porventura o seu expoente na Filarmónica Recreativa Cortense, que continua em plena atividade e a apresentar os mais belos trechos de música regional. Destacam-se ainda dois Ranchos Folclóricos e Etnográficos: o de Cortes e o da Bouça, e o Grupo Desportivo e Recreativo e Cultural Estrela das Cortes.



O brasão de Cortes do meio e os seus elementos têm uma explicação que traduz toda a história das origens desta localidade. Os três castelos simbolizam que a sede de freguesia é uma aldeia; a roda dentada constitui-se como símbolo dos moinhos e lagares, cujas ruínas ainda podemos encontrar na aldeia; a cabra simboliza a principal atividade económica da freguesia, a pastorícia de gado caprino mais especificamente; as linhas azuis são símbolo da ribeira que a atravessa; o fundo amarelo simboliza a riqueza de fauna e flora da freguesia que na primavera se pinta de amarelo.

5.2.3. Orografia e Hidrografia

Sob o aspeto a sua orografia a freguesia apresenta dois aspetos nitidamente distintos:

Zona Planáltica - compreende entre a Nave de Santo António a Norte e o Cabeço do Cantinho a Sul abrange toda a zona designada por Penhas da Saúde. Apresenta declives pouco acentuados, com vastas extensões de planuras, na parte mais alta. Esta zona é atravessada no sentido Norte - Sul pela Ribeira das Cortes, formando toda a bacia de receção superior da mesma. (WEB 9).

Zona de Encosta - Esta zona apresenta dois aspetos distintos e características, consoante o material originário. Assim temos:

- 1- Granito - apresenta declives muito acentuados dominando as escarpas rochosas de extensos afloramentos de material subjacente, sendo frequentes os paredões cortados a prumo sobre ravinas afluentes da Ribeira das Cortes. É característico este aspeto na encosta Sul.
- 2- Xisto - compreende todos os terrenos a Sul e a Este das povoações de Cortes do Meio. Caracteriza-se pelas suas formas arredondadas, de declives suaves e solo normalmente fundo e bem coberto de vegetação. As linhas de água são menos frequentes e importantes.

Os terrenos apresentam uma diferenciação muito grande conforme o seu material originário, quer se trate de granitos ou de xistos (complexo xisto-gresoso das beiras). Os granitos ocupam toda a região de maiores altitudes para Norte e Oeste, desce a encosta para este até à povoação de Cortes do Meio seguindo ao longo da Ribeira. É insignificante a utilização destes solos para a agricultura quer pela sua localização quer pela sua natural pobreza e dificuldade de acesso. Os solos de encostas são normalmente delgados apresentando no entanto possibilidades de arborização graças à existência de numerosas fendas preenchidas com detritos, constituindo um tipo de solos onde o arvoredado se desenvolve perfeitamente. (Idem).

Quanto á topografia, a aldeia de Cortes do Meio situa-se a uma cota média de cerca 625 metros de altitude sendo o ponto mais alto da freguesia as Penas de Saúde com 1700 metros de altitude e o mais baixo a Ribeira com cota média de 500 metros de altitude.



Figura 21 - Planta Altimétrica da Aldeia de Cortes do Meio (Fonte: CMC, adaptada pela Autora, 2018)

A presença da Serra da Estrela é determinante no clima e relevo, bem como na paisagem da área da freguesia de Cortes do Meio. Assim, o clima é temperado com uma temperatura média anual na ordem dos 12° C, sendo o mês mais quente e seco agosto e o mais frio janeiro. A chuva ocorre principalmente no mês de dezembro, mês em que ocorre, igualmente, o maior número de dias com nevoeiro. A queda de neve verifica-se essencialmente nos meses de dezembro a Março, sobretudo acima dos 700 m de altitude. (WEB 6).

5.3. O Património

A aldeia de Cortes do Meio e o seu território envolvente apresenta uma grande diversidade de estruturas construídas de interesse histórico (figuras seguintes), cultural e arquitetónico do conjunto de elementos patrimoniais de interesse destacam-se:

- **Igreja Matriz:** tem planta longitudinal e a fachada ladeada por uma torre sineira, não se conhecendo a data da sua construção. No interior, destacam-se as várias imagens religiosas, entre elas o padroeira da aldeia São Roque, São Joaquim, São José, Nossa Senhora de Fátima e uma representação do Espírito Santo.

- **Capela de Nossa Senhora do Carmo:** seu Fundador foi o senhor Joaquim Barata em 1958, mas não se não fosse a força de vontade do povo a capela ainda hoje não existia. Aqui se celebra a festa de Nossa Senhora do Carmo.

- **Ruínas do Lagar de Azeite:** marco bastante importante noutros tempos na freguesia, pela abundancia da produção de azeite. Nas suas ruínas apenas resta os vestígios da arcaica produção de azeite.

- **Ruínas da Fábrica:** localizada numa das margens da ribeira das Cortes, junto ao Poço das Azenhas, encontramos as ruínas da fábrica construída século XVII com o objetivo de aproveitar a energia das águas para a produção têxtil, porém nunca chegou a acontecer. Hoje apenas subsistem as enormes pedras de granito.

- **Moinhos de Água:** ao percorrer as margens da Ribeira, por veredas deparamo-nos com ruínas de moinhos que ainda deixam antever velhas mós e pedaços de engenhos que trituravam os cereais da população.

- **Ponte Antiga:** num cenário rural serrano, a ponte antiga é um marco importante na vida dos anciãos da aldeia. Outrora, e ainda atualmente, esta ponte é a passagem de muitos pastores que conduzem os seus rebanhos pela serra. A sua origem é desconhecida mas consta entre os habitantes que seja romana.

- **Fonte das Três Bicas:** “Monumento de beleza inquestionável foi, e ainda continua a ser, palco de rituais, que já se tornaram um símbolo para as gentes da aldeia. Em tempos remotos, as moças da aldeia, tomavam como pretexto a ida à fonte com os seus cântaros buscar a água cristalina, para se encontrarem com os seus namorados. Existe um muro que, segundo o que é dito pelos mais antigos populares, “estava sempre cheio de namorados que aproveitavam o tempo que os pais não estavam por perto para namoriscarem”. Atualmente, aquando da festa de S. João, quando o relógio da torre dá as doze badaladas, os jovens da aldeia dirigem-se para a fonte para partir um ovo, ritual, segundo dizem, nos dá a conhecer o

que o futuro nos reserva. Depois de muitas tentativas para descobrir a data da sua construção não é possível saber, visto que mesmo as pessoas mais antigas dizem que quando eram crianças a fonte já existia, e não existe qualquer data ou qualquer documento que nos indique a época.”²⁷

- **Nicho:** A imagem que pode ser apreciada no nicho é a de Nossa Senhora do Bom Caminho, como o próprio nome indica tem a finalidade de dar boa viagem aos condutores e viajantes e, por isso localiza-se no final/início da localidade.

- **Abrigos dos Pastores:** Associado à prática ancestral de atividades agro-pastoris existe um vasto património, que simboliza a dureza do quotidiano da comunidade de pastores da Serra da Estrela. Fazem parte destes elementos inúmeros poios e bardos que serviam de abrigo à comunidade de pastores, bem como castros e canadas que orientavam os caminhos do gado, vestígios do passado que nos transportam para a realidade dessa época.

- **Casa da Fraga:** Situada no Planalto das Penhas da Saúde, a Casa da Fraga é um marco da singularidade e beleza do património arquitetónico rural de montanha. Até ao momento desconhece-se a data da sua criação e sobre a sua origem existem inúmeras suposições, para uns, utilizada como abrigo para doentes portadores de tuberculose, que devido às propriedades do ar das Penhas da Saúde, se deslocavam para este local para realizar os seus tratamentos, para outros que desde tempos imemorráveis esta edificação serve de refúgio à comunidade de pastores durante as fortes intempéries que assolam a Serra da Estrela.



Figura 22 - Igreja Matriz e a Capela de N^o Sra. do Carmo (Fonte: Autoria Própria, 2018)

²⁷ Junta de Freguesia de Cortes do Meio, 2018.



Figura 23 - Ruínas do lagar de Azeite e Ruínas da Fábrica (Fonte: Autoria Própria e JFCM, 2018).



Figura 24 - Ponte Antiga e Fonte das Três Bicas (Fonte: Autoria Própria, 2018)



Figura 25 - Castro e Casa da Fraga nas Penhas da Saúde (Fonte: Instituição Baldios da Freguesia de Cortes do Meio, s.d.).

Além do património arquitetónico, outros elementos naturais de interesse existem em Cortes do Meio. A Ribeira com os seus moinhos e a paisagem envolvente é mesmo um ponto de atracção turística na freguesia (figura 26). O mesmo se dirá de algumas das suas ruas, com casas tradicionais e muito antigas que se podem admirar na rua do Cabecinho e no Largo do Terreiro.

O seu património natural vai desde a beleza da ribeira de Cortes até á imensidão da paisagem envolvente, sem esquecer as Penhas da Saúde (figura 27) “celebrizadas pelas belezas naturais e pelas condições de que dispõe para a prática de desportos de Inverno, reúne as mais eficientes condições para o turismo. É desta forma que a hotelaria ganha destaque na freguesia, bem como o turismo de habitação”²⁸, não esteve-se a Freguesia em pleno Parque Natural da Serra da Estrela. Além das Penhas da Saúde, pertencem também a esta freguesia, os conhecidos lugares da Serra da Estrela: Varanda dos Pastores, Barragem Viriato, Piornos, Ribeira do Teixo e o Curral do Vento

Como afirma António Esteves Lopes, no "Guia de Portugal" da Fundação Gulbenkian, sobre esta região, a mais conhecida da freguesia de Cortes:

"Esta é a região ideal para o desporto de Inverno. Tem todas as condições de terreno, na extensão e na configuração; é mais bela na grandiosidade dos seus monólitos e fragões colossais, lagoas geladas e variadas inclinações. O ambiente totalmente puro, a maior facilidade de movimentos provocada pela leveza do ar, o isolamento completo entre a vastidão do deserto branco e a profundidade azul do céu, algumas vezes emoldurado pelo mar de nuvens que circunda a serra abaixo daquelas altitudes, tornam a região um verdadeiro paraíso." (WEB 7, ARU)



Figura 26 - Vista sobre a Serra, Poço da Azenhas (Fonte: Junta de Freguesia de Cortes do Meio, s.d.); Ribeira e Curral (Corte) dos animais (Fonte: Autoria Própria, 2018).

²⁸ ARU - Centro Urbano de Cortes do Meio, Camara Municipal da Covilhã, Outubro 2014.



Figura 27 - Penhas da Saúde e Varanda dos Pastores (Fonte: Geocaching; Autor: Desconhecido, s.d.).

A freguesia apresenta ainda valores culturais de elevado interesse, desde os costumes e tradições, a gastronomia serrana, os produtos tradicionais e artesanais como trabalhos em madeira e bordados, as festas, feiras e romarias. As diversas festas e feiras na aldeia abrangem diferentes temáticas, normalmente relacionada com produtos ou atividades da região, destacam-se as seguintes: o mercado mensal no primeiro domingo de cada mês, a festa em honra de Nossa Senhora do Carmo e de Nossa Senhora de Fátima, a Festa de São João, o Enterro do Senhor e a Feira dos Pastores (com animação de rua, tasquinhas, artesanato, exposição de gado ovino e desfile de chocalhos) que já conta com duas edições.

5.4. Análise Morfológica da Aldeia



Figura 28 - Vista da Ribeira para a Aldeia de Cortes do Meio (Fonte: Autoria Própria, 2018).

A aldeia teve de se adaptar á Serra...

A serra foi o convite á permanência do homem que via nestas encostas ótimas paisagens para os seus gados e nos terrenos junto á ribeira aptidão para a agricultura de subsistência. Mesmo com as dificuldades e a aspereza do terreno não limitaram a ocupação de um espaço hostil.

É bem visível que a topografia do espaço condicionou a disposição do núcleo urbano, a implantação das habitações no espaço, a sua composição e a sua morfologia, resultando numa situação muito peculiar em que as casas se integram harmoniosamente na paisagem.

Integrada na Rede das Aldeias de Montanha, a freguesia apresenta vários pontos de interesse sobretudo o seu núcleo mais antigo e nas margens da ribeira (figura 29). Mostra-se aos visitantes como um anfiteatro de casas com telhados, servidas por ruas estreitas e escadarias que formam um interessante conjunto arquitetónico, envolvido em paisagens naturais.

Ainda assim, com o passar dos anos a aldeia está cada vez mais descaracterizada, esquecida e envelhecida, havendo uma urgente necessidade de desenvolver e criar as condições para manter a sua identidade, fixar a população mais nova, e da mesma forma criar infraestruturas para atrair os turistas.

No intuito de responder da melhor forma às necessidades da Aldeia, torna-se imprescindível um estudo mais cuidado de todos os elementos que constituem este lugar. Foram elaborados

todos os estudos necessários à caracterização da aldeia, com o objetivo de obter um conhecimento real das condições de vida da população e da sua malha urbana. Foram ainda identificadas as principais carências, tanto ao nível das infraestruturas, como dos anseios e expectativas dos residentes. Os resultados destes estudos deram depois origem a fichas de caracterização arquitetónica (fichas tipo em anexo), que constituíram a base de trabalho nas fases que se seguiram.

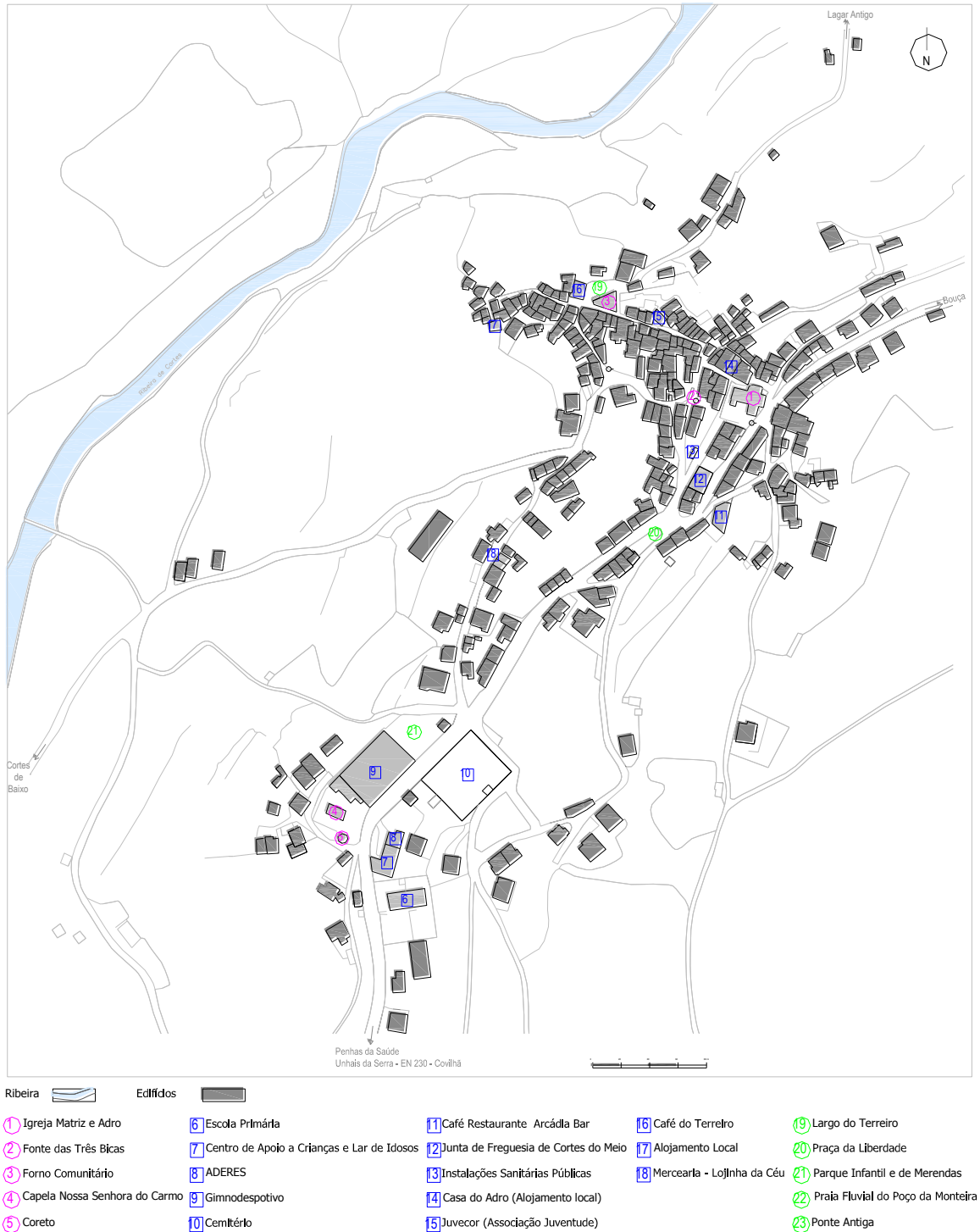


Figura 29 - Planta com edifícios e locais públicos a visitar (Fonte: Autoria Própria, 2018).

5.4.1. Espaço Não Edificado

Apresentando uma forma concentrada típica dos povoados de montanha, o conjunto de casas da aldeia adaptaram-se á configuração do terreno, agrupando-se umas às outras de modo a protegerem-se melhor do clima, assim as ruas e espaços públicos possuem dimensões pequenas, são irregulares para melhor se ajustarem ao relevo e de forma a vencer determinados declives tomam as vias a forma de escadaria. O conjunto cria caminhos sinuosos, umas vezes largos, outras vezes tão estreitos que os telhados quase se tocam, como se pode verificar nas figuras seguintes.



Figura 30 - Ruas, quelha e canada da aldeia (Fonte: Autoria Própria, 2018)

Por estes caminhos sinuosos fazia-se e ainda se faz a circulação, o acesso á ribeira e aos campos férteis, calcetados com pedra ou mesmo pavimentados só com terra batida, não existindo uma diferenciação ao nível do pavimento entre a zona pedonal viária (figura 31). Porém algumas ruas estreitas da aldeia, face ao desenvolvimento, viram todo o seu espaço coberto por betuminoso, deixando de existir uma relação de transição entre o espaço privado e público. Este pavimento “moderno” permite velocidades maiores dos automóveis e os habitantes deixaram de se sentir á vontade para sair de casa e sentar-se calmamente na soleira da porta a conversar com o vizinho.

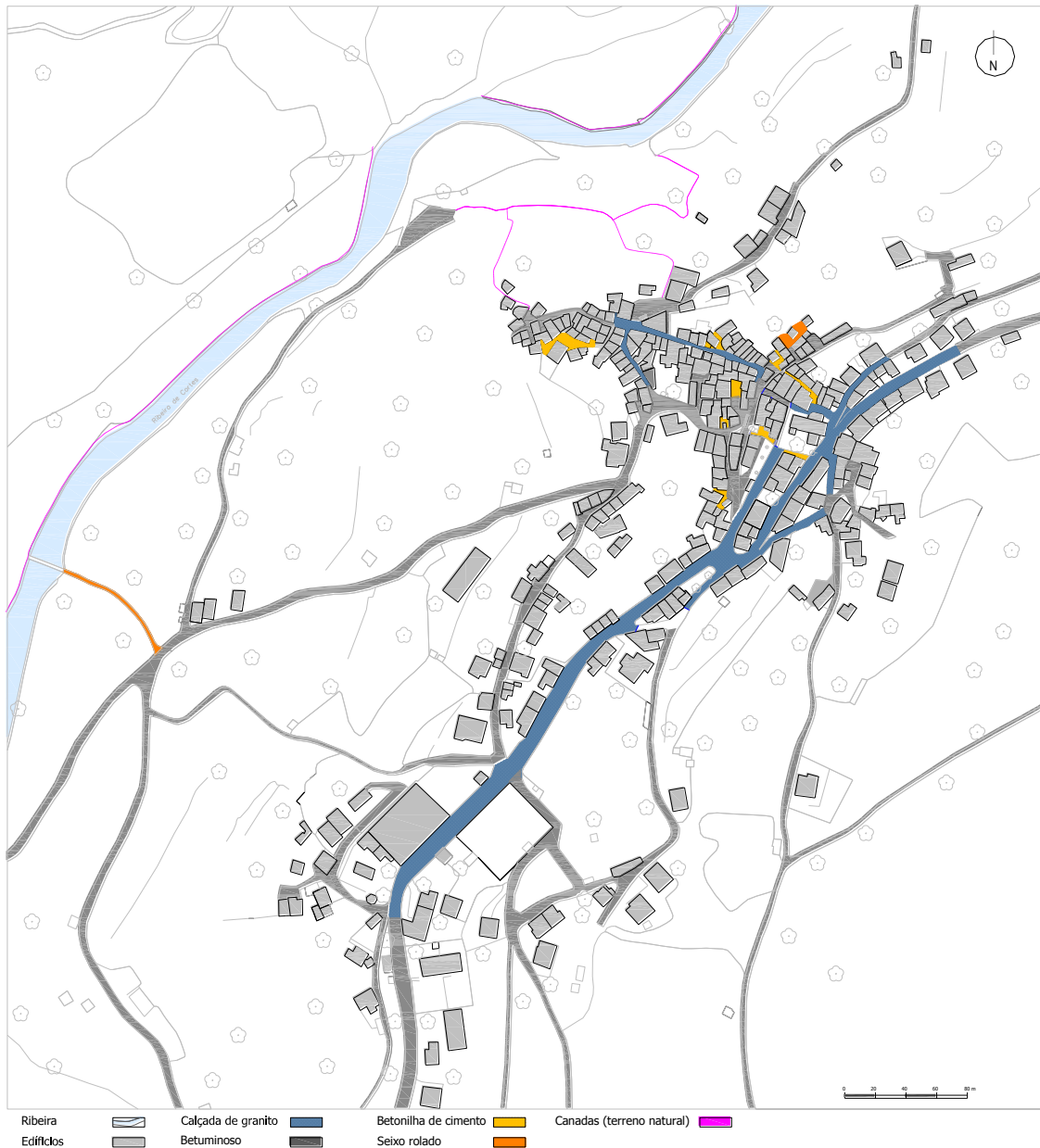


Figura 31 - Planta com o tipo de materiais nas ruas da aldeia (Fonte: Autoria Própria, 2018).

Os principais espaços públicos em Cortes do Meio desenvolvem-se em volta dos principais edifícios de serviços e dos equipamentos de carácter religioso - a Igreja Matriz e a Capela de Nossa Senhora do Carmo (Figura 32) - o que reforça a importância da igreja como referência, e também como polo organizacional da estrutura das povoações antigas. Estes locais permanecem lugares relevantes na vivência da aldeia, ainda que já não abranjam a função de espaço onde se davam importantes trocas comerciais, são ainda hoje um lugar de encontro e convívio.

O largo da igreja é por norma o local central da aldeia, ainda que a povoação se desenvolva ao longo de uma rua principal. Estes espaços que contêm como referência primordial, um equipamento religioso, e formam em seu redor, uma área de apoio e proteção, uma vez que foram em muitas ocasiões ainda o são, frequentemente usados para a realização de festas religiosas e pagãs da população.

É ainda perceptível que os espaços de estar não se localizam só em redor de uma construção religiosa, aparecem também junto dos equipamentos culturais da aldeia, de um elemento arquitetónico de referência tal como a Fonte de Três Bicas (Figura 33), Lavadouros e Forno Comunitário (Figura 34), ou pequenos largos em frente a um solar ou casa solarenga forma que os antigos proprietários tinham de mostrarem o esplendor das suas habitações. Já recentemente, fora do núcleo antigo foram criadas duas zonas novas, uma zona de lazer junto ao Poço da Monteiro na Ribeira de apoio à época balnear e outra com um parque infantil e de merendas junto ao Gimnodesportivo (Figura 35).



Figura 32 - Largo da Igreja e o Largo da Capela (Fonte: Autoria Própria, 2018).

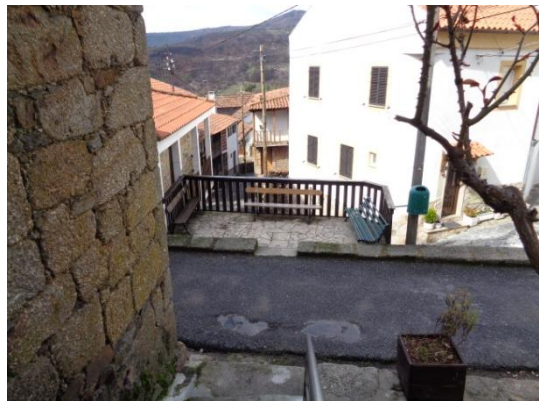


Figura 33 - Zona estar junto à Fonte das Três Bicas; (Fonte: Autoria Própria, 2018).



Figura 34- Praça da República e o Largo do Terreiro (Fonte: Autoria Própria, 2018).



Figura 35 - Parque Infantil e a Zona da praia fluvial do Poço da Monteira (Fonte: Autoria Própria, 2018)

5.4.2. Síntese do estado atual do Espaço Não Edificado

Ao nível do espaço livre, na forma da aldeia verifica-se alterações, o crescimento da povoação para a periferia nas últimas décadas não foi planeado. Assim como com a massificação da televisão, os cafés e clubes, assumiram um papel de extrema relevância como locais de encontro e lazer, remetendo para segundo plano os espaços, não havendo procura destes espaços, deixam de surgir como uma prioridade no planeamento da aldeia.

O mesmo se aplica ao espaço público, cuja função tem mudado devido á necessidade de locais de estacionamento. Há falta de espaços para crianças e jovens, mesmo que reclamados sobretudo no Verão, de locais onde os mais velhos possam jogar às cartas, conversar sob o sol soalheiro de Inverno, etc. São espaços que devem ser pensados e tidos em conta no crescimento de um lugar com uma estrutura característica de aldeia beirã.

Olhando atentamente ao que se passa na aldeia, percebe-se que os largos lá continuam sem planeamento e muitas vezes abandonados. Contudo a falta de espaço público de qualidade não permite a vivência de um lugar e quando se poderia beneficiar do seu aspeto pitoresco como atração turística, estão progressivamente a prejudicar o futuro com a destruição de grande parte da sua herança e identidade.

Da análise e levantamento do espaço não edificado conclui-se:

- Os largos onde se realizam as festas populares possuem normalmente um declive bastante suave;
- Os espaços de estar no núcleo antigo são ainda usados pela população residente, em especial pelos mais idosos;
- Nas ruas da aldeia deixou de existir uma relação de transição entre o espaço privado e público;
- É difícil estabelecer limites bem definidos dos largos, uma vez que o tecido urbano das zonas mais antigas é orgânico;
- Perdeu-se as suas funções de espaço semipúblico, sendo hoje em dia usado como espaço privado (construção de anexos, garagens, estacionamento, etc.), partilhado apenas entre os proprietários das habitações que o limitam;
- As novas construções localizam-se quase sempre num perímetro afastado do centro da aldeia, onde existe mais espaço; possuem dimensões muito superiores às das casas de carácter popular, mesmo quando se situam no centro da aldeia, quando não possível em largura, constrói-se em altura;
- Verificou-se a presença de algumas árvores e arbustos nos largos, mas não foi encontrado na aldeia nenhum um jardim “clássico”;
- Os espaços públicos de lazer, tanto para crianças como de apoio á época balnear encontram-se degradados, abandonados, sem condições de segurança.

6.4.3. O Espaço Edificado

Através da análise “in loco” do conjunto arquitetónico da aldeia, foi possível averiguar que no seu núcleo antigo ainda existem um elevado número de edifício de carácter tradicional que datam entre os séculos XVI/XVII e o século XIX.

Sabe-se, que desde sempre o homem aproveitou para a construção das suas habitações os materiais que tinha á mão, assim, da materialidade tradicional existente hoje em dia na aldeia fazem parte a pedra de granito emparelhada, a pedra de xisto, e a antiga telha de canudo, substituída, entretanto por telha marselha. As paredes dos edifícios mais antigos têm espessura média de cerca de 60cm e são autoportantes, sendo a estrutura interior de madeira de pinho, castanho ou carvalho.

Ao caminhar pelas ruas estreitas da aldeia notam-se diferenças entre as casas mais antigas e as menos antigas, as primeiras são térreas, têm pouca área útil e são construídas praticamente só de pedra de granito, facilmente se bate com a cabeça no lintel da porta e quase não possuem vãos. As segundas têm pedra de granito nos cunhais e nos vãos onde são exigidos esforços maiores e pedra de xisto no enchimento das paredes, a sua estrutura interior de madeira é ligeiramente mais complexa por haver dois pisos. Neste tipo a habitação encontra-se no primeiro andar enquanto o rés-do-chão serve para armazenar os utensílios agrícolas e recolher os animais.

Hoje em dia existem edifícios (re) construídos por de tudo um pouco. Alguns habitantes possuem casas de pedra que reabilitaram e optam por reparar apenas as juntas mantendo a estereotomia do edifício, noutras rebocam tudo com cimento e pintam de branco ou revestem a azulejo, outras optam por simplesmente tapar a parede com chapa metálica ou mesmo demolir totalmente o edifício existente e construir uma casa “moderna”. Também é muito frequente a construção de mais um piso adicionado aos outros que se destaca com um acabamento diferente.

É fácil perceber que apesar da grande maioria dos edifícios de carácter tradicional se encontrarem no núcleo antigo da aldeia (figura 36), existe um número ainda razoável de edificações que não respeitam os materiais e tipologias tradicionais, tornando-se dissonantes das restantes, sendo que as construções maiores e mais recentes se localizam nas áreas periféricas da aldeia, encontrando se no entanto alguns exemplares na zona antiga (figura 37). A permanência num espaço onde existem elementos que chocam entre si modifica a percepção desse mesmo espaço, quando na aldeia onde ainda é possível sentir que se está perante uma aldeia de carácter serrano da Beira Interior, a presença de algumas edificações onde é usada a nos telhados chapa metálica, azulejos nas fachadas, cores “chocantes”, ou mesmo pelo simples facto da sua volumetria possuir proporções exageradas, levam á descaracterização do lugar, que poderia fazer uso da sua tradição arquitetónica para promover a aldeia, nomeadamente através do turismo.



Figura 36 - Edifícios de caracter tradicional na aldeia (Fonte: Autoria Própria, 2018).



Figura 37 - Edifícios dissonantes na aldeia (Fonte: Autoria Própria, 2018).

Dado não existir nenhum plano de ordenamento, a liberdade construtiva é total, percebendo-se o carácter vanguardista ou conservador do dono através do edifício. A aldeia não está propriamente estagnada, tem-se vindo a adaptar lentamente á contemporaneidade, bem ou mal.

Em anexo é apresentado um exemplo das fichas de levantamento do edificado, onde podemos verificar os vários parâmetros tidos em conta na avaliação dos edifícios.

Em primeiro lugar definiu-se o edificado em relação ao seu uso, podendo este ser habitacional, serviços, comércio, equipamentos sociais/culturais, anexos/garagem e ruína.

Verificando-se um elevado número de edifícios de uso habitacional e em alguns casos pontuais é possível encontrar edifícios em que a localização do comércio é no rés-do-chão da habitação, tendo um pequeno número de edifícios de uso misto, de serviços e de equipamentos (figura 38).

RELAÇÃO DO USO/FUNÇÃO DOS EDIFÍCIOS

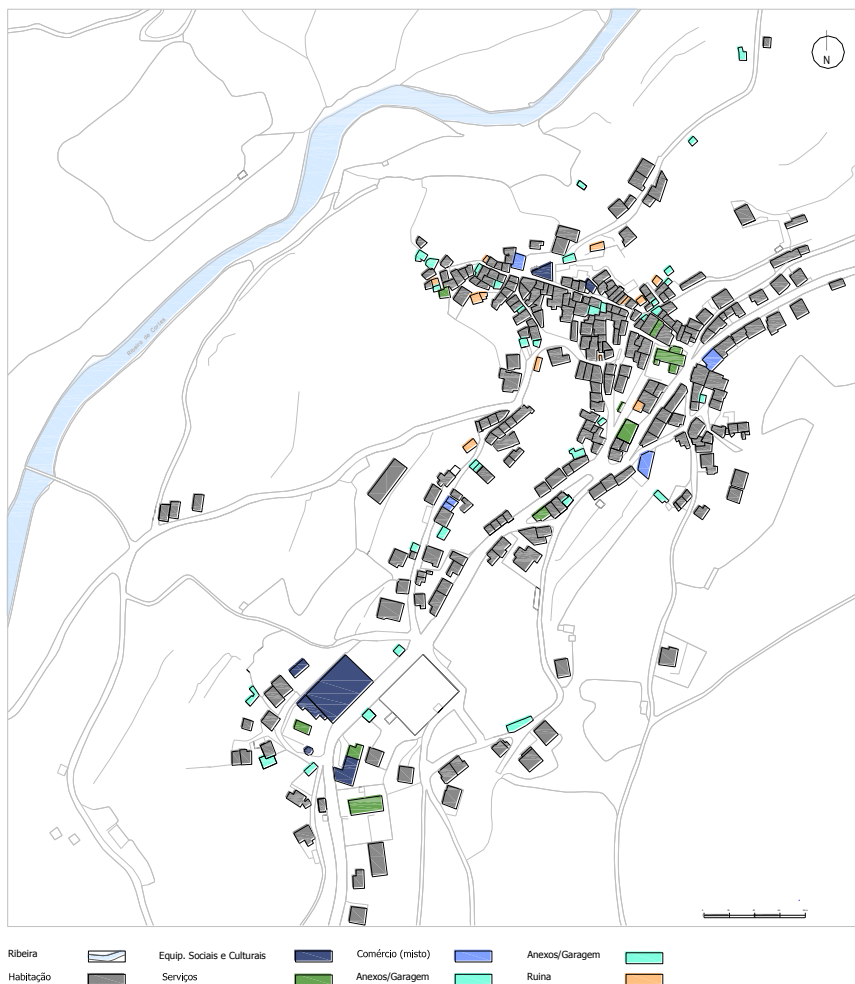
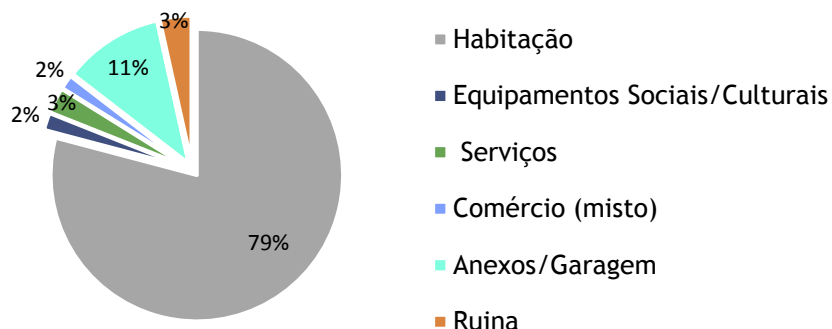


Figura 38 - Gráfico e planta da relação uso/funções dos edifícios (Fonte: Autoria Própria, 2018).

Quanto á tipologia dos edifícios é perceptível a maioria da existência de edifícios com dois pisos (figura 39), tendo nalguns casos a existência de trapeiras e mansardas na cobertura. Os edifícios mais recentes e reconstruções dos antigos têm três ou mais pisos, onde se aproveitou o desnível do terreno e a totalidade do sótão para habitação. Verificou-se também que a maioria do edificado no núcleo antigo é caracterizada por uma frente urbana estreita, desenvolvendo-se em profundidade. No que concerne os materiais nos edifícios existe um uso do granito, a nível estrutural as paredes-mestras são em alvenaria de pedra e a cobertura de telhas cerâmicas, com os telhados de duas águas.

RELAÇÃO DOS NÚMEROS DE PISOS

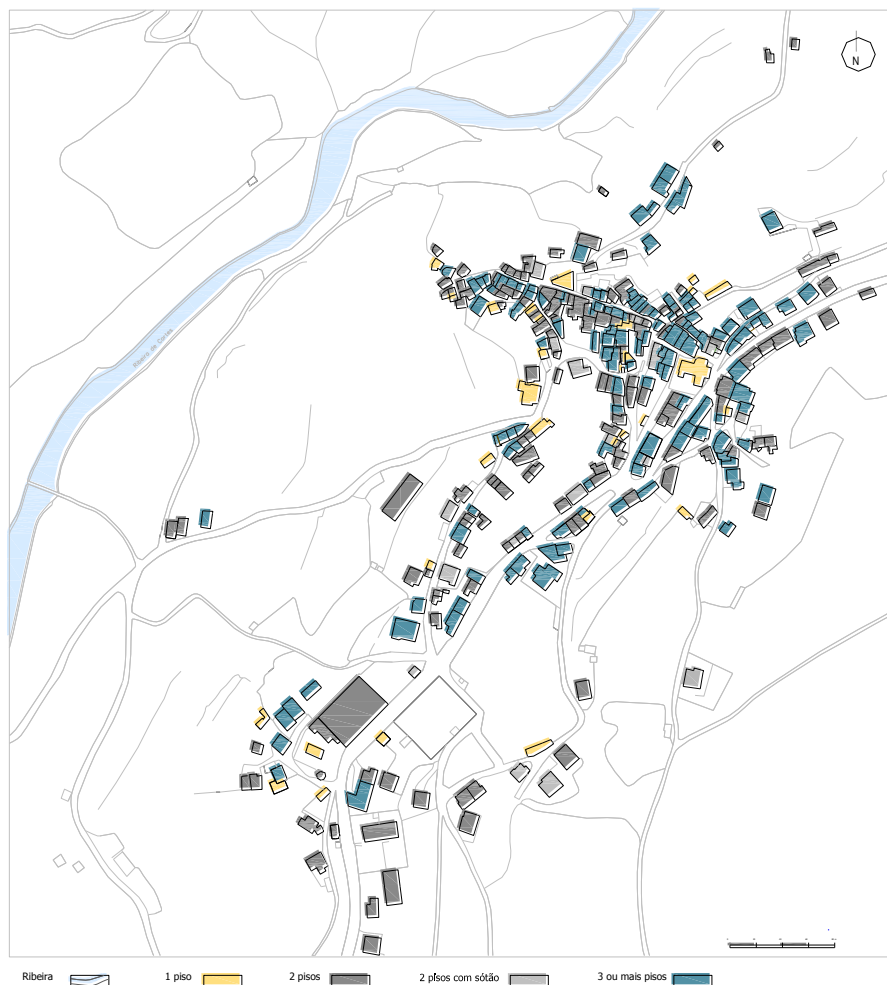
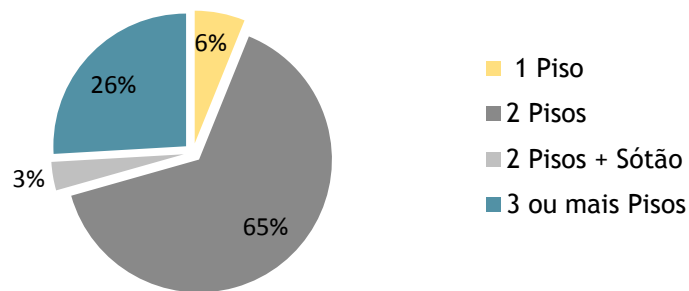


Figura 39 - Gráfico e planta da relação do número de pisos dos edifícios (Fonte: Autoria Própria, 2018).

Uma outra questão relevante foi o ponto de estado de conservação do edificado, critério que reflete o estado do edifício no que concerne aos seus atributos construtivos. Para tal, foi feita uma avaliação em quatro níveis - bom, razoável, mau e ruína, mediante a análise da estrutura, cobertura, fachada e vãos. Não foi possível incluir fatores do interior dos imóveis devido a impossibilidade de poder entrar nas construções.

Tabela 7 - Análise dos diferentes componentes de uma edificação de modo a classificar o seu estado de conservação (Fonte: Autoria Própria, 2018).

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO				
ANÁLISE / CLASSIFICAÇÃO	BOM	RAZOÁVEL	MAU ESTADO	RUÍNA
Estrutura	Estrutura em bom estado	Estrutura: boa a necessitar conservação	Estrutura: com fissuras e danificada	Estrutura em ruína
Cobertura	Telhas em bom estado	Telhas desgastadas, mas com estrutura boa	Telhas desgastadas, mas com estrutura fissurada	Telhas inexistentes e estrutura fissurada e danificada
Fachada	Revestimento em bom estado	Revestimento fissurado	Revestimento desgastado e/ou a descascar	Sem revestimento
Vãos /caixilharia	Boa	A precisar de conservação e manutenção	Com fissuras e degradada	Inexistente ou danificada

Como resultado, verificou-se edifícios maioritariamente com bom ou razoável estado de conservação (figura 40), este resultado deve-se a intervenções e construções que ocorreram sobretudo a partir do século XX. Entre os edifícios classificados com uma má conservação destaca-se o mau estado das coberturas e caixilharias, existindo cerca de 11 construções em ruína, num total de 316 construções observadas.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO

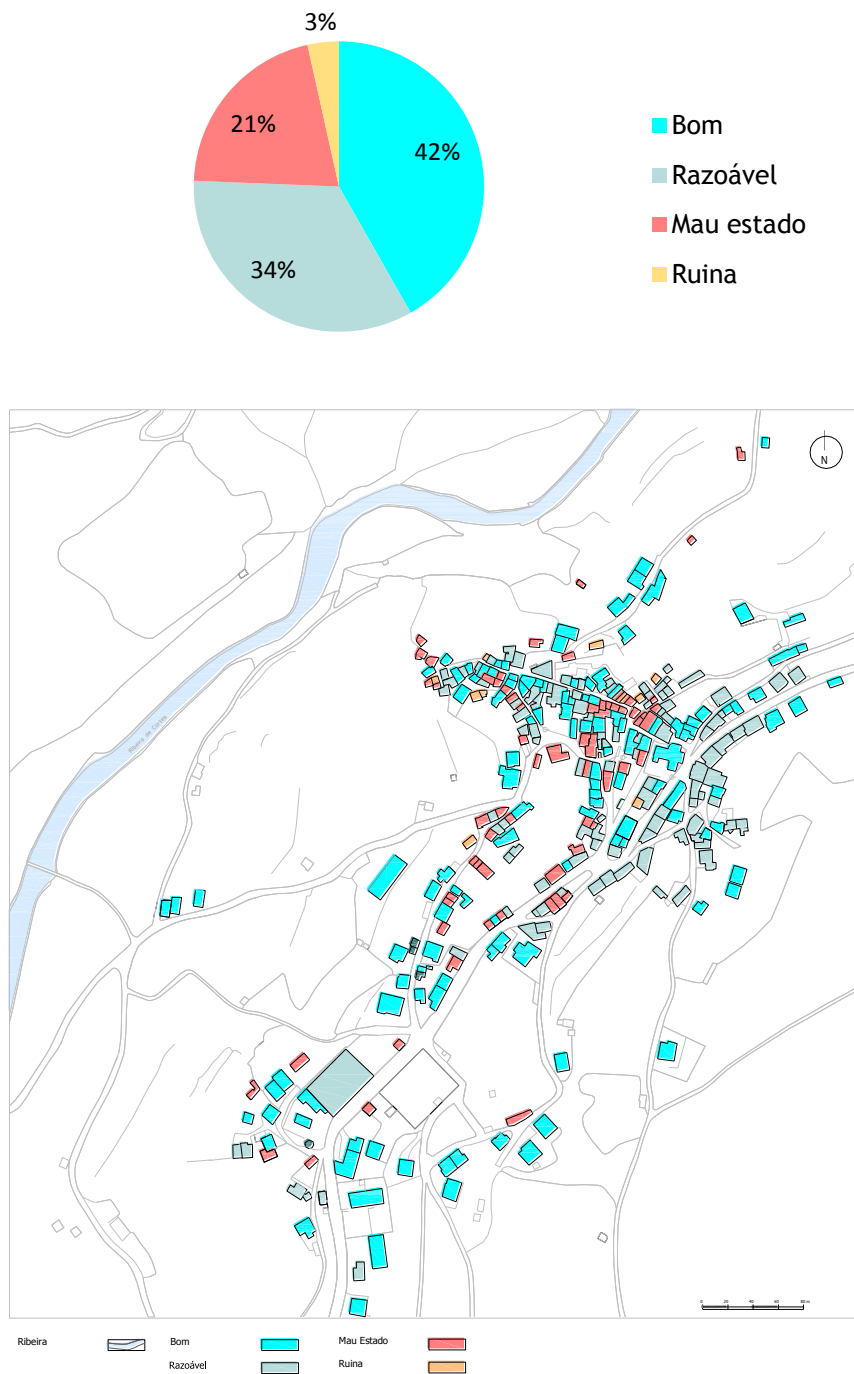


Figura 40 - Gráfico e planta síntese do estado de conservação do edificado (Fonte: Autoria Própria, 2018).

Quanto á classificação dos edifícios relativamente ao seu valor arquitetónico, tentou-se abranger a importância dos edifícios individualmente e em conjunto como património, como entendimento dos valores sociais, culturais e materiais de uma sociedade no seu determinado tempo. A importância local e simbólica expressa pelo valor que o edifício tem como marco visual e o que simboliza ou representa dentro da comunidade. Neste tipo de aldeias os

edifícios são geralmente considerados como património representativo de um modo de vida ou de uma época, e por isso valorizados quer pela sua arquitetura quer pela sua construção. Também é necessário valorizar edifícios que são exemplares de um tipo de construção vernácula portuguesa e que corresponde a tipologias de habitação rural de carácter modesto, em detrimento de novas construções que possam ir contra estes modelos, como por exemplo o caso de casas dos emigrantes.

Valorizam-se, igualmente aqueles que sejam contemporâneos na estrutura do núcleo antigo, mas que não destoem na composição dos seus elementos.

É na sua relação com estes valores que se avaliou a qualidade dos edifícios quanto:

Tabela 8 - Análise dos diferentes componentes de uma edificação de modo a classificar o seu valor arquitetónico(Fonte: Autoria Própria, 2018).

VALOR ARQUITETÓNICO DO EDIFICADO	
Monumento Nacional	Denuncia o carácter histórico-cultural do edifício no contexto nacional.
Interesse Público	Capacidade que o edifício tem de servir no presente e no futuro as necessidades dos seus habitantes.
Qualidade	Caracteriza a qualidade relacionando o uso do edifício com a sua tipologia e com a localidade.
Neutro	O edifício é apreciado no sentido de perceber se constitui elementos marcante na paisagem rural, demonstrando a sua arquitetura algum interesse na sua integração no conjunto da aldeia, mesmo necessitando de pequenas obras de adaptação ou de reabilitação.
Dissonante	Este fator revela sobretudo elementos ou parte da edificação, discordantes ou em desarmonia com a tipologia e arquitetura tradicional do lugar. Na generalidade este género de construções erigidas há pouco tempo apresenta características desajustadas ao contexto da aldeia, nomeadamente os revestimentos exteriores.

No resultado, verificou-se uma grande percentagem de edifícios de valor neutro, a existência da maioria dos edifícios de qualidade no núcleo antigo e uma percentagem significativa de edifícios dissonantes (figura 41) o que a aumentar prejudicará a identidade do aglomerado.

VALOR ARQUITETÓNICO DO EDIFICADO

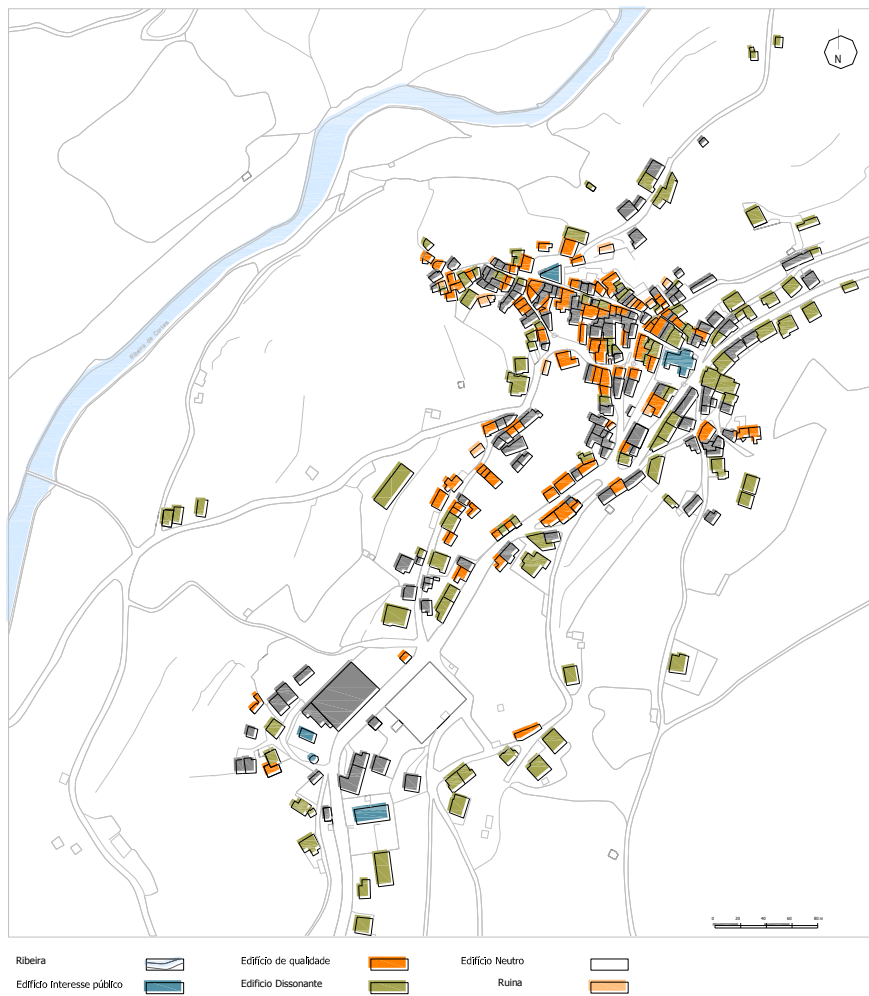
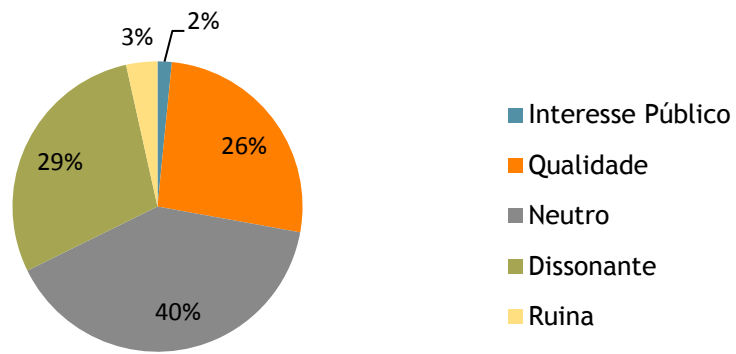


Figura 41 - Gráfico e planta síntese do valor arquitetónico do edificado (Fonte: Autoria Própria, 2018).

5.4.4. Síntese do Estado Atual do Edificado

O edificado da aldeia, os materiais usados, as técnicas praticadas, a organização do espaço, permaneceram quase intactos durante séculos, muito devido à falta de meios de transporte e comunicação, que levou as gentes destes lugares a usarem o que tinham mais “à mão”, e a auxiliarem-se com os conhecimentos dos seus antepassados.

Com o passar dos tempos, veio a melhoria das infraestruturas de deslocação e informação, a perceção do mundo estar mais pequeno, com a possibilidade de aceder a novas técnicas de construção e materiais. As influências que se fizeram sentir nas aldeias vieram sobretudo daqueles que migraram para as grandes cidades, e de lá trouxeram gostos e modas que apesar de não se enquadrarem no já existente, foram prevalecendo.

A arquitetura vernacular foi, e ainda é, largamente ignorada, quer seja nas novas construções, quer na preservação das já existentes. Observa-se exemplos de arquitetura tradicional em ruínas ou com alterações profundas, que as tornaram quase irreconhecíveis. Surgem entre grupos de casas de arquitetura popular, edifícios dissonantes, devido às dimensões que possuem, ou aos materiais aplicados, como o reboco, o azulejo, a chapa metálica, entre outros, que em oposição aos usados tradicionalmente, deixaram de conferir à aldeia uma mistura perfeita com a paisagem agreste que a envolve.

As construções são normalmente feitas ao gosto dos proprietários dos terrenos, muitas vezes sem qualquer auxílio a nível urbanístico, arquitetónico ou de um técnico competente.

O uso de alumínio, estores exteriores, ou mesmo varandas inadequadamente fechadas ou embutidas, juntamente com o reboco e pintura das juntas nas fachadas de pedra aparelhada ou pintura de cores extravagantes levam à descaracterização dos edifícios e consequentemente dos lugares.

As prioridades mudaram, e se muitas vezes as antigas tipologias das habitações já não satisfazem as necessidades dos seus residentes, é necessária então a mudança, mas é possível fazê-lo de um modo coerente com a envolvente, o que nem sempre acontece, já que muitas vezes as novas construções são de génese ilegal, as construções tendem a afastar-se do modelo da casa típica de aldeia, feita de pedra e de um ou dois pisos. Constrói-se edifícios tipologicamente diferentes dos existentes no núcleo antigo e com uma organização espacial diferente e destoante da primitiva.

Estamos perante um aglomerado habitacional de carácter tradicional com valor histórico e cultural, o qual se encontra exposta ao risco eminente de adulteração e extinção, tornando-se de elevada relevância valorizar e proteger esta aldeia, assim como o ambiente natural e paisagístico que a rodeia. Para tal é urgente preservar e recuperar o edificado existente, e

corrigir o que de negativo existe para se melhorar, sem contudo, rejeitar quando necessário alguma nota de contemporaneidade.

Para além do edificado, existem outros elementos construídos que podem influenciar o carácter do local, como o mobiliário urbano, que com a simples realocação de alguns elementos, a substituição e introdução de novos mobiliários, em muito pode contribuir para contrair a tendência crescente da perda de identidade da aldeia.

Para que se consiga um ambiente urbano equilibrado não se pode pensar apenas na conservação de um ou outro elemento ou na reabilitação de um ou outro edifício, mas sim na conservação de um todo.

5.4.5. Análise SWOT - Aldeia de Cortes do Meio

A conjugação dos elementos recolhidos e os levantamentos produzidos durante o trabalho de campo, bem como a análise dos objetivos do pde local e dos pontos de vista dos moradores, permitiu proceder a uma análise SWOT, nas tabelas seguintes.

Tabela 9 - Análise SWOT da aldeia de Cortes do Meio (Fonte: Autoria Própria, 2018).

AMEAÇAS / PONTOS FRACOS

-
- A interioridade e o isolamento geográfico.
 - Envelhecimento da população, bem como a saída dos habitantes jovens da aldeia.
 - Abandono das casas com história e degradação do património.
 - Suscetibilidade a riscos naturais (incêndios florestais)
 - Falta restauração, comércio local e alojamento local.
 - Falta de postos de venda de produtos regionais.
 - Desaparecimento do espírito de identidade local, dos hábitos e costumes da população.
 - Falta de emprego.
 - Deficiências a nível da rede de transportes na região.
 - A agricultura em decadência.
 - Falta de equipamentos, infraestruturas e espaços de lazer que complementem a atividade turística.
 - Recursos naturais e culturais pouco explorados.
 - Falta de atividades capazes de envolver os recursos físicos e humanos locais.
 - Investimento elevado das obras de requalificação e reabilitação.
 - Falta de informação e orientação aos visitantes.
 - Proximidade de zonas dinâmicas e mais desenvolvidas
-

POTENCIALIDADES / PONTOS FORTES

- O convívio harmonioso entre o Homem e a natureza.
 - A presença da ribeira.
 - A tranquilidade
 - O património construído.
 - O património natural - com qualidades ambientais excelentes para o desenvolvimento de atividades lúdicas e desportivas na natureza, a fauna e a flora diversificada.
 - Apostar na preservação do meio natural e qualidade ambiental.
 - A população da aldeia - o património de maior valor, é sem dúvida, a sua gente, que possui muitos anos de sabedoria, de experiência e de vivências, verdadeiros tesouros que devemos conservar.
 - A história e tradições - cultura tradicional.
 - Os produtos regionais e a sua gastronomia típica.
 - Requalificação e reutilização do património rural.
 - Existência de um saber/fazer tradicional no ramo alimentar e não alimentar e produtos locais de qualidade, suscetível de ser fonte de dinamização e animação, bem como meio motivador e promotor de postos de trabalho.
 - Atividades tradicionais com potencial turístico.
 - Aptidão local para o desenvolvimento do turismo rural e do turismo natureza.
 - Valorizar e transmitir todo o património cultural e natural, através de ações de Animação Sociocultural e Artística;
 - Promover atividades de interação inter-geracional, entre a população e os jovens dos meios urbanos.
 - Localização privilegiada na Serra da Estrela, com Penhas da Saúde a 10 Km. Aproveitar a proximidade com as Penhas da Saúde e fortalecer essa ligação.
 - Promoção e divulgação turística - inserção na rede das “Aldeias de Montanha”.
-

Capítulo 6 | Guia de Boas Práticas de Revitalização da Aldeia



Figura 42 - Vista aérea de Cortes do Meio (Fonte: WEB 5, Autor Desconhecido, s.d; Adaptado pela autora, 2018)

“Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não, do tamanho da minha altura...
Nas cidades a vida é mais pequena
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.
Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,
Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu,
Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar,
E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.

Alberto Caeiro (In “O Guardar de Rebanhos - Poema VII”, 1911/1912.)

6.1. Intervir em Zonas Rurais

6.1.1. Enquadramento Legal

A reabilitação urbana e dos edifícios têm sido ao longo dos últimos anos um programa estratégico do estado, pois é um recurso indispensável para o desenvolvimento social e económico e cultural do País. Sendo que, as estratégias nacionais e regionais, na sua maior parte suscitam o desenvolvimento do litoral e dos grandes centros urbanos, ficando sempre em segundo plano os espaços rurais. Da mesma forma, a legislação nesta área é uma das principais condicionantes do sector da construção e ao mesmo tempo das mais inconstantes, variando de acordo com as exigências dos modos de vida e do ambiente socioeconómico de cada época. Ao longo das últimas décadas foi evoluindo e recentemente foi criada legislação que visa agilizar a reabilitação urbana, da qual se destaca:

- O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012 de 14 de Agosto, que visa flexibilizar e simplificar os procedimentos de criação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e regular a reabilitação urbana de edifícios ou frações, ainda que localizados fora de áreas de reabilitação urbana, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos e em que se justifique uma intervenção de reabilitação destinada a conferir-lhes adequadas características de desempenho e de segurança. (DR, Lei nº32/2012 de 14-08).
- O Regime Excepcional para a Reabilitação Urbana, Decreto-Lei n.º 53/2014 de 8 de Abril, em que constitui um regime excepcional e temporário, em vigor até 9 de Abril de 2021 aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional. Evidenciam-se os artigos n.º 3 a 8 do Decreto-Lei, onde dispensa de aplicação, quando devidamente justificada, de alguns requisitos legais, particularmente: (DR, DL nº54/2014 de 08-04)
 - Do cumprimento das exigências do RGEU (salvaguardando as condições mínimas de habitabilidade);
 - Da aplicação do regime legal de acessibilidades;
 - Da aplicação de requisitos acústicos;
 - Do cumprimento dos requisitos mínimos de qualidade térmica;
 - Da instalação de rede de gás e das infraestruturas de telecomunicações das habitações.

Tendo em conta esta realidade, o Decreto-Lei nº 53/2014 indica que, ao invés de uma aposta em novas construções, a política do ordenamento do território desenvolvida atualmente privilegia a reabilitação através de operações urbanísticas de conservação, alteração, reconstrução e ampliação, enquanto soluções mais adequadas à atual conjuntura.

O atual regime, disposto no decreto-lei nº53/2014 de 8 de abril, acabou por não se traduzir numa oportunidade para a criação de uma visão e de uma estratégia para a reabilitação, assumindo os aspetos económicos maior relevância em detrimento do desenho e da revitalização dos espaços, assim como de um regime com regras e orientações específicos, enquadrando todo o processo de reabilitação.

A legislação deve refletir com maior ponderação os aspetos da realidade física e económica do País, pois não se trata só de legislar, quem conhece a realidade atual principalmente do interior depara-se com situações que impedem as estratégias e legislação do papel á prática, tais como por exemplo as apresentadas na tabela seguinte:

Tabela 10 - Principais entraves à reabilitação em zonas rurais (Fonte: Autoria Própria, 2018).

PRINCIPAIS ENTRAVES Á REABILITAÇÃO EM ZONAS RURAIS	
Desertificação do Interior	Sem pessoas não pode haver preservação e reabilitação de edifícios e aldeias. “A melhor forma de lá viver é ir conservando, por outro lado, a melhor forma de conservar é ir vivendo lá “.
Envelhecimento da População	A população mais envelhecida foi-se acomodando ao que tinha. Para eles qualquer coisa serve. Por outro lado, a falta de energias e o facto de saberem que os novos já não têm vontade de voltar, desincentiva o investimento nos melhoramentos. “Quando eu morrer eles não querem saber disto para nada. Põe tudo à venda. Isto se houver quem compre.” - desabafam os mais idosos.
Falta de oportunidades para fixação dos jovens	A economia local deixou de funcionar. Tirando o terceiro sector (Centro de dia e Lar de idoso) as poucas empresas que existem têm dificuldades em manter os postos de trabalho. Do mesmo modo, como também não há criação de novos postos de trabalho, os mais jovens que ainda existem vão saindo, á procura de emprego.

<p>Redução de investimento público nas zonas rurais e encerramento de serviços básicos</p>	<p>O encerramento de escolas, postos de correios e postos médicos e outros serviços similares foi a gota de água. Os poucos que lá moram, quando tem de sair da aldeia para tratar desses assuntos, aproveitam e fazem por lá as compras, o que faz com que até as mercearias de proximidade vão fechando. Por outro lado, os emigrantes que vão obtendo a idade de reforma já não regressam, pois estão habituados a um vasto conjunto de serviços que na aldeia já não existem.</p>
<p>Falta de consciência social para a valorização do património</p>	<p>Uma boa parte das pessoas não foi educada a valorizar o património cultural das suas terras. E quem não consegue reconhecer o valor, não pode preservar.</p>
<p>Falta de inventariação do que é bom</p>	<p>A melhor forma de sensibilizar as pessoas para a valorização do património edificado e cultural, é identificar e inventariar o que está bem. Só assim é possível que constituam boas práticas.</p>
<p>Ainda o “Excesso” de burocracia na obtenção de licenças de construção</p>	<p>Cada vez que alguém pensa em reconstruir um edifício, ao lembrar-se do “calvário” que o vizinho ou familiar passou com o processo de licenciamento, deseja logo desistir.</p> <p>Por vezes o excesso de zelo de alguns Municípios, em controlar tudo, acaba por ter um efeito completamente contrário ao que se pretende para estes espaços rurais. Para não se submeterem ao “lento”, controle do Município, na maior parte das vezes acabam por fazer a obra de forma clandestina, o que acaba por ser muito mais nefasto, na medida em que avança sem qualquer controle e sem qualquer acompanhamento técnico.</p>
<p>Falta de consciência profissional para a preservação do património</p>	<p>Infelizmente a maior parte dos profissionais que atualmente operam na área da construção, sejam eles projetistas ou construtores apenas visam o lucro fácil.</p>

<p>Escassez da mão-de-obra para trabalhar os materiais e técnicas tradicionais</p>	<p>O envelhecimento e a desertificação do interior fazem com que escasseie a mão-de-obra nestas regiões. Por outro lado, a construção desenfreada com utilização massiva de novas técnicas construtivas, faz com o “saber fazer” com materiais endógenos e técnicas tradicionais esteja quase desaparecido, o que constitui uma grande dificuldade sempre que alguém procura reabilitar com consciência.</p>
<p>Excesso de oferta de materiais compósitos</p>	<p>A evolução tecnológica nem sempre foi bem aproveitada para a reconstrução e requalificação, pois nas últimas décadas proliferaram no mercado um sem número de materiais compósitos (tipo betão armado, inúmeros materiais para caixilharias, revestimentos cerâmicos, chapas, painéis sandwich,...), que apesar de possuírem normalmente preços competitivos e de fácil aplicação, possuem normalmente uma relação de qualidade arquitetónica e até de conforto bastante duvidosas.</p>
<p>Desinvestimento na Agricultura</p>	<p>A agricultura familiar sempre representou um complemento significativo do rendimento dos agregados das aldeias rurais. Produzia-se para casa e vendia-se os excedentes. Poupava-se com o que se não comprava e ganhava-se com o que se vendia. No entanto, atualmente as burocracias dificultam a venda dos excedentes das produções familiares, o que acabou por estrangular uma forte componente da economia local e anulou uma das principais vantagens de viver no meio rural.</p>
<p>Falta de instrução e ensino</p>	<p>As instituições, escolas e universidades, devem tomar uma atitude recomendável, conhecimento e valorização do património rural. Acabar com o pensamento dos mais novos de que o tradicional é “velho” e sem qualidade.</p>

6.1.2. Como Preservar a Arquitetura Tradicional

Nos dias que correm, mesmo devagarinho... A preservação dos edifícios tradicionais têm vindo a crescer de atenção ao longo dos últimos anos, em particular em edifícios com carácter histórico e culturais mais valiosos. Contudo os edifícios de construções tradicionais mais simples nos meios rurais têm sido pouco conservadas e rehabilitadas, ou quando o são, ficam sujeitas a intervenções por vezes inadequadas e dissonantes, por diversos fatores tais como exposto no ponto anterior, entre outros tantos...

As intervenções no património construído devem ser feitas com prudência, tomando como princípios base preservar e conservar, valorizando todas as particularidades que são únicas, o traço e a identidade do património arquitetónico e cultural.

No entanto, comparando os níveis de conforto atuais com os que existiam no passado, verifica-se a “olho nu” que nos dias de hoje somos mais exigentes e mais consumistas.

Desta forma, é necessário propor soluções adequadas e viáveis para um melhoramento dos níveis de conforto e funcionais, que permitam uma intervenção digna nas suas construções vernaculares, sem que com esta intervenção prejudique o conjunto, mantendo a materialidade quando possível, de maneira a preservar a autenticidade, a reversibilidade e a aceitação das marcas do tempo nas edificações.

É necessário manter e incentivar a continuação do uso dos materiais tradicionais, nomeadamente a pedra, a madeira e a telha cerâmica, com anos de utilização e que garantiram a construção de milhares de habitações. Estes materiais e as técnicas tradicionais de construção hoje em dia podem continuar a ser utilizados, mas poder-se-á também a estes adicionar as respectivas atualizações, utilizando-se conjuntamente materiais recentes, mas de forma a não dissimular a arquitetura tradicional, que permitam completar os materiais e as suas técnicas de utilização, ficando assim mais eficazes, duradouros e seguros melhorando também a parte económica que uma intervenção pode trazer. Adaptando o edifício antigo a uma utilização atual ou mesmo somente intervir para manter, de forma que as gerações futuras possam observar a maneira de construir do passado. Não se imitam as marcas do tempo, mas o rigor que a arquitetura hoje permite pode estar ao lado da arquitetura tradicional.

Quando olhamos para as nossas aldeias e neste caso em concreto para a aldeia de Cortes do Meio, o que na maior parte das vezes aconteceu foi a descaracterização parcial da construção tradicional e do seu espaço envolvente, devido ao desinteresse e ao pouco cuidado de quem é proprietário, de quem executa os trabalhos e de quem gere e fiscaliza o território. Estas circunstâncias levaram a que as intervenções na aldeia, que se pensavam ser melhorias neste património rural fossem incorretas e ineficazes, como exemplo as situações enunciadas na tabela seguinte:

Tabela 11 - Exemplos de intervenções incorretas na aldeia (Fonte: Autoria Própria, 2018).

INTERVENÇÕES INCORRETAS NA ALDEIA



Aplica-se o que estiver á mão,
sem qualquer preocupação de
descaracterizar conjunto.

Até ao céu... é meu...
Não há qualquer preocupação
em manter cêrceas ou
uniformizar volumetrias.



Nas fachadas do edifício fixa-
se tudo o que é preciso... é
mais fácil...



Não há qualquer cuidado, estudo ou regra em enquadrar um novo edifício, destrói-se o existente e construi-se de acordo com as “tendências da moda”.



Os materiais de revestimento, caixilharias e cores são em concordância com as épocas da intervenção, sem qualquer critério e rigor.



Nem os pavimentos das zonas exclusivamente pedonais escaparam ao asfalto. O desleixo e o mais prático prevalece e uma calçada pré-existente constitui uma base para um pavimento betuminoso.



Os largos não são atrativos nem têm condições adequadas. Sobrepõe-se o estacionamento aos espaços de convívio e relações sociais.



(Fotografias da Aldeia de Cortes do Meio, Fonte: Autoria Própria, 2018)

Na realidade há ainda muito para melhorar, quer se trate de simples reparações, de reconstruções ou reabilitações.

Antes de intervir num edifício/local é essencial e importante uma boa planificação e organização da atuação na recuperação. O processo passa por uma análise/diagnóstico da composição, evolução e estado de conservação do edifício e de todos os seus componentes, por forma a tirar conclusões apropriadas para a intervenção. É necessário analisar caso a caso, para a mesma seja consciente e adequada.

Contudo, cada intervenção não dependerá só do edifício existente, proprietário, legislação aplicável ou do meio envolvente, mas também, com interpretação do arquiteto, a sua vivência e a sua experiência, sendo necessário cada vez mais uma responsabilidade acrescida para os profissionais, havendo porém noções fundamentais que não deverão ser esquecidas (tabela 12).

Tabela 12 - Conceitos fundamentais para os técnicos envolvidos na intervenção do património (Fonte: Autoria Própria, 2018).

CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA OS TÉCNICOS

- Toda a intervenção não deverá afetar, ou afetar o mínimo possível, o existente;
 - A remoção ou a alteração de material histórico ou de elementos particularmente notáveis deverão ser evitadas;
 - Não deverão ser destruídas características únicas do edifício, da estrutura ou do lugar e do ambiente;
 - Todas as alterações que decorram ao longo do tempo devem ser respeitadas e reconhecidas pelo seu valor intrínseco;
 - Os elementos arquitetónicos deteriorados deverão ser reparados em vez de substituídos. Se tal não for possível, o novo material terá de se inserir o mais harmoniosamente possível no edifício existente;
 - A arquitetura contemporânea não deverá ser desencorajada, quando essas intervenções ou ampliações não destruam testemunhos históricos, arquitetónicos ou culturais significativos.
-

6.2. Guia de Boas Práticas de Revitalização da Aldeia

A reflexão que se estabeleceu sobre o conjunto de elementos recolhidos e observados, a caracterização e levantamento morfológico da aldeia, contribuiu para elaborar neste capítulo um *Guia de Boas Práticas de Revitalização da Aldeia de Cortes do Meio*, com o intuito de orientar na preservação e recuperação do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico da aldeia.

De uma forma generalizada, é intenção disciplinar as alterações no tecido existente e propor alternativas viáveis á reabilitação, sem que se perca totalmente o seu carácter próprio e autêntico tão peculiar da aldeia de montanha. Com a preservação da imagem, muito associada ao turismo e ao comércio, privilegiando sempre a arquitetura tradicional e a envolvente paisagística, pode este lugar perspetivar uma nova dinâmica de desenvolvimento socioeconómico local e contribuir para melhoria da qualidade de vida para quem lá habita e para quem a visita.

Tendo em conta as características e a dimensão do local, a área de intervenção será restrita ao núcleo antigo e consolidado da aldeia, onde ainda é possível recuperar o património e a identidade da aldeia.

Os usos e atividades admitidas para a área são: a habitação, comércio, serviços e turismo. São proibidos novos usos que causem poluição atmosférica e sonora ou que de alguma forma descaracterizem a aldeia.

Tabela 13 - Filosofia do Guia de Boas Práticas de Revitalização da Aldeia (Fonte: Autoria Própria, 2018).

FILOSOFIA DO GUIA DE BOAS PRÁTICAS

- Salvar as preexistências do tecido urbano consolidado e os edifícios de traça original.
- Valorizar e conservar todos os edifícios e espaços relevantes da aldeia, para a preservação da sua imagem e reforço da sua identidade.
- Sempre que possível intervir no tecido urbano para corrigir dissonâncias e assimetrias existentes.
- Valorizar e revitalizar a estrutura verde e os espaços públicos existentes.
- Assegurar valorização e a ligação da aldeia á paisagem envolvente.
- Definir regras de boas práticas a considerar em projetos de carácter urbanístico e arquitetónico que se pretendam realizar na aldeia.

ÁREA DE DELIMITAÇÃO/INTERVENÇÃO DA PORPOSTA

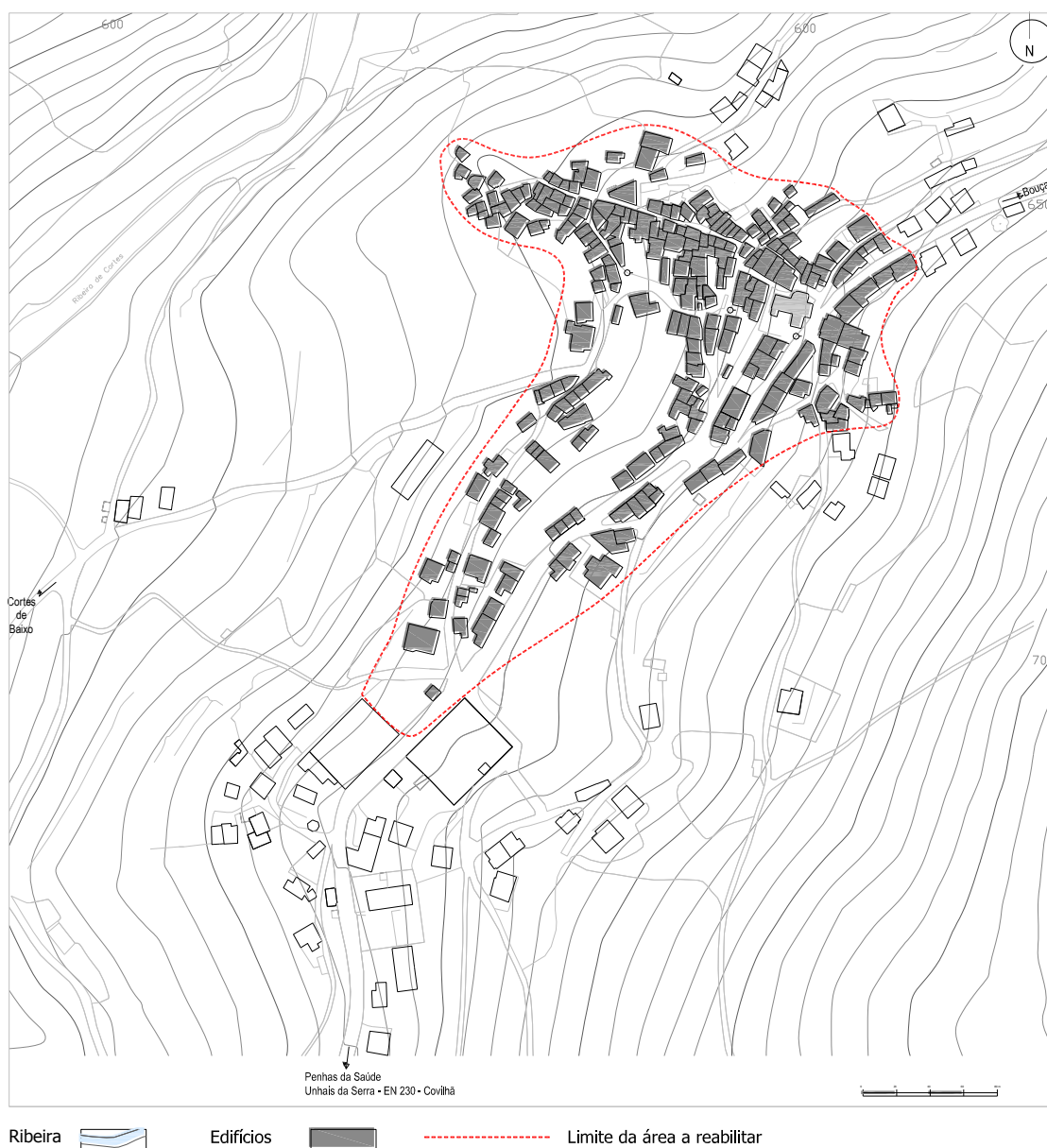


Figura 43 - Planta com a área de intervenção proposta (Fonte: Autoria Própria 2018)

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DA PROPOSTA

- A área de delimitação proposta, encontra-se segundo a planta de síntese o Plano Director Municipal da Covilhã (PDM), publicado no DR nº248 - Série - B de 23/10/1998, é Espaço Urbano Consolidado de nível 2 (figura 44).

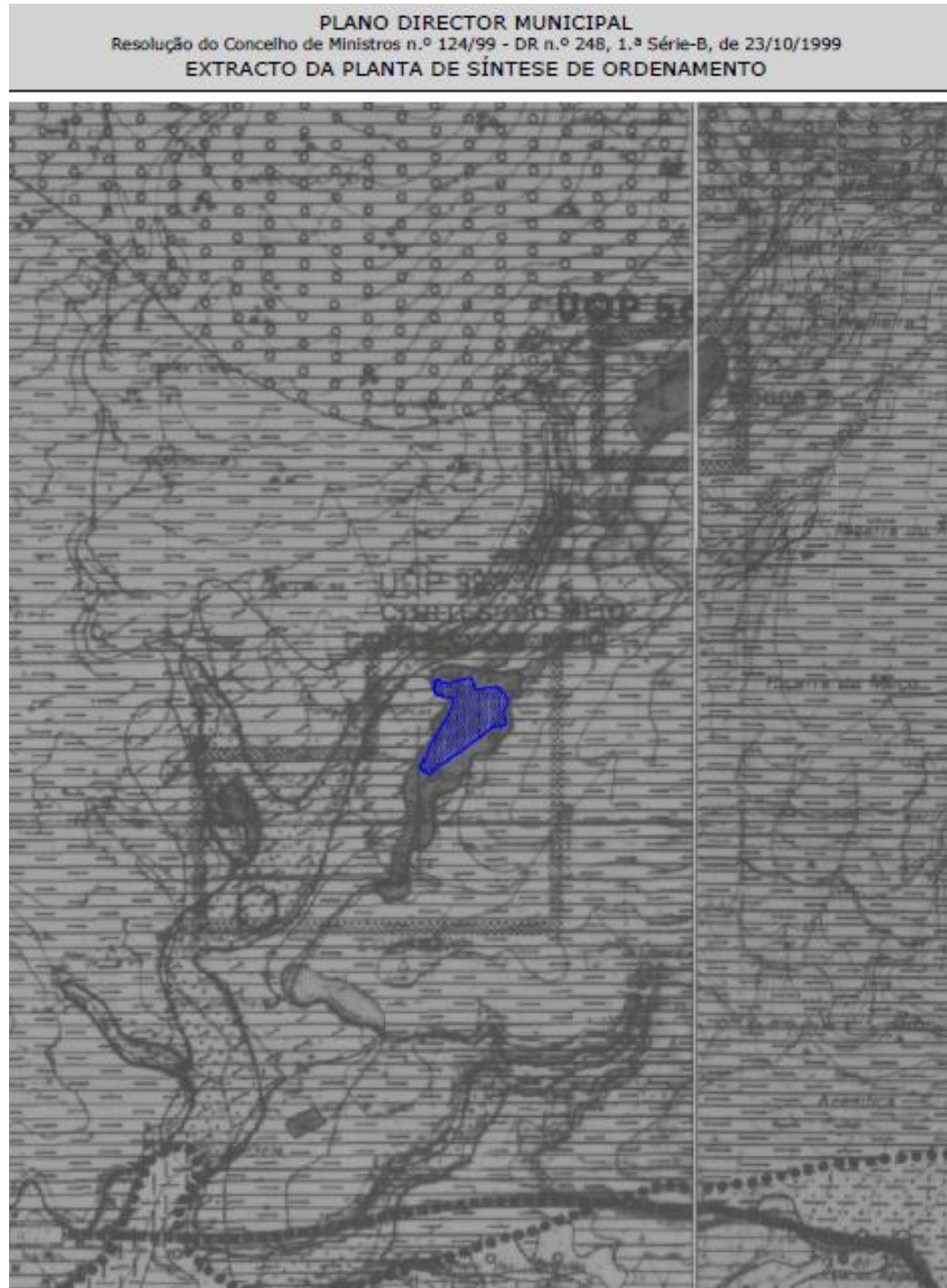


Figura 44 - Extrato da Planta de Síntese de Ordenamento. (Fonte:CMC,2018)


































Limite do Concelho (Área de Intervenção do PDM)		* Espaços Naturais e Culturais	
Limite da área urbana da Grande Covilhã (Área de Intervenção do PU-UOP1)		. Áreas de Protecção e Valorização Ambiental	
. Espaços Urbanos		* Áreas Especiais de Protecção (PNSE)	
. Espaços Urbanizáveis		. PNSE perímetro	
. Espaços Industriais Existentes		* Zonamento do PNSE	
. Espaços Industriais Propostos		. Zona de Protecção Paisagística	
. Espaços para Industrias Extractivas		. Floresta de Produção	
* Espaços Agrícolas		. Floresta Fomento Apícola e Cinegético	
. Áreas de Grande Aptidão Agrícola		. Mosaico Agro Silvo Pastoril	
. Áreas de Grande Aptidão Agrícola incluídas no perímetro do PNSE		. Zona Agrícola	
. Áreas a Beneficiar pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira		. Zona de Transição	
. Espaços Agrícolas Complementares e de Protecção e Enquadramento		* Áreas de Protecção a Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado	
. Espaços Florestais		. Arquitectónico	
* Espaços Canais de Infraestruturas		. Arqueológico	
. Eixo Urbano TCT e principais ligações à Variante		. Espaços Especiais de Infraestruturas Turísticas	
. Variante à Covilhã		. Áreas Críticas de Reconversão Urbanística	
. Caminho de Ferro		. Principais Vistas Panorâmicas	
. Vias Propostas		. Unidades Operativas de Planeamento (UOP)	
. Vias Existentes a melhorar			
. Traçado do IC7 (estudo prévio)			
. ETAR prevista			

Figura 45 - Legenda do Extrato da Planta de Síntese de Ordenamento. (Fonte:CMC,2018)

- De acordo com o mesmo instrumento, insere-se ainda em Perímetro do Parque Natural da Serra da Estrela - Perímetros Urbanos, conforme estabelecido no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (figura 46), publicado pela Resolução do Conselho de Ministros nº83/2009 de 9 de Setembro, pelo que a realização de qualquer operação urbanística nesta área deve ser precedida de consulta prévia ao órgão competente do PNSE, para emissão de parecer, no entanto, e de acordo com o disposto no artigo 25º do regulamento do POPNSE, excetuam-se deste

procedimento as áreas que coincidem com os perímetros urbanos definidos nos planos municipais de ordenamento do território e com os aglomerados rurais. Nestas áreas não abrangidas por regime de proteção são aplicáveis os parâmetros de edificabilidade definidos nos planos municipais de ordenamento do território.

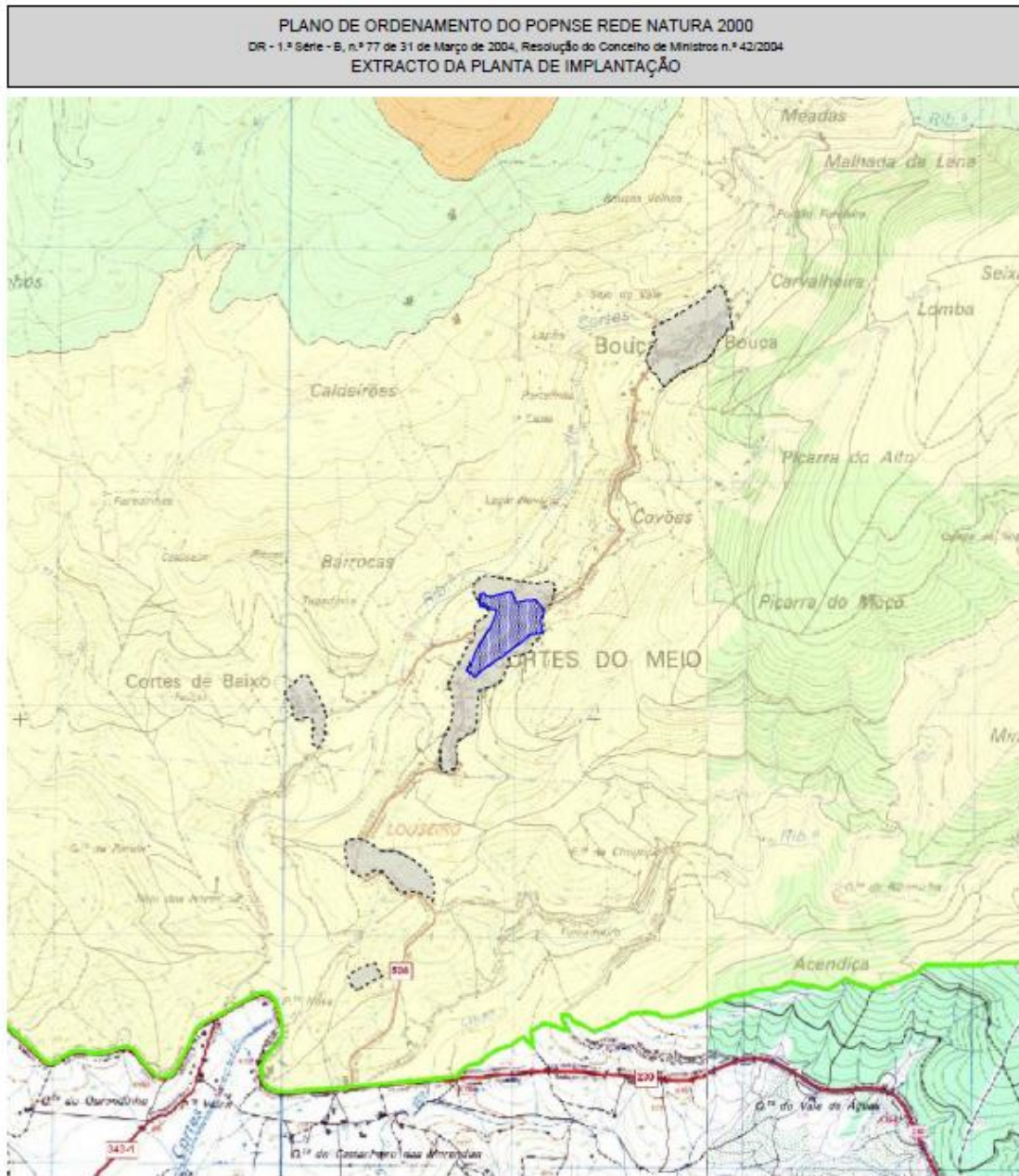


Figura 46 - Extrato da Planta de Implantação do POPNSE, Rede Natura 2000. (Fonte:CMC,2018)

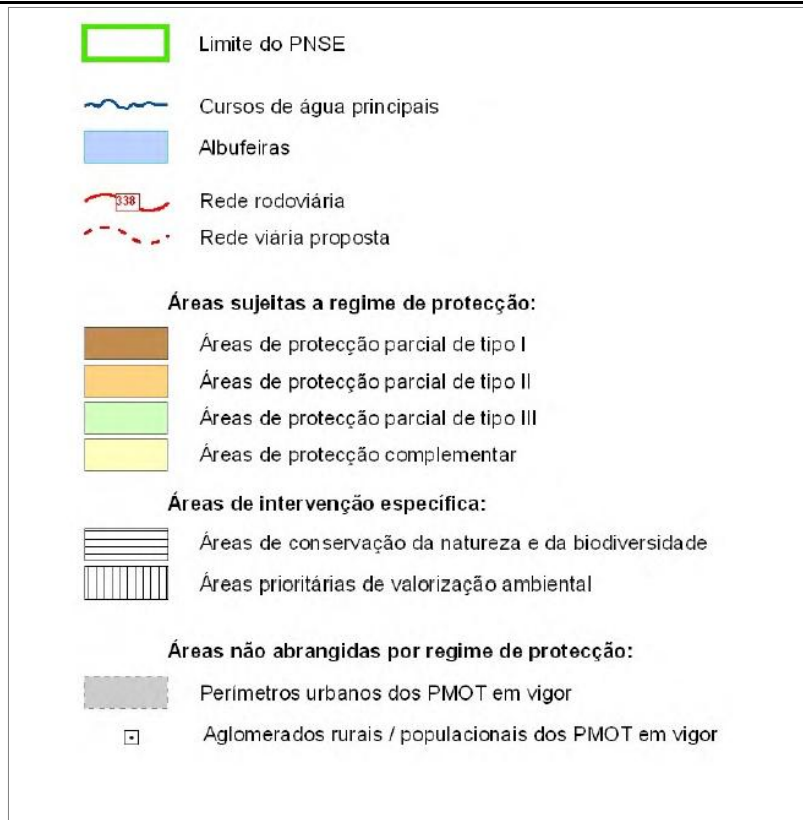


Figura 47 - Legenda do Extrato da Planta de Implantação do POPNSE, Rede Natura 2000.
(Fonte:CMC,2018)

- Está também inserida na delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Cortes do Meio definida pelo Município e enquadrada no decreto-lei nº307/2009 de 23 de Outubro, na redação que lhe confere a Lei nº32/2012, de 14 de Agosto, onde são definidos os incentivos fiscais e simplificação administrativa para apoiar e promover as Operações de Reabilitação Urbana.

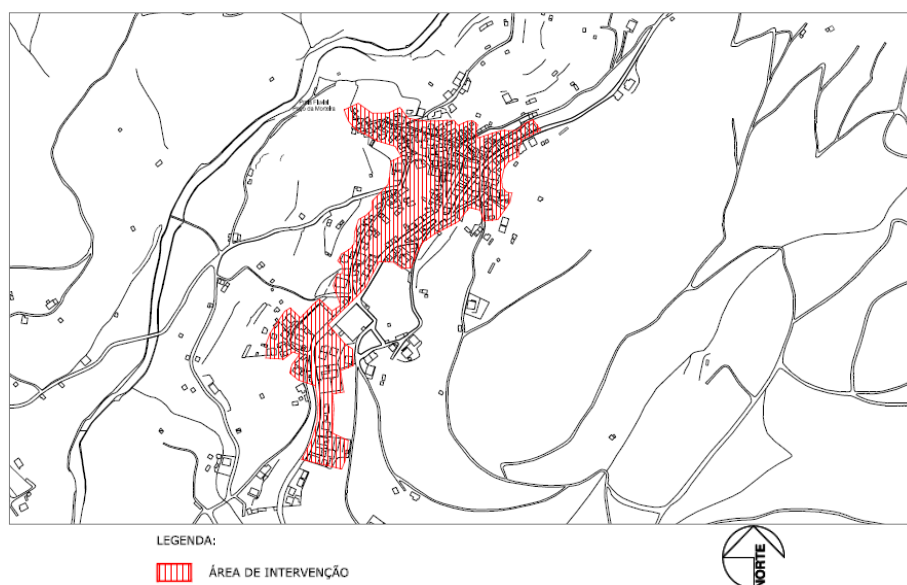


Figura 48 - Planta da delimitação da área de intervenção da ARU. (Fonte:CMC,2018)

Tabela 14 - Conjunto de normas quanto á intervenção no perímetro definido - núcleo antigo da aldeia.
(Fonte: Autoria Própria, 2018).

PATRIMÓNIO URBANÍSTICO	
Ruas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sempre que possível as zonas pedonais devem manter o pavimento original. ▪ Os pavimentos betuminosos ou sem identidade com o local devem ser removidos e substituídos por calçada de granito.
Espaços Públicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperar e revitalizar os espaços públicos existentes. ▪ Devem manter as suas características existentes e típicas do local, preservando-se a malha urbana existente. ▪ Nos casos dos novos espaços devem respeitar a características e materiais da envolvente e salvaguardar a segurança dos utentes. ▪ Os materiais a aplicar na pavimentação destes locais deve ser: em calçada de granito, calhau rolado, terra batida ou saibro compactado. Poderá, usar-se outros materiais sempre que respeitem a identidade do local ou que confira qualidade e valor arquitetónico ao espaço. ▪ O mobiliário urbano deve respeitar os materiais predominantes no espaço público, não deve inviabilizar a circulação viária nem constituir obstáculo á circulação pedonal. Devem ainda corresponder às necessidades e dimensão da aldeia. ▪ A manter e recuperar as fontes e os bebedouros existentes. ▪ Os lavadouros existentes devem ser a manter, sendo reabilitados de forma a ter uma imagem coerente e integrada na envolvente.
Espaço de Estacionamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sempre que possível as zonas de estacionamento devem ser criadas fora do núcleo antigo. ▪ As já existentes deverão ser redefinidas, sinalizadas e pavimentadas com mesmo tipo de materiais utilizados para os espaços públicos.

Espaços Verdes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Devem manter-se as espécies arbóreas existentes, salvo estarem causar perigo de queda ou de obstrução. ▪ As novas espécies a introduzir deverão respeitar a vegetação autóctone. ▪ A pavimentação nestes espaços deverá dada preferência à utilização de pavimentos permeáveis ou semipermeáveis. ▪ As construções nestes espaços deverão restringir-se unicamente a apoio á sua utilização, nomeadamente mobiliário urbano ou equipamentos de utilização pública. ▪ Devem ser contemplada medidas de para segurança do local e dos utentes.
Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As infraestruturas devem ser subterrâneas ou mistas quando se justifique. ▪ Os pontos de recolha de resíduos sólidos devem ser colocados em pontos estratégicos e ser subterrâneos, preferencialmente junto ao aglomerado.

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

Operações Urbanísticas

<p>Demolições / Construção (relativo a edifícios que podem ser substituídos por novos)</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Não permitir demolições de edifícios de arquitetura tradicional, a não ser que o edifício não seja passível de recuperação.▪ Serão permitidas as demolições quando se verificar:<ul style="list-style-type: none">- Construções de barracas ou anexos dissonantes existentes na malha urbana.- Edifícios ou partes destes quando apresentem estado de derrocada iminente, constituindo perigo para a segurança das pessoas e bens.- Edifícios em ruína e sem viabilidade de recuperação, desde que confirmado por vistoria efetuada pelos serviços técnicos da Câmara Municipal.- Edifícios bastante dissonantes no contexto urbanístico, desde que não seja possível a sua reajustamento.
<p>Obras de Reconstrução ou Alteração (relativo a edifícios onde devem manter-se as características iniciais)</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Cumprir com a volumetria pré-existente e/ou do seu enquadramento na envolvente.▪ Cumprimento do sistema de coberturas pré-existente dando preferência à tradicional.▪ Observância dos princípios compositivos das fachadas, incluindo ritmo e proporção dos vãos e elementos da sua construção: cantarias e alvenarias.▪ Privilegiar e enquadrar os pormenores notáveis.▪ Remover e/ou substituir os elementos dissonantes.
<p>Obras de Ampliação</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Integrar, sempre que possível, os elementos estruturais;▪ Valorizar a tipologia e a forma edificada do imóvel.▪ Privilegiar e manter os pormenores notáveis. <p>São exceção os casos em que não fique comprometida a qualidade do edifício e do conjunto em que este se insere ou se destine a turismo, equipamento social, comércio, estabelecimentos de restauração e pequenas indústrias.</p>

Construções de Raiz	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Devem observar a sua adequada inserção no conjunto edificado na perspectiva formal e funcional
Condições de Implantação e Edificação	
Alinhamentos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os alinhamentos definidos pelas construções existentes devem ser mantidos, incluindo edifícios e muros de vedação ficando, contudo, sujeitos a parecer da Câmara Municipal.
Cércea	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A cércea predominante definida pelas construções existentes deverá ser a manter. ▪ Se existir construção com cércea inferior ou superior, a mesma deve adequar-se à predominante na envolvente.
Volumetria e Estética	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As volumetrias existentes deverão ser mantidas. ▪ Os edifícios que, pela sua volumetria, forma, materiais e cores estejam em conflito estético e arquitetónico com os confinantes ou com o espaço circundante, deverão ser remodelados logo que possível de forma a serem integrados na envolvente, removendo-se os elementos dissonantes. ▪ Manter a forma que define a silhueta dos edifícios, designadamente das águas, das coberturas e dos volumes balanceados, admitindo-se apenas alterações desde que as mesmas não representem perda de qualidade ou coerência ou interfiram na harmonia do conjunto urbano. ▪ Nas construções tradicionais a utilização dos sótãos será limitada ao aproveitamento da inclinação da cobertura.
Coberturas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Devem respeitar-se, sempre que possível, as características construtivas e formais das coberturas existentes. ▪ As construções novas devem respeitar a integração na envolvente, acrescentando-lhe valor arquitetónico e paisagístico. ▪ Deve dar-se preferência à aplicação de telha de canudo ou Marselha, quando existente, de cor natural.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deverão ser preservados os beirados tradicionais. ▪ São proibidas as chapas onduladas, fibrocimento e telhas de cor diferente da tradicional.
Cimalhas ou cornijas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As molduras salientes em argamassa ou pedra são a manter e recuperar.
Caleiras, algerozes e tubos de queda	<ul style="list-style-type: none"> ▪ São executados em chapa de zinco à cor natural ou metálicos e pintados à cor dos restantes elementos similares ou à da fachada. ▪ Quando existam, qualquer que seja o material deverão ser sempre pintados de acordo com a definição cromática do edifício.
Chaminés	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Devem ser recuperadas as chaminés e capelos existentes.
Trapeiras /Águas Furtadas ou Mansardas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deve-se recuperar e manter os elementos existentes. ▪ Sempre que possível privilegiar-se as soluções que mantenham cêrcea originária, no entanto no caso dos edifícios existentes em que se pretenda aumentar o número de pisos, deve materializar-se o aumento com a criação de águas furtadas, trapeiras e mansardas.
Fachadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As características arquitetónicas das fachadas dos edifícios existentes devem ser mantidas, admitindo-se pequenas alterações, tecnicamente justificadas e que não representem perda de qualidade ou coerência na imagem de conjunto. ▪ Nas novas construções devem observar-se as características determinantes da zona, mantendo-se uma imagem coerente e integrada na envolvente.
Acabamentos e revestimentos de fachada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Devem manter-se e/ou a recuperar, sempre que possível, as paredes existentes em pedra de granito e/ou pedra de xisto aparente, quando fazem parte da construção original. ▪ Nas novas construções deve optar-se pela aplicação de

	<p>reboco pintado segundo paleta de cores a definir pela Município ou Junta de Freguesia)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quando revestidas a pedra deve respeitar-se a estereotomia da parede tradicional. ▪ No revestimento exterior das fachadas dos edifícios será proibido: <ul style="list-style-type: none"> - Alvenarias de pedra à vista com juntas em argamassa à base de cimento ou pintadas; - Materiais cerâmicos ou azulejos; - Rebocos texturados á base de argamassa de cimento aparente ou do tipo tirolês; - Marmorites, imitações de pedra ou tintas marmoritadas ou texturadas; - Aglomerados ou outros materiais sintéticos; - Aplicação de pedras ornamentais polidas na fachada.
Socos, cunhais e pilastras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estes elementos quando de cimento pintado e de pedra da região são a manter e a recuperar, podendo ser recriados.
Cantarias, guarnições, peitoris e soleiras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nos edifícios existentes devem manter-se os formatos dos vãos, sendo proibido alterar as características das cantarias que os constituem, nomeadamente as vergas, ombreiras, peitoris e soleiras, que devem ficar aparentes. ▪ Os vãos guarnecidos com molduras em granito devem ser preservados e recuperados. ▪ Os peitoris, soleira e molduras a construir deverão ser em argamassa de cimento, pintada á cor da fachada ou madeira.
Varandas, Corpos Balançados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os balçães e alpendres existentes devem ser preservados e a manter. ▪ Proibição da ocupação do espaço público com a construção de corpos balançados ou varandas. ▪ Proibição do envidraçamento de sacadas, balçães e varandas quando confinantes com a via pública.

Vãos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não é permitido alterar os vãos existentes, quer no número quer no seu formato, sem prévia autorização do Município. ▪ Quando seja necessário proceder à alteração das características construtivas destes elementos, deve ter-se em conta a composição formal das fachadas, considerando a escala e a dimensão do edifício. ▪ Na impossibilidade de reparação e conservação das caixilharias, poderão ser introduzidas novas soluções construtivas desde que obedçam a critérios de qualidade arquitetónica e integração na envolvente. ▪ Na abertura de vãos para adaptação a lojas, caso seja necessária maior superfície envidraçada para montra, deve manter-se o equilíbrio da composição formal da fachada, aproveitar-se os vãos de porta existentes, e o seu alinhamento com os dos pisos superiores. ▪ Devem manter-se e recuperar-se as portadas de madeira interior, pintadas à cor dos aros fixos onde se apoiam. ▪ Em construções novas, sempre que possível deve colocar-se portadas interiores em madeira. ▪ Não se deve utilizar estores de caixa exterior, nem portadas exteriores em alumínio.
Portas e Janelas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deve dar-se preferência ao sistema de abrir para as caixilharias, evitando-se o recurso às de correr. ▪ Devem conservar-se e recuperar-se as portas e as caixilharias de madeira, pintadas nas cores locais. ▪ Em caso de substituição, deve utilizar-se madeira semelhante à da existente e manter-se o desenho original ou alumínio termolacado lacado. ▪ Não deve utilizar-se vidro espelhado, martelado ou rugoso. ▪ Não é recomendável a utilização de portas, portadas, e caixilharias de alumínio de cor natural anodizado ou bronze, ou de plástico.
Guarda de Vãos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ São a manter e recuperar as guardas em ferro fundido ou forjado e em madeira.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As novas guardas devem ser executadas com os materiais tradicionais, podendo ser introduzidos outros, desde que seja garantida a integração do seu desenho no edifício e espaço envolvente. ▪ Não são permitidas guardas compostas por balaústres em betão pré-moldado nem em alumínio à cor natural.
Ferragens	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Devem ser recuperados e mantidos os elementos em ferro forjado ou fundido de desenho tradicional.
Sistemas de energia solar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A aplicação de painéis solares deve ser de forma visivelmente discreta e em contacto com a cobertura, não perceptíveis da via pública salvo se for economicamente e tecnicamente inviável.
Unidades externas de equipamentos de ar condicionado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A colocação destes aparelhos só será permitida quando não visível da via pública. Poderão ser colocados terraços, atrás de platibandas, logradouros, pátios, quintais, fachadas laterais ou empenas e desde que não visíveis da via pública. ▪ Na impossibilidade de cumprir o mencionado no ponto anterior, estes poderão ser embutidos nas paredes, com estrutura/grelha de desenho e cor, de acordo com o contexto onde está inserido, varandas ou janelas de sacada por trás das guardas. ▪ Os edifícios novos ou sujeitos a reconstrução devem obrigatoriamente prever o lugar para os respectivos aparelhos exteriores a instalar.
Cores e materiais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todas as cores a usar devem ser definidas pela Câmara Municipal da Covilhã e de acordo com os Planos definidos nos planos municipais de ordenamento do território. ▪ Poderá o poder local notificar os proprietários de edifícios que não estejam conforme o estipulado no que se refere aos materiais e cores, e prestar assistência técnica, no sentido de serem alteradas as dissonâncias.

Pormenores notáveis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É proibida a alteração e destruição de pormenores notáveis existentes, nomeadamente gradeamentos, ferragens, cantarias, elementos decorativos, brasões ou outros. Procurar-se-á recuperar os pormenores deteriorados.
---------------------	---

PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO

- A paisagem natural envolvente e a Ribeira de Cortes constituem um elemento essencial e privilegiado da aldeia, inseridos no POPNSE onde são assegurados a proteção e a conservação destes valores naturais.
- Não é permitida a realização de qualquer operação urbanística nestas áreas sem ser precedida de consulta prévia ao órgão competente do PNSE, para emissão de parecer, e posteriormente ao Município da Covilhã.
- As construções nas margens da Ribeira sem significado arquitetónico ou histórico, construções abarracadas ou de carácter provisório quando ilegais devem ser demolidas.
- As construções existentes com significado histórico, cultural e arquitetónico, que se encontram junto ao curso de água, já em estado de ruína, devem ser recuperadas, preservadas e valorizadas.
- O parque de lazer junto ao Poço da Monteiro deve ser requalificado, de modo a conseguir uma integração e valorização da ribeira, e simultaneamente contribuir para a fruição e o despertar do interesse da população, visitantes e turistas.

Tabela 15 - Recomendações a seguir antes de intervir no núcleo antigo da aldeia. (Fonte: Autoria Própria, 2018).

RECOMENDAÇÕES

1. Observe primeiro antes de intervir, para se assegurar de que está a respeitar o carácter autêntico da construção e de que vai utilizar os materiais adequados.
2. Procure manter a autenticidade do edifício, mantendo a aparência original no exterior e interior, alterando o mínimo possível.
3. Não leve a reconstrução ou a reabilitação longe demais, não fazendo alterações que façam do edifício mais moderno ou menos tradicional.
4. Ponha o novo ao serviço do velho e não ao contrário, existindo técnicas e materiais recentes que podem completar as existentes. Poderá recorrer a materiais modernos para resolver pequenos problemas de isolamento e infiltrações.
5. Não leve o detalhe longe demais, porque o que caracteriza estas construções é a simplicidade com que foram construídas, não existindo muitos pormenores na sua execução.
6. Tente sempre adaptar-se ao que já existe e não adaptar as situações às necessidades que lhe aparecem.
7. Tente sempre manter e só em raros casos acrescente ao que já existe.

Capítulo 7 | Conclusão

O património apresenta-se como vestígio da herança histórica e temporal de qualquer comunidade, no caso do património rural torna-se importante a sua preservação no sentido de garantir as memórias e as origens desses locais, com as suas particulares características, modos de vida e experiências, saberes tradicionais e vestígios com séculos de existência.

Tal como acontece nas cidades, as aldeias precisam de planificação para sobreviver, o que ao longo dos séculos cresceu de forma coerente (quanto aos materiais de construção empregues, ao estilo, aos pormenores decorativos, à divisão interior, etc.), em função da atividade económica e da estrutura familiar, perde rapidamente a sua especificidade devido a mudanças profundas nas formas de sociabilidade, padrões culturais e devido à quebra da atividade agrícola e ao modernismo.

Intervir no património, das nossas aldeias, num contexto histórico totalmente diferente do atual significa estar a mexer numa “peça de arte”, podendo significar alterar algo que por alguma razão faz parte da identidade de um povo, de uma cultura, de uma economia e de uma maneira de habitar. Preservar e reabilitar o património nos dias de hoje é um desafio e uma necessidade.

PORQUÊ?	<p>Porque:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ O património pode ser a base do desenvolvimento;▪ Reflete uma necessidade superior que é a efetiva;▪ A sua destruição delapida a identidade.
PARA QUÊ?	<p>Para que:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Se preserve a memória coletiva de uma comunidade;▪ Se mantenham os valores do património;▪ Prevenindo e organizando, conservando e recuperando, possamos usufruir de espaços planeados e sustentáveis no futuro.
PARA QUEM?	<ul style="list-style-type: none">▪ Para todos;▪ Em solidariedade com as sociedades futuras.

Já muito se tem feito, mas não o suficiente... Mais que legislar e estimular o desenvolvimento rural, para vender as aldeias como produto turístico, é essencial transformar o pensamento de quem intervém nestes locais em relação à arquitetura tradicional para que a deixem de

ver como uma arquitetura pobre e a passem a considerar como uma arquitetura precedente capaz de transmitir valores relevantes que geram novas potencialidades arquitetónicas. Só com um esforço consciente e planificado, com o pensar no bem-estar e participação da população, pode evitar-se a brusca modificação e a perda destes locais.

Com o palmilhar das ruas e lugares da aldeia de Cortes do Meio, o seu levantamento fotográfico e arquitetónico foi possível avaliar a situação da aldeia e ter noção da rápida degradação e descaracterização que está a sofrer.

A aldeia cresce sem planeamento, os seus espaços públicos encontram-se abandonados, sem condições e desatualizados á população ativa e turistas em geral. A sua arquitetura, fachadas dos edifícios e construções tradicionais, aos poucos se esfumam na modernidade das novas (re) construções. O tempo, o desleixo e as mudanças trouxeram um novo urbanismo e uma nova arquitetura, sem dúvida expressiva do momento presente, mas quando se exercem à custa do património antigo condenam-no a um desaparecimento irrecuperável.

Também, foi possível verificar que existe a possibilidade de dinamizar a aldeia, através da valorização do seu património edificado, com a execução de trabalhos devidamente cuidados e cautelosos, a implementação de novas valências programáticas, criando condições essenciais á subsistência da sua população e a adaptação às necessidades dos tempos atuais.

Como síntese de todo o estudo, identificando-se quais as lacunas que existiam nas construções, assim como as suas mais-valias, elaborou-se um Guia de Boas Práticas de Revitalização da Aldeia onde se estabelecem algumas regras para intervir de uma forma adequada e pouco descaracterizadora, tentando manter sempre que possível a autenticidade das construções e do local. Este trabalho pode ser pedagógico para futuros planos e intervenções, assim como um contributo positivo para a valorização e recuperação de outras aldeias em condições semelhantes às de Cortes do Meio.

Mas não será mais fácil demolir e fazer de novo? Não. Existem já vários locais e aldeias identificadas no País, cujas habitações rurais foram caracterizadas e algumas delas recuperadas de forma integrada, dado o seu valor cultural, histórico, arquitetónico e construtivo, como é o caso, por exemplo, das aldeias de Sortelha, Castelo Novo, Monsanto, Piódão, Quintandona, Marialva, entre outras.

Na realização deste trabalho salienta-se a satisfação em ter aplicado os conhecimentos adquiridos ao longo dos últimos anos académicos e da vida profissional na área da engenharia civil, que vieram ajudar no entendimento, análise e a produção de informação relativa á Aldeia de Cortes do Meio, inserida na Rede de Aldeia de Montanha. Uma aldeia que ainda tem condições de manter a sua condição de aldeia típica e ser considerada de interesse turístico.

Referência Bibliográfica

Área e Reabilitação Urbana (2014). Município da Covilhã [versão eletrónica]. Disponível em: <http://download.cmcovilha.pt/pdf/2015PlanosARU/ARUCortes01Memoriadescritivajustificativa.pdf>. Consultado em novembro de 2017.

BARBOSA, ANGELINA; CORREIA, ANTÓNIO (1998). *À descoberta da Estrela - Grandes Rotas Pedestres*. 2ª Edição ICN, Portugal.

CABRITA, A.M.REIS (1995). *O homem e a casa: definição individual e social da qualidade da habitação*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Lisboa, Portugal.

CAEIRO, JOAQUIM MANUEL CÉSAR (2009). *Políticas territorializadas de desenvolvimento em contexto de montanha: o exemplo da acção integrada de base territorial da Serra da Estrela*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra Portugal [versão digital]. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13488/1/>. Consultado em dezembro de 2017.

CALHEIROS, MARIA DO ROSÁRIO D.S. COUTINHO (2006). *Arquitecturas rurais e critérios de intervenção: uma experiência no Vale do Lima, 2003-2006*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Especialidade de Metodologias de Intervenção no Património Arquitetónico. FAUP, Porto, Portugal [versão eletrónica]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/64313?locale=pt>. Consultado em dezembro de 2017

CCR ALG (2001). *Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve*. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro, Portugal [versão eletrónica]. Disponível em: <https://www.ccdr-alg.pt/site/sites/ccdr-alg.pt/files/publicacoes/aldeias.pdf>. Consultado em fevereiro de 2018.

CCRC. Comissão de Coordenação da Região Centro (1999). *Programa das Aldeias Históricas de Portugal, Beira Interior*. 2ª Edição. Lisboa.

CORREIA, JULIANA BENTO (2009). Turismo, património e desenvolvimento em ambiente de montanha - O exemplo do Piódão. Dissertação de Mestrado na área de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal [versão eletrónica]. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13263/1/Tese_mestrado_Juliana%20Correia.pdf. Consultado em novembro de 2017.

CORREIA, LUIS MIGUEL MALDONADO de VASCONCELOS (1994). *Património e intervenção arquitetónica*. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, Portugal [versão eletrónica]. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/5534/1/Patrim%c3%b3nio.pdf>. Consultado em fevereiro de 2018.

COVAS, ANTÓNIO (2008). *Ruralidades III - Temas e Problemas da Ruralidade Pós-agrícola e Pós-convencional*. Economia e Gestão, Universidade do Algarve, Faro, Portugal [versão eletrónica]. Disponível em: <https://www.ualg.pt/pt/content/ruralidades-vol-1-5.pdf>. Consultado em dezembro de 2017.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (N.º248/1999). Série I-B. *Plano Diretor Municipal da Covilhã*.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (N.º 284/2003). Série I-A. *Decreto-Lei nº 310/2003 de 10 de Dezembro*.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (N.º 195/2007). Série I-B. *Decreto Regulamentar nº 83/2007 de 10 de Outubro*.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (N.º 139/2008). Série I- 1º Suplemento. *Resolução do Conselho de Ministros 115-A/2008* de 21 de Julho.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (N.º 16/2014). Série I-A. *Decreto-Lei nº 15/2014 de 23 de Janeiro*.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (N.º 157/2012). Série I-A. *Lei nº 32/2012 de 18 de Agosto*.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (N.º 69/2014). Série I-A. *Decreto-Lei nº 53/2014 de 08 de Abril*.

FERNANDES, J.MATEUS,R. (2011). *Arquitetura Vernacular - Uma lição de sustentabilidade*. Universidade do Minho, Guimarães. Portugal. [versão eletrónica]. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/15423.pdf>. Consultado em janeiro de 2018.

FREITAS, VASCO PEIXOTO DE (2012). *Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos*. Ordem dos Engenheiros da Região Norte, Porto, Portugal.

FERNANDES, J. POETA GONÇALO (2009). *Áreas de Montanha e Turismo. Conflitos e complementaridades na apropriação do território*. Redes e Desenvolvimento Regional. 15º Congresso da APDR [versão eletrónica]. Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2030/175A.pdf>. Consultado em janeiro de 2018.

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL. (2004). *Pessoas e Lugares. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+.II* Série, N.º16 [versão eletrónica]. Disponível em: <http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl16.pdf>. Consultado em dezembro de 2017.

JOÃO, EMÍDIO ALVES (2014). *Património rural, turismo e desenvolvimento local: As «aldeias históricas» como produto turístico*. Escola Superior de Educação de Portalegre, Portugal. [versão eletrónica]. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2120/1/Patrim/C3/B3nio/20rural.pdf>. Consultado em dezembro de 2017.

LUÍS, E. (2002). *Turismo e desenvolvimento do espaço rural: O caso do concelho de Santa Marta de Penaguião*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. [versão eletrónica]. Disponível em: <http://fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n5-5.pdf>. Consultado em fevereiro de 2018.

LOBO V. e ANTUNES, A (1960). *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural*. Arquitectos da Junta de Colonização Interna. Coimbra, Portugal.

OLIVEIRA, ERNESTO VEIGA DE; GALHANO, FERNANDO (2003). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Edição. Publicações Dom Quixote. Lisboa.

OLIVER, PAUL (1997). *Encyclopedia of vernacular architecture of the world*. Cambridge University Press.

OLIVER, PAUL (2003). *The architecture of the people and by the people, but not for the people*. Dwellings.

OLIVER, PAUL (2006). *Built Meet Needs - Cultural Issues in Vernacular Architecture*. First edition.

RAMALHO, PAULO (2004). *Piódão: Desafios do futuro - Plano de acção integrada para a freguesia do Piódão*. Associação de compadres da freguesia do Piódão. Junta de freguesia do Piódão. Piódão, Portugal [versão eletrónica]. Disponível em: http://www.compartespiodao.pt/plano_acciao_integrada_piodao.pdf. Consultado em dezembro de 2017.

Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação - RMUE (2010). Município da Covilhã.

TOMÁS, PAULO MANUEL DE CARVALHO (2005). *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O Exemplo da Serra da Lousã*. Tese de doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal [versão eletrónica]. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/614>. Consultado em janeiro de 2018.

VIRIATO, SIMÕES (1979). *A Serra da Estrela e as suas beiras*. Monografia. Edição do Autor. Lisboa.

Páginas WEB

WEB 1 - ADIRAM, Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha. URL: <https://beira.pt/portal/etiquetas/adiram/>. Consultado em janeiro de 2018.

WEB 2 - Aldeias Históricas. URL: <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/>. Consultado em dezembro de 2017.

WEB 3 - Aldeias de Montanha. URL: <http://www.aldeiasdemontanha.pt/>. Consultado em dezembro de 2017.

WEB 4 - Aldeias do Xisto. URL: <http://aldeiasdoxisto.pt/>. Consultado em dezembro de 2017.

WEB 5 - A Terceira Dimensão. URL: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/>. Consultado em fevereiro de 2018.

WEB 6 - Baldios, Freguesia de cortes do Meio. URL: <https://baldioscortesdomeio.com/>. Consultado em fevereiro de 2018.

WEB 7 - Câmara Municipal Covilhã. URL:<http://www.cm-covilha.pt/>. Consultado em dezembro de 2017.

WEB 8 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. URL: <http://www.ccdrc.pt/>. Consultado em dezembro de 2017.

WEB 9 - Centro de interpretação da Serra da Estrela. URL: <http://www.cise.pt/pt/>. Consultado em fevereiro de 2018.

WEB 10 - Coleções OAPIX. URL: <http://www.oapix.org.pt/>. Consultado em fevereiro de 2018.

WEB 11 - Convenção Ramsar. URL: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/ramsar>. Consultado em fevereiro de 2018.

WEB 12 - Direção geral da agricultura e desenvolvimento rural.URL: <http://www.dgadr.gov.pt/>. Consultado em janeiro de 2018.

WEB 13 - Direção geral do património cultural. URL:<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/>. Consultado em janeiro de 2018.

WEB 14 - Geocaching. URL: <https://www.geocaching.com/geocache>. Consultado em fevereiro de 2018.

WEB 15 - Google Earth 2014. Fotografias Aéreas.URL: www.google.com/earth/. Consultado em janeiro de 2018.

WEB 16 - ICOMOS, Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. URL: <http://www.icomos.pt/index.php/o-que-e-o-icomos>. Consultado em janeiro de 2018.

WEB 17 - ICNB, Rede Natura 2000. URL: <http://portal.icnb.pt>. Consultado em janeiro de 2018.

WEB 18 - Infopédia. URL: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>. Consultado em março de 2018.

WEB 19 - ICNF, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. URL: <http://www2.incf.pt/portal/ap/p-nat/pnse>. Consultado em janeiro de 2018.

WEB 20 - INE, Instituto Nacional de Estatística.URL: <https://censos.ine.pt/> . Consultado em janeiro de 2018.

WEB 21 - Junta de Freguesia de Cortes do Meio. URL: <http://www.freguesiacortesdomeio.pt/>. Consultado em março de 2018.

WEB 22 - Museu Virtual de Manteigas. URL: <http://museuvirtual.activa-manteigas.com/>. Consultado em fevereiro de 2018.

WEB 23 - PRODER. URL: <http://www.proder.pt>. Acedido em fevereiro de 2018.

WEB 24 - Serra da Estrela Selvagem. URL:<http://www.serradaestrelaselvagem.org/>. Consultado em fevereiro de 2018.

WEB 25 - Turismo de Portugal. URL: <http://www.turismodeportugal.pt/>. Consultado em janeiro de 2018.

WEB 26 - Turismo Centro Portugal. URL: <https://turismodocentro.pt/artigo-regiao/serra-da-estrela/>. Consultado em janeiro de 2018.

WEB 27 - Try Portugal. URL: <http://www.centerofportugal.com/pt/try-portugal/>. Consultado em março de 2018.

ANEXOS

Anexo 1- Exemplo de uma Ficha de Levantamento da Estrutura Edificada

Ficha de Levantamento da Estrutura Edificada **Nº 1**

LOCALIZAÇÃO	
Rua	Avenida Viriato
Nº polícia	1
Lugar	Cortes do Meio
Freguesia	Cortes do Meio
Edifício Privado	<input checked="" type="checkbox"/> Edifício Público

IMPLANTAÇÃO	
Isolado	<input checked="" type="checkbox"/> Geminado
Agrupado	Gaveto
Logradouro	Estacionamento
Acessível de automóvel	<input checked="" type="checkbox"/>

UTILIZAÇÃO / USO			
Nº total de pisos	2	Nº de fogos	1
Habitação unifamiliar		Garagem	
Habitação multifamiliar		Comércio	
Serviços		Indústria	
Armazém		Arrumos	<input checked="" type="checkbox"/>
Ruína		Outro	

INSOLAÇÃO	
Boa	<input checked="" type="checkbox"/> Razoável
Má	Insalubre

VALOR ARQUITECTÓNICO	
Monumento Nacional	
Edifício de interesse público	
Excepcional	De qualidade <input checked="" type="checkbox"/>
Neutro	Dissonante

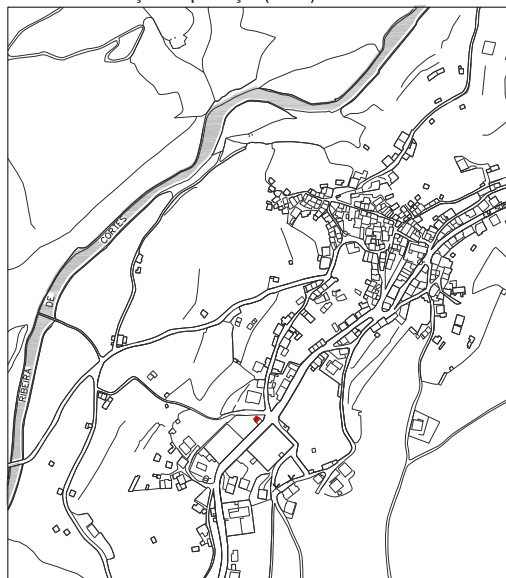
CONSERVAÇÃO	B	R	M	R
Estrutura				
Cobertura				
Fachadas				
Vãos				
Muros				

PROCESSO CONSTRUTIVO	
Estrutura	Revestimento
Estrutura em pedra.	Cobertura Telha cerâmica
Estrutura em pedra.	Paredes Pedra à vista
	Vãos Ferro
	Anexos
OBSERVAÇÕES	



Fotografia



Planta de Localização / Implantação (s/esc.)



Anexo 2 - Exemplo de uma Ficha de Levantamento da Estrutura Não Edificada

Ficha de Levantamento Não Edificado		Nº 01
LOCALIZAÇÃO		
Nome	Largo/Adro da Igreja	
Lugar	Cortes do Meio	
Área aproximada	350 m ²	
Data	04/04/2018	
TIPOLOGIA		
Espaço verde		Espaço misto
Espaço impermeabilizado	X	Espaço terra batida
Espaço tratado		X
Espaço abandonado		
SUB -TIPOLOGIA		
Jardim		Parque
Praça		Praceta
Parque infantil		Largo
Estacionamento		Rua Pedonal
Espaço com sombra	X	Lote mal defenido
PAVIMENTAÇÃO		
Cubos de granito	X	Betuminoso
Seixo		Xisto
Terra batida		Outro
ENTORNO		
Área central	X	Meio Natural
Área residencial	X	Área mista
INTEGRAÇÃO NO TECIDO URBANO ENVOLVENTE		
Muito bom	X	Bom
Médio		Mau
EXPOSIÇÃO SOLAR		
Boa	X	Razoável
Má		Insalubre
UTILIZADORES PREFERENCIAIS		
Crianças		Jovens
População activa		Idosos
Público em geral		Turista
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DO ESPAÇO		
Muito bom	X	Bom
Médio		Mau
EDIFICADO		
Construção histórica		Igreja / capela
Habitação		Serviços / comércio
HISTÓRIA		
Espaço em frente e á volta da igreja da aldeia, da mesma época da igreja, mas restaurado á poucos anos.		
Fotografias		
		
Planta de Localização / Implantação (s/esc.)		
		
CARÁTER SIMBÓLICO		
No passado e no presente de carácter religioso.		

Ficha de Levantamento do Não Edificado

Nº 01.1

CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Grau de Adequação	Adequado	Parcialmente adequado	Não adequado
Crianças	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Idosos	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Carrinhos de bebé	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Utilizadores de cadeiras de rodas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Invisuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO URBANO

Estado de Conservação	Muito Bom	Bom	Médio	Mau
Bancos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Papeleira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bebedouro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Chafariz / Fonte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Candeeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coreto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Telefone público	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mesas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quiosque	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Esplananda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ecopontos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Publicidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sinalética	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estátuas / elementos de decoração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Equipamentos de recreio para crianças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Equipamento para práticas desportivas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ELEMENTOS NATURAIS

Estado de Conservação	Muito Bom	Bom	Médio	Mau
Árvores / Arbustos	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Relvados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Canteiros de flores	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Plano de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Curso de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

PERCEÇÃO GERAL

	Muito Bom	Bom	Médio	Mau
Cor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atmosfera	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cheiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atratividade	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ACTIVIDADES

Desportiva	Recreio / lazer	
Eventos culturais	Eventos religiosos	<input checked="" type="checkbox"/>
Feiras	Outros:	

ELEMENTOS COMPLEMENTARES

Estacionamento automóvel:	Superfície	<input type="checkbox"/>	Solo	<input type="checkbox"/>
Iluminação pública:	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
Relva, pode-se pisar	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
Sombra, nos locais de descanso:	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>

SEGURANÇA DO ESPAÇO

Muito bom	<input type="checkbox"/>
Bom	<input checked="" type="checkbox"/>
Médio	<input type="checkbox"/>
Mau	<input type="checkbox"/>